

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Centro de Humanidades – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais

Eduardo Gomes Vasconcelos

AS GRAMÁTICAS EMOCIONAIS E PEDAGOGIAS DE SI NA FORMAÇÃO
DE PRAÇAS MILITARES DA UNIDADE DA CORPORAÇÃO NO ESTADO DA
PARAÍBA

Campina Grande, PB

2019

Eduardo Gomes Vasconcelos

AS GRAMÁTICAS EMOCIONAIS E PEDAGOGIAS DE SI NA FORMAÇÃO
DE PRAÇAS MILITARES DA UNIDADE DA CORPORACÃO NO ESTADO DA
PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Lemuel Dourado Guerra

Campina Grande, PB

2019

V331g Vasconcelos, Eduardo Gomes.
As gramáticas emocionais e pedagogias de si na formação de
praças militares da unidade da corporação no Estado da Paraíba /
Eduardo Gomes Vasconcelos. – Campina Grande, 2019.
106 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho".
Referências.

1. A forma "Policia Militar". 2. A formação de Policiais. 3.
Gramáticas Emocionais. 4. Pedagogias de Si. I. Guerra Sobrinho,
Lemuel Dourado. II. Título.

CDU 3(043)

Eduardo Gomes Vasconcelos

AS GRAMÁTICAS EMOCIONAIS E PEDAGOGIAS DE SI NA FORMAÇÃO
DE PRAÇAS MILITARES DA UNIDADE DA CORPORACÃO NO ESTADO DA
PARAÍBA

Dissertação defendida no dia ____/____/2019.

CONCEITO: _____

BANCA

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (PPGCS/UFCG)

Orientador

Vanderlan Francisco da Silva (PPGCS/UFCG)

Examinador interno

José Otávio Aguiar (PPGH/UFCG)

Examinador externo

Agradecimentos

À Deus, que sempre me acompanha por onde ando. Não poderia concluir esse trabalho sem a sua ajuda e alento nos momentos de cansaço. Ele me ajudou a enfrentar as dificuldades decorrentes do ingresso neste curso de pós-graduação, acumulando a profissão de policial militar, de professor de cursinhos preparatórios para concursos em Campina Grande e as responsabilidades da paternidade, iniciadas no ano em que comecei o Mestrado em Ciências Sociais. Atravessei momentos de cansaço e desânimo, sendo por Ele auxiliado durante madrugadas e dias para poder chegar nesse ponto.

A minha esposa, de quem não posso deixar de falar e de cujo apoio não posso lembrar sem que os olhos fiquem marejados. Como não amar alguém que sempre se preocupou comigo desde quando nos conhecemos? Como não amar quem me ama do jeito que eu sou e ainda me deu minha segunda filha, um sonho que eu comecei a desenhar depois de tê-la conhecido?

Ao meu orientador, o meu sincero e eterno agradecimento, por ter, com muito carinho e dedicação me ajudado nos momentos de dificuldade com a escrita e a pesquisa da presente dissertação. Quando eu estava triste e meio cabisbaixo, até mesmo pensando em jogar a toalha, mesmo sem ele saber claro, parece que adivinhava e sempre se despedia seja através das redes sociais ou presencialmente com o “SEGUE FIRME!” Ou “SEGUE BRILHANDO”. Isso me fortalecia academicamente e me fazia respirar com as palavras de incentivo que sempre dispensou a mim. O meu muito obrigado professor!

Aos professores que participaram dos exames intermediários: na defesa do meu projeto, o Doutor Vanderlan Silva, que fez observações bastante pertinentes para a concretização da minha pesquisa; na qualificação, os doutores José Otávio e Ramonildes Gomes, os quais leram com cuidado o material e deram contribuições essenciais aos encaminhamentos da sua finalização.

A todos os professores e funcionários do PPGCS/UFCG, pelas oportunidades formação oferecida. Durante a fase de seleção, professor Lemuel, quando da entrevista, última fase do processo seletivo em 2017, perguntou: “Estás pronto para o pântano?” Naquele instante não entendi bem o que queria dizer, mas achei que poderia ser um aviso sobre uma situação meio incômoda a enfrentar, já que ir a um lugar como esse tem seus perigos e dificuldades. Com base na minha formação de policial militar disse que estava pronto. Durante o mestrado, desde as aulas iniciais, fui percebendo que realmente o meu mundo tinha virado de cabeça para baixo, pois na condição de policial militar tive que passar pelo fenômeno do estranhamento de mim mesmo, de situações que vivera e

continuava vivendo. Isso foi muito difícil! Mas minha esposa sempre estava perto me pedindo para ter calma e paciência, que tudo iria dar certo.

À Polícia Militar da Paraíba, por ter me permitido estudar uma parte do vasto complexo que é a prestação do serviço de segurança pública por ela prestado, mostrando-se solícita em disponibilizar, através do Centro de Educação, documentos necessários à análise.

Ao Núcleo de Formação de Praças da Polícia Militar da Paraíba, pela possibilidade de me ofertar e franquear a pesquisa com os alunos e instrutores que ora estão inseridos no curso de formação analisado.

À minha família, pelo apoio durante todo o processo que agora se finaliza. Desde a época que eu estudava para fazer a seleção do mestrado eu me recordo que discutia com meu sogro algumas teorias de Pierre Bourdieu, tentando entender tais pensamentos para obter a aprovação almejada.

À minha sogra, que neste momento está com minha filha, que hoje tem 1 ano e 9 meses, para que eu pudesse escrever esses agradecimentos. Muito obrigado sogrinha!

Finalmente, agradeço aos meus pais, pelo dom da vida e por terem acreditado em mim, em algum momento na vida.

AS GRAMÁTICAS EMOCIONAIS E PEDAGOGIAS DE SI NA FORMAÇÃO DE PRAÇAS MILITARES: um estudo a partir da unidade da corporação na Paraíba

Resumo

A pesquisa da qual resultou esta dissertação teve como objeto o processo de preparação formal da Polícia Militar na Paraíba, propondo-se a estudar os currículos formais e ocultos, programas das disciplinas e concepções dos sujeitos em formação e dos agentes formadores, as quais compõem as gramáticas emocionais e as pedagogias de si exercitadas nas instâncias formativas dos policiais militares no Estado, a partir do estudo do caso de uma Unidade da Corporação da Paraíba. Nossa perspectiva teórica se baseia no debate socioantropológico mais geral sobre a formação de policiais militares e nos conceitos de gramáticas emocionais, de Durão (2013), de pedagogias de si, como formulado por Foucault (2008) e de formas sociais, de Simmel (1950). A metodologia da nossa pesquisa prevê a análise de currículos - em versões adotadas desde a fundação da Academia Policial Militar (APMCB/PB) - dos programas de disciplinas neles contidas, a observação direta das atividades de duas disciplinas - uma do quadro das 'teóricas' e outra do quadro das 'práticas' e também a aplicação de questionários com uma amostra intencional de estudantes e agentes formadores de policiais da referida instituição, focalizando a formação de praças militares de uma unidade da corporação na Paraíba. Dentre as principais conclusões do trabalho, destacamos as seguintes: (1) O processo de formação policial militar por seguir o regulamento do Exército tem como conteúdo principal o disciplinamento dos policiais militares e a figura do inimigo do Estado, o que potencializa a rejeição aos direitos humanos na própria formação e nas práticas profissionais cotidianas; (2) o corpo do policial militar em formação é trabalhado de modo a se oferecer sem qualquer resistência à obediência das ordens dos hierarquicamente superiores, sendo a paixão pelo instrumento um dos elementos mais fundantes da gramática emocional a ser adquirido; e (3) o curso em si prepara o futuro policial para as práticas de manutenção da segurança pública, instituindo uma oposição entre a valorização do corpo forte e o conhecimento científico, este último sendo visto como 'para os menos fortes'.

Palavras-chave: A forma 'policial militar'; a formação de Policiais; gramáticas emocionais e pedagogias de si

**THE EMOTIONAL GRAMMARS AND PEDAGOGIES OF SELF IN THE
FORMATION OF MILITARIES: a study from the corporation unit in Paraíba
State/Brazil**

Abstract

The research that resulted in this dissertation text has as its object the formal preparation process of the Military Police in Paraíba, proposing to study the formal and hidden curricula, programs of the disciplines and conceptions of the training agents, which compose the emotional and the pedagogies of themselves exercised in the formative instances of the military police in the State, from the case study of the Corporation Unit in Paraíba. Our theoretical perspective is based on the more general socio-anthropological debate about military police training and on the concepts of emotional grammars, by Durão (2013), of self pedagogies, by Foucault (2008) and of social forms, by Simmel (1950). The methodology of our research foresees the analysis of the 'curricula' - in some of their versions since the founding of the Military Police Academy (APMCB / PB) - of the syllabus of the disciplines contained in them, the direct observation of the activities of two disciplines - and also the application of questionnaires with an intentional sample of students and police training agents of the institution, focusing on the formal instruction delivered by the corporation unit in Paraíba. Among the main conclusions of the study, we highlight the following: (1) The process of military police training to follow the Army's regulation has as its main content the disciplining of the military police and the figure of the enemy of the State, which potentiates the rejection of the rights training and daily work practices; (2) the body of the military police in formation is worked in such a way as to offer itself without any resistance to the obedience of the orders of the hierarchically superior, and the passion for the instrument is one of the most fundamental elements of the emotional grammar to be acquired; and (3) the course itself prepares the future police for practices of maintaining public safety, instituting an opposition between the valorization of the strong body and scientific knowledge, the latter being seen as 'for the less strong'.

Keywords: The 'military police' form; the Police Training; the Emotional Grammar and the Pedagogy of Self

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Módulo Básico – CFSD 2002, 49

Tabela 2 – Módulo especializado – CFSD, 2002, 50

Tabela 3 – Currículo do Curso de Tecnólogo em Polícia Preventiva – CFSD, 2007, 53-54

Tabela 4 – Currículo das ações formativas da Polícia Civil e da Polícia Militar da Paraíba – CFSD, 2016, 57-60

Tabela 5 – Sexo dos respondentes, 71

Tabela 6 – Idade dos respondentes, 72

Tabela 7 – Nível de instrução dos respondentes, 72

Tabela 8 – Estado e cidade de origem dos respondentes, 72

Tabela 9 – Estado civil dos respondentes, 72

Tabela 10 – Religião dos respondentes, 72

Tabela 11 – Profissão do pai dos respondentes, 72

Tabela 12 – Profissão da mãe dos respondentes, 72

Tabela 13 – Profissão exercida pelo respondente antes de entrar na PM, 73

Tabela 14 – Motivos para seguir carreira de PM, 73

Tabela 15 – Pensamento sobre o que era a PM antes de entrar na corporação, 75

Tabela 16 – Nível de felicidade em ser PM, 79

Tabela 17 – Pensamento em sair da PM, 79

Tabela 18 – Visões sobre os Direitos Humanos, 79

Tabela 19 – Pensamentos dos PM antigos sobre os Direitos Humanos, 79

Tabela 20 – Em algum momento os Direitos Humanos foram desrespeitados durante o curso, 81

Tabela 21 – Avaliação do curso de formação em que está inserido, 81

Tabela 22 – Disciplina mais apreciada e motivos, 81

Tabela 23 – Disciplina menos apreciada e motivos, 82

Sumário

Introdução, 7

Um pouco da história da Polícia Militar, 8

Minha trajetória de formação policial, 9

CAPÍTULO 1 - REVISÃO DE LITERATURA E CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA, 19

A teoria social de Georg Simmel, 36

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PM/PB (2002, 2007 e 2016), 39

2.1 Histórico do Centro de Formação de Praças, 39

2.2 Curso de Formação de Soldados da PM/PB – 2002, 48

2.2.1 Análise do currículo, 50

2.3 Curso de Formação de Soldados – 2007, 52

2.4 Curso de Formação de Soldados – 2016, 55

MALHA CURRICULAR PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DA POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, 57

2.5 Análise comparativa dos currículos formais dos Cursos de Formação de Soldados de 2002, 2007 e 2016, 62

2.5.1 Quanto à carga horária, 62

2.5.2 Quanto às disciplinas, 63

Analisando a disciplina sob a ótica de Foucault, 65

2.6 Espaços dilemáticos da pedagogia de si exercitadas na formação do PM no Brasil, 69

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A ALUNOS E INSTRUTORES DO CURSO DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA, OFERECIDO PELO NUFAP/PARAÍBA, 71

3.1 Notas sobre a constituição das amostras e aplicação de questionários, 71

3.2. Informações coletadas através dos questionários, 72

A entrada na PM e o desejo de estabilidade financeira, 73

A formação e as concepções sobre direitos humanos, 80

3.3 Analisando respostas dos instrutores ao questionário, 86

3.3.1 O Instrutor Peixes, 86

3.3.2 O Instrutor Libra, 89

3.3.3 O Instrutor Sagitário, 93

Considerações finais, 95

Referências, 99

A formação policial deve ceder espaço aos avanços da ciência para que o serviço de segurança pública seja prestado com qualidade.

Eduardo Vasconcelos

Introdução

A brutalidade policial não existiria se não houvesse a autorização tácita da sociedade, a qual se traduz em apoio a governantes que a endossam.

Luiz Eduardo Soares

(Ex- Ministro de Segurança Pública do Brasil, antropólogo)

Nós [policiais] não somos cachorros, não somos capitães do mato. Mas é o que muitas vezes parece, não é? Estamos correndo atrás dos negros fujões nos quilombos contemporâneos, que são as nossas favelas”.

(Beto Chaves, inspetor da Polícia Civil)

Pesquisar a formação policial militar se reveste de especial importância na atualidade, tendo em vista a conjuntura de questionamentos sobre a atuação de instituições envolvidas com a segurança pública em nosso país.

No período de estado de exceção e mesmo em pleno Estado Democrático de Direito no Brasil, temos registros, através das diversas mídias, de ocorrências policiais envolvendo o abuso de autoridade, a imposição de tortura e o uso de outros expedientes de desrespeitos à dignidade da pessoa humana, o que tem constituído as práticas policiais – e a formação a partir das quais elas podem estar se constituído – em um objeto significativo de estudos da socioantropologia da segurança e da violência em vários lugares do mundo e também na universidade brasileira.

As ciências sociais em geral e particularmente a sociologia tem sido recorrentemente instada a estudar a violência, as percepções sobre a segurança/insegurança em que vivemos, os planos elaborados e implementados pelas instituições que proveem os serviços e condições para a produção da segurança pública na nossa sociedade. Esses são alguns dos temas que a reflexão socioantropológica sobre a violência e a segurança pública tem enfrentado, inscrevendo-se nossa proposta de pesquisa no conjunto de esforços intelectuais correntemente demandados pela sociedade e instâncias de manejo institucional do sistema de segurança pública em nosso país.

Nossa proposta de análise se concentra nos modos pelos quais tem sido levada a cabo a formação dos policiais militares, um tema que ganha relevância na medida em que se reconhecem tensões nas práticas dos agentes de segurança pública preventiva, como desdobramentos dos processos de assimilação de gramáticas emocionais e de pedagogias de si exercitadas nos espaços de formação dos militares.

Nossa dissertação discute a forma ‘polícia militar’, sua influência na formação policial militar de praças na Polícia Militar da Paraíba, através da análise dos currículos formativos adotados no estado, em seus aspectos formais e informais – inclusive observando suas transformações ao longo do tempo –, da observação direta nos locais onde a referida formação acontece, e da aplicação de questionários a amostras intencionais de sujeitos em formação na turma de 2018/2019, e de agentes formadores atuando em cursos oferecidos pela Polícia Militar da Paraíba.

Essa dissertação representou um desafio pessoal, na medida em que através dela fui levado a exercitar a objetivação da minha posição de policial militar, a de instrutor em curso de formação de policiais militares, exercendo durante o processo de elaboração e execução da pesquisa o papel de pesquisador, o que foi uma tarefa árdua, desde o início do processo de preparação para a seleção para a Pós-Graduação em Ciências Sociais, até esse em que apresento o texto de dissertação. Atravessei momentos de intensos questionamentos pessoais sobre minha identidade profissional e experimentado a antipatia manifestada por alguns colegas, que afirmam que *os direitos humanos só existem para proteger bandidos*, e insinuam, dentre outras coisas, que ‘passei para o outro lado’.

Um pouco da história da Polícia Militar

Foi na época do Ministro da Justiça, Diogo Feijó, em 1831, que foi criada a Guarda Municipal Permanente para que pudesse auxiliar o império a enfrentar constantes movimentos sociais realizados pela população contra ele, vistos como desestabilizadores da ‘ordem pública’.

A Polícia Militar da Paraíba¹ não se origina com essa nomenclatura, mas como Corpo de Guardas Municipais Permanentes, em 03 de fevereiro de 1832. Instalou-se no lugar em que existira um convento, desapropriado pelo presidente da província na época, com o objetivo de servir como instalação dos “guardas”, que garantiriam a segurança das cadeias e da cidade.

No dia 02 de junho de 1835, através da lei estadual nº 09, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes passou a ser chamado de “Força Policial”. Em 1892, passou a se denominar de “Batalhão Policial”, “Regimento Policial”, “Força Policial”, de “Força

¹ História da PMPB disponível em: http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/historia_da_pmpb.pdf

Pública”, tornando-se, finalmente, em 1947, através de um dispositivo Constitucional, de “Polícia Militar da Paraíba”.

A Polícia Militar da Paraíba existe há 187 anos, tendo sido criada ainda no Império, atuando na repressão de movimentos sociais como a Revolução Praieira, ‘Ronco da Abelha’, Guerra do Paraguai, Revolta do ‘Quebra quilos’, dentre outros. No século XX, participou de lutas no Cariri paraibano, no combate à Coluna Prestes, no Movimento de Princesa, na Revolução Paulista e na Intentona Comunista.

Minha trajetória de formação policial

Quando decidi ser policial militar o fiz em primeiro lugar pelo desejo de estabilidade financeira. Antes desejava ser advogado. Por não conseguir êxito em várias tentativas de vestibular, o sonho de estudar Direito foi adiado. Nesse ínterim fui convivendo com amigos militares e experimentando a influência do meu genitor, que é policial militar, o que me fez alterar meus planos, resolvendo buscar a carreira na área de segurança pública.

Passei a partir de então a estudar com afinco e muita dedicação, pois não era fácil vencer a concorrência. Ao ser aprovado e classificado no exame intelectual, feito a partir de um programa essencialmente jurídico, com disciplinas como Direito Penal e Processual, Constitucional, Estatuto da Polícia Militar, Direito Penal Militar e legislações especiais aplicadas à atividade policial além de Português e Matemática, fui para as etapas seguintes.

Percebi que o disciplinamento do corpo já havia começado quando tive que adaptar o meu às exigências para o Teste de Aptidão Física (TAF), no qual o candidato do sexo masculino ao cargo de soldados deveria fazer a suspensão do corpo em uma barra fixa, passando os cotovelos por cima da haste, retornando ao movimento inicial, fazendo 05 repetições de forma considerada “perfeita”, para ser aprovado.

Um sargento (graduação que está acima de cabo e soldado, mas abaixo de oficiais) contava as minhas repetições. Caso fossem ineficientes eu deveria refazer minha tentativa até acertar no total de 03 (três) tentativas. No meu caso deu certo, mas presenciei vários candidatos já desfalecidos por tentar várias vezes e não conseguir, pelo exaustão do corpo, sendo então considerados inaptos.

Após esse teste foram realizados outros, como 35 (trinta e cinco) repetições (teste de abdominal) estilo remador em 01 (um) minuto, que é aquele em que o candidato deve começar o teste em decúbito dorsal, com braços e pernas estendidos e ao sinal do início

do exercício deve levantar passando as mãos pelas pernas retornando a posição inicial 35 vezes. O disciplinamento do corpo já havia começado para mim na preparação para os referidos testes Experimentei o que Foucault descreve nos seguintes termos:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a disposição para uma submissão acentuada. (FOUCAULT, 2008, p. 203)

As etapas seguintes, como a de salto em altura de 1,20m (um metro e vinte), na qual o candidato adota uma distância formalmente estabelecida e salta sobre uma haste com a impulsão de um pé, para ser considerado apto; a corrida rasa de 100 metros, em 16 segundos; e uma corrida funda de 2.400m, em 12 minutos, foram etapas necessárias e consideradas primordiais para que o sonho de entrar para a formação de policial militar se transformasse em realidade.

Ao chegar ao Curso de Formação de Soldados em 2007, mais precisamente no Núcleo de Formação de Praças – NUFAP, situado em um dos batalhões da Polícia Militar, fomos recomendados a cortar o cabelo usando máquina 1, estar sempre com a barba ‘feita’, a usar calça jeans azul, camisa branca e cinto de lona na cor cinza, com fivela prata, contendo o distintivo da Polícia Militar.

No primeiro dia de formação do curso de formação de soldados, fomos todos levados para a quadra de esportes do batalhão acima mencionado e recebemos as primeiras orientações. Era uma turma de 170 (cento e setenta homens) e 10 (dez) mulheres, totalizando 180 (cento e oitenta) alunos.

Na primeira meia hora, fomos levados ao campo de futebol, onde conhecemos o coordenador do nosso curso. Naquele instante não deu para entender bem, mas um aluno parecia conhecer o Tenente, que era o Coordenador na época, e o chamou pelo seu nome sem utilizar a referência à patente, quebrando, portanto uma regra, a de que um subordinado (alguém que está abaixo na hierarquia) não pode chamar o superior hierárquico pelo nome, mas primeiro pela patente e depois o nome.

Tal situação nos levou a “ir para o chão” (fazer flexões de braço), sob a ordem do Tenente, que vociferava que ele e os demais componentes da coordenação eram ‘senhores’ e nós éramos ‘vocês’, declarando que havia um distanciamento claro entre o superior e o subordinado.

Para que seja possível entender tal distanciamento entre os componentes da Instituição Policial Militar vejamos abaixo um quadro explicativo da hierarquia na corporação militar:

QUADRO 1 - HIERARQUIA NA CORPORACÃO MILITAR

Praças Especiais	Freqüentam o Círculo de Oficiais subalterno	Aspirante-a-Oficial PM	
	Excepcionalmente, ou em reuniões sociais, tem acesso ao Círculo de Oficiais	Aluno Oficial PM	
Círculo de Oficiais	Círculo de Oficiais Superiores	Postos	Coronel PM Tenente Coronel PM Major PM
	Círculo de Oficiais Intermediários		Capitão PM
	Círculo de Oficiais Subalternos		Primeiro Tenente PM Segundo Tenente PM
Círculo de Praças	Círculo de Subtenentes e Sargentos	Graduações	Subtenentes PM Primeiro Sargento PM Segundo Sargento PM Terceiro Sargento PM
	Círculo de Cabos e soldados		Cabo PM Soldado PM

Fonte: (CLPM, 2004)

Como se pode visualizar, o soldado é a base da pirâmide, seguidos dos cabos, sargentos e subtenentes (fechando o círculo das praças²); tenentes, capitães, majores, tenentes coronéis e Coronéis (fechando o círculo dos oficiais no sistema).

Ao chegar na academia, conheci a palavra “Praça” que se referia a quem não era oficial na PM. Diante de tal terminologia busquei pesquisar e vi que o termo era usado na Idade Média, quando serviço militar era uma obrigação prestada pelo vassalo ao senhor feudal (O GEÓGRAFO, 2013). Com o tempo, a atividade militar passou a exigir a profissionalização de seus integrantes e o termo "praça" passou a designar os efetivos permanentes das antigas guarnições das praças de guerra.

Posteriormente foi acrescentada a denominação de *pret* (ou "de pré") para diferenciar os militares que recebiam seus soldos por contrato de longo período, pessoas geralmente de origem nobre, daqueles que eram contratados de acordo com a necessidade e que recebiam baixos salários, necessitando frequentemente de adiantamentos de soldos (um *pret* era um adiantamento de soldo) (O GEÓGRAFO, 2013). Atualmente, ‘praça’ é a classe militar constituída pelos subtenentes, sargentos, cabos e soldados, cuja formação militar não prevê o ensino superior.

² O termo ‘praça’ significou, desde sempre, inferioridade, submissão, desvalorização, no âmbito da corporação.

Na maioria dos exércitos modernos o termo "praça" corresponde apenas aos cabos e soldados, sendo os subtenentes e sargentos classificados como oficiais. No Brasil, até a década de quarenta, os sargentos eram classificados como oficiais inferiores, e possuíam as mesmas prerrogativas dos demais oficiais, incluindo-se o porte de espadas (O GEÓGRAFO, 2013).

Voltando à narrativa da minha experiência de formação, vencendo a primeira parte acima descrita, percebi logo de início uma ênfase muito forte na introjção dos termos que indicam os lugares ocupados na hierarquia da corporação, sendo bastante claras as separações por patentes militares, revelando-se nas punições dos que cometiam equívocos no tratamento de superiores, bem como na insistência para que o inferior hierárquico nunca deveria chamar o superior pelo nome de batismo civil.

Reverendo a literatura da caserna³, na lei 3.909 de 14 de julho de 1977, artigo 12 § 1º, verificamos que a hierarquia é:

a ordenação da autoridade em **níveis diferentes**, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações. Dentro de um mesmo posto⁴ ou de uma mesma graduação⁵ é definida pela antiguidade⁶ no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.

Pela leitura do trecho acima, extraído de um documento produzido antes da ‘Constituição Cidadã’, de 1988, é possível perceber que há um pensamento expresso na própria legislação que nos diz mais do que está escrito, pois pela leitura há “níveis diferentes” ensejando uma ideia de divisão e de que a autoridade, o poder, perpassa todos os postos⁷ e graduações⁸, estabelecendo que existem pessoas que, por ocuparem determinada posição hierárquica, estão em níveis acima dos demais, referendando as estruturas de dominação/subordinação entre os integrantes da instituição.

Analisando mais detidamente tal excerto, quanto mais respeita a hierarquia posta e apresentada sem ponderações (questionamentos), mais é considerado ‘digno’ o soldado,

³ Quartel (militar).

⁴ É o grau hierárquico do Oficial conferido por ato do Governador do Estado da Paraíba.

⁵ É o grau hierárquico da praça conferido por ato do Comandante Geral da Polícia Militar.

⁶ A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela antiguidade no posto ou na graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento.

⁷ Patente do oficial que vai de 2º tenente à Coronel.

⁸ Patente da praça que vai de soldado a subtenente.

‘disciplinado’ e habilitado para receber elogios. Esse aspecto foi visivelmente enfatizado na recepção dos novos alunos no CFSD⁹ 2007, pelo Coordenador do curso.

Junto com o conceito de hierarquia, outro conceito importante na formação de soldados é o de disciplina, outro elemento da gramática emocional e da ‘pedagogias de si’ nela disseminadas. A disciplina é assim definida no § 2º do artigo 12 da Lei 3.909/77:

Disciplina é a **rigorosa observância** e o *acatamento integral* das **Leis, regulamentos, normas e disposições** que fundamentam o *organismo policial militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico*, traduzindo o pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo. (CLPM, 2004)

Sobre esse conceito, trazemos um comentário de Candiotti (2012, p. 20):

A disciplina é a técnica de poder que fabrica os indivíduos ao utilizar como plataforma uma anatomia política do corpo. A distribuição e repartição superficial dos corpos em um espaço determinado os tornam úteis e dóceis. Pela docilização e otimização dos corpos visa-se à constituição de um incorporal, de uma subjetividade docilizada.

Uma das frases sempre ouvidas por parte da Coordenação do CFSD 2007¹⁰ era “exercitem a disciplina consciente!”. Naquele momento não sabia ao certo o que esta palavra significava, pois não havia sido ensinada conforme o regulamento da instituição, do qual hoje tenho conhecimento, mas sabia que era algo que remetia a obedecer sem questionar, para, assim, ser-se considerado ‘disciplinado’. Naquele momento da formação era preciso fazer o que determinavam sem questionamentos, para que se ‘fosse bem no curso’.

Caso um de nós fosse pego em um ato de “indisciplina”, todo o turno¹¹ pagaria¹². Os que não conseguissem cumprir as penalidades seriam instados a desistir, por não “merecer” fazer parte da PM.

Como afirma França (2010), a disciplina na formação militar rouba a individualização do homem, pois nesta situação o corpo de alunos se torna obrigado a aceitar com prontidão exemplar as ordens emanadas do superior hierárquico, sem questioná-las. Todo pensamento contrário ao que está sendo dito deve ser arrefecido, instituindo-se no mais íntimo dos indivíduos em formação que ‘existe alguém que manda

⁹ Curso de Formação de Soldados.

¹⁰ Ano do CFSD, pois toda turma possui o ano como característica no sentido de a diferenciar das demais.

¹¹ Alunos.

¹² Termo empregado para exercícios físicos como punição.

e outro que obedece’. Docilizam-se os indivíduos para que os mesmos possam alcançar seu objetivo: ser policiais militares que ‘não titubeiem diante do inimigo’.

Estava entrando em contato com a ‘forma polícia militar’ em seus conteúdos centrais: (1) a disciplina acima de tudo; (2) a obediência sem questionamentos; e (3) a preparação para combater o ‘inimigo’.

Na chegada ao quartel, os alunos passam por um ‘batismo’, algo que é muito comum e que mais se executa do que se fala em cursos militares no Brasil, que constitui em um rito de passagem do meio civil para o militar. Nesse ritual, o policial em formação tem que sentir no próprio corpo e subjetividade como sua vida vai mudar. Sobre esse ponto, vale trazer um texto de Wright Mills (1981, p. 232):

É essa tentativa de romper a sensibilidade adquirida que determina a “domesticação” do recruta. Ele deve perder grande parte de sua identidade anterior para que então se torne consciente de sua personalidade em termos de seu papel militar. Deve ser isolado de sua antiga vida civil para que atribua, sem demora, o maior valor à conformidade com a realidade militar, e à consecução do sucesso dentro da sua hierarquia e de seus termos. Seu amor-próprio passa a depender totalmente dos louvores que recebe de seus pares e superiores na escala de comando.

Com o objetivo mencionado acima de construir as fronteiras entre a vida de militar e a vida civil, durante todo o primeiro dia do curso se fazia um mistério sobre a liberação para cada um ir para o seu lar descansar e retornar às atividades formativas no dia seguinte. Fomos submetidos à primeira lição da disciplina ‘ordem unida’, que consistiu no seguinte: todos os novos alunos, de forma coordenada, executavam o mesmo movimento ao comando de voz emitido por um superior hierárquico à frente da tropa¹³. Nessa primeira aula, os alunos militares aprenderam a fazer o gesto da continência¹⁴, a dar meia volta em torno de si mesmo, obedecer os comandos de ‘direita volver’, ‘esquerda volver’.

Ao meio dia houve uma pausa para almoço, ao qual todos deveríamos nos dirigir ‘em forma’¹⁵ e entramos no refeitório conforme determinação do sargento que estava à frente do pelotão¹⁶. Após o almoço fomos para os nossos alojamentos descansar um

¹³ Grupo de militares.

¹⁴ A continência é a saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa.

¹⁵ Grupo de militares que se deslocam juntos formado por quatro filas, de forma coordenada, sob a ordem de um superior hierárquico.

¹⁶ ‘Pelotão’ é um termo militar que designa atualmente uma unidade com cerca de trinta a quarenta soldados comandado por um Tenente.

pouco, mas logo houve outra convocação e fomos para o “chão”, novamente na quadra do batalhão.

Passou o tempo naquele dia e no meio da tarde dormimos na quadra mesmo, ao ar livre, juntos, os 180 alunos policiais militares, com o uniforme de aluno, que na época era denominado de “bichoforme¹⁷”, numa alusão de que o discente era um ‘bicho’ em formação.

Aproximadamente às 22:30, quando pensávamos que iríamos dormir, fomos surpreendidos por um dos sargentos que fazia parte da coordenação do curso afirmando que um dos alunos tinha feito uma coisa errada e por isso todo o turno iria pagar, porque ‘se um erra em uma guarnição¹⁸ todos pagam com a vida no combate à criminalidade’. Nesse momento se ouviram no quartel tiros que pareciam de fuzil, somente depois sendo nos dito que eram de festim¹⁹. Para nós, que éramos apenas civis até o início da manhã, foi chocante ouvi-los.

Todo o movimento que fazíamos era controlado, vigiado. Tivemos que assistir a uma telenovela, sem poder adormecer e ao filme “Os 10 mandamentos” durante a madrugada. Se um de nós dormisse e fosse pego, era acordado com água gelada na cabeça.

Ainda na madrugada recebemos a instrução de realizar uma corrida pelo centro da cidade, na qual, em formação, corríamos cantando músicas, usando calça jeans, camisa branca ensacada. Vale destacar o teor de uma das canções que eram entoadas pelos alunos em formação naquele ano de 2007:

Combatente Audaz

“[...] E muitos pensam que é brincadeira
quando falamos, o que passamos.
Mas só estando nessa carcaça
pra saber o que serei.
Serei um combatente audaz
e não desistirei jamais
estando em guerra ou na paz.

Percebe-se na canção acima um ‘orgulho’ a ser aprendido, relacionado às privações que o aluno policial teve ou tem que passar para ser considerado digno de usar uma farda. Enfatiza-se o haver pessoas que não acreditariam no sacrifício que o aluno

¹⁷ Atualmente esse termo não é mais usado.

¹⁸ Grupo de até quatro policiais militares que, dentro de uma viatura (carro) militar, patrulham as ruas.

¹⁹ Cartucho sem o projétil ou bala, para tiro simulado.

militar tem que fazer para conseguir o intento de ser policial militar. Tal abnegação é demonstrada no termo “carcaça”, que se refere ao corpo humano que passou por muitos momentos difíceis e não desistiu, o que desabilitaria o indivíduo a ser digno e chamado ‘combatente’.

Dentro do Curso de Formação de Soldados já era perceptível que havia uma resistência aos ‘direitos humanos’, pois nas falas de alguns instrutores percebia-se um desdém com relação à “proteção demasiada” dos bandidos, em detrimento dos policiais.

Ainda no batismo²⁰ ocorrido no primeiro dia da vida militar, após a corrida realizada na madrugada, cada aluno policial tomou um banho de água fria, advinda de uma mangueira e após isso fomos obrigados a rastejar no gramado. Estava bastante frio e a solução para apaziguar tal situação seria todos ficarem próximos para nos aquecermos.

No início da manhã estávamos todos sujos de lama, mas felizes, por saber que vencêramos a primeira etapa de um longo período de 08 meses e 24 dias, necessário para nos tornarmos policiais militares.

Foi possível detectar na fala de um dos coordenadores do CFSD²¹ 2007 algo desagradável falado por um pedagogo, se assim podemos considerá-lo, haja vista que houve um conselho à turma de alunos para aplicar o “chá de manta”²² para aqueles que continuassem a trazer problemas para os demais alunos.

Como a “disciplina” já havia sido inoculada no meio do corpo discente, após um tempo, grande parte dos alunos haviam perdido a capacidade de distinguir entre o que era certo ou errado, importando dali em diante a obediência ao que seu superior hierárquico dissesse que era certo, um dos pontos centrais da gramática emocional a ser adquirida durante o período de formação.

Como descreve França (2012), hoje percebo que a instituição, como qualquer outra, funciona em meio a uma dialética entre o que se diz em situações formais de instrução, o que está escrito e o que se faz ou se aprende que se deve fazer na prática. O autor mencionado comentando a discrepância entre o assumido formalmente e o executado em relação à temática dos direitos humanos e da cidadania, afirma:

No ano de 2004 pude notar que as mudanças começaram a se acentuar e novos elementos que ajudavam a mostrar uma polícia com princípios humanizadores eram distribuídos pelo quartel de formação. Agora os

²⁰ Rito de passagem realizado no quartel para simbolizar a passagem do mundo civil para o militar

²¹ Curso de Formação de Soldados.

²² Consiste no uso de um sabonete que envolto por uma toalha é depois utilizado como instrumento para chicotear o outro.

muros do Centro de Ensino²³ recebiam frases, painéis e mosaicos²⁴ com figuras que mostravam a participação social dos policiais militares com o “cidadão comum”. No interior do quartel foram dispostos grandes letreiros que traziam novas palavras como dignidade humana, democracia, cidadania. Essa proliferação de discursos sobre uma polícia mais humanizada influenciava para que o Centro de Ensino passasse a ser conhecido, em nível nacional, como um centro de excelência na formação de agentes de segurança pública. Passei a notar no cotidiano quanto era contraditória a maneira pela qual estava sendo implantado o processo que afastasse a imagem da PM paraibana de modelos antigos que guardava resquícios do regime ditatorial no Brasil. (FRANÇA 2012, p. 65)

Foi em um cenário com os contornos acima descritos que experienciamos a recepção dos novos policiais (alunos em formação) que estavam ali para aprender normas técnicas, preceitos jurídicos, assimilar um imaginário cultural, adquirir uma gramática emocional e construir uma pedagogia de si, tudo descrito como necessário ao ‘bem servir à sociedade’. É com esse conjunto de memórias que inicio este texto, no qual trago a público resultados provisórios de nossa pesquisa sobre o processo de formação de policiais militares, a partir do caso do Estado da Paraíba.

O objetivo central da nossa pesquisa foi discutir aspectos da formação de policiais militares da Paraíba, suas transformações ao longo do tempo e as *gramáticas emocionais e pedagogias de si* nela exercitadas, levando em consideração a forma ‘policial militar’. Dentre os objetivos específicos estão: (1) analisar uma amostra de Currículos de Formação do Curso de Formação de Soldados (CFSD/PB), observando suas transformações ao longo do tempo de existência das instituições formadoras existentes no estado; (2) analisar as concepções de alunos e agentes formadores da turma do curso oferecido pelo Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Praças/PB no período de 2018/2019, em relação ao processo e conteúdos da formação proporcionada/recebida.

A metodologia da nossa pesquisa consistiu dos seguintes procedimentos:

(1) análise dos documentos nos quais se encontram formalmente registrados os perfis curriculares de formação de policiais militares na Paraíba, focalizando os currículos de 2002, 2007 e 2016 da APMCB/PB, instituição maior à qual as unidades formadoras do Estado se submetem, no que se refere às transformações neles ocorridas;

²³ Hoje de acordo com a lei complementar estadual 87/2008 a denominação é Centro de Educação.

²⁴ Esses mosaicos mencionados tratam-se de grandes figuras espalhadas por todo o quartel de formação PM em que o autor foi formado, os quais medem entre oito e dez metros de comprimento por dois a três metros de altura.

(2) aplicação de questionários a uma amostra intencional de agentes formadores e alunos da turma 2018/2019 do Curso oferecido pelo Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Praças/PB (NUFAP/CG/PB), a respeito de conteúdos a serem incluídos nas gramáticas emocionais e pedagogias de si a serem exercitadas e adquiridas na instituição formadora selecionada.

O texto da dissertação está estruturado da seguinte maneira: seguem-se a esta introdução e justificativa o capítulo 1, no qual apresentamos a revisão da literatura sobre a temática do nosso estudo e a perspectiva teórica adotada; em seguida apresentamos o capítulo 2, no qual trazemos a análise do currículo formal do curso aqui focalizado, colocando-o na linha do tempo e de espaço. No último capítulo, o terceiro, apresentamos a análise dos dados coletados através da aplicação de questionários às amostras intencionais de alunos e agentes formadores. Seguem-se as considerações finais e a lista de referências utilizadas ao longo do texto e como fundamento para nossa análise.

Por fim, cabe trazer à baila neste interim, que as observações realizadas por nós nos resultados da presente pesquisa, possuem o único objetivo de oferecer melhorias para o ensino da Polícia Militar não só no Estado da Paraíba, mas em todas as PM's do nosso país, para que essa honrada Instituição possa se refazer todos os dias no sentido de oportunizar para a sociedade local, regional ou nacional o que é de mais eficiente no campo da Segurança Pública.

CAPÍTULO 1 - REVISÃO DE LITERATURA E CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A discussão sobre a formação de policiais pode ser feita de muitas maneiras. José Vicente Tavares dos Santos, no texto *A arma e a Flor* (1997), inicia sua abordagem chamando a atenção para a função da polícia militar, definida como máquina repressiva do Estado, inserida na produção da governabilidade. Para esse autor, os policiais são construídos como agentes do exercício do monopólio da violência física legítima e da produção do consenso.

Essas funções têm sido realizadas sob diversos modelos, destacando-se como historicamente significativos o sistema francês estatal centralizado e o sistema inglês comunitário, os quais aliam o exercício da coerção física legal com a busca da legitimidade social (SANTOS, 1997).

A polícia se situa como elemento fundante da manutenção da legitimidade do poder e da ação do Estado, bem como da aceitabilidade que ele pretende dar à violência e aos seus vários instrumentos, fundamentando sua identidade profissional na convergência do fenômeno do exercício da violência legítima com a função de fortalecer o consenso em torno da governabilidade estatal (Cf. CANCELLI, 1993, *apud* SANTOS, 1997).

Em sua dissertação, intitulada ‘SER POLICIAL É, SOBRETUDO, UMA RAZÃO DE SER’: Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro’, Jacqueline Muniz (1999) focaliza o universo cultural e institucional da PM no referido Estado, buscando entender o *fazer ostensivo da polícia* por intermédio da vivência do significativo espaço de manobra de decisões dos policiais que estão na atividade fim da corporação, enfrentando eventos insólitos e emergenciais que não encontram uma tradução na racionalidade jurídica. Para Muniz (1999) essa emergencialidade dos fatos do cotidiano dos policiais comporiam uma *zona cinzenta do trabalho policial*, permanecendo pouco visível para as corporações, os próprios PMs e a sociedade que depende de seus serviços.

As implicações do recurso discricionário e sua "baixa visibilidade", tanto nas ações individuais consideradas adequadas quanto naquelas interpretadas como arbitrárias e violentas, colocam em evidência a magnitude do desafio posto para a prática policial ostensiva: conciliar, em ambientes ordenados pelo acaso, incerteza e risco, os princípios da legalidade e legitimidade que conformam a vigência do estado de Direito.

Essa característica da atividade cotidiana dos PMs coloca em evidência a importância de estudar a formação dos militares e se constitui como um objeto relacionado, portanto, como funções e aspectos da identidade profissional, sendo seus modelos uma replicação particular das tendências políticas e pedagógicas promovidas nas décadas de 1990 e 2000 na educação regular no Brasil (BRUNETTA, 2015).

Para Brunetta (2015), que focalizou a formação policial em São Paulo, observa-se nela o atrelamento das práticas modernizantes da instituição às concepções liberais, as quais articulam os fundamentos democráticos à condição de mera aparência e solidificam as práticas tradicionais de promoção do controle social e a reprodução das desigualdades. Na pesquisa citada foram realizadas entrevistas com os comandantes das escolas de Policiais Militares do Estado de São Paulo, confirmando que a dinâmica de sustentação das práticas e dos discursos de tendência liberal é operada por meio das articulações entre o não formal e o informal em seu sistema de ensino.

Adotando uma perspectiva de inspiração foucaultiana, Brunetta (2015) nega a interpretação segundo a qual a polícia é mero instrumento do Estado (FOUCAULT, 2008) e afirma que a autonomia da polícia está justamente no caráter minimalista, pontual e imediato de sua ação permanente, chegando ao ponto de modelar as regras da justiça para exercer o poder dos interesses de mercado.

Segundo Brunetta (*idem*), no exercício de sua autonomia, a polícia representa uma contestação do modelo liberal de gestão social, sendo sua arbitrariedade considerada um desvio em relação ao princípio anunciado de liberdade. É possível afirmar que o efeito da autonomia policial é a punição sobre o seu próprio exercício, o que a torna uma espécie de bode expiatório, expressando a contradição entre a liberdade requerida e a repressão exigida pelo modelo liberal.

Assim, a compreensão do processo formativo dos policiais permite revelar a permanência do poder coercitivo nas relações, porém reconfigurado de modo a tornar legítima a violência que o atravessa.

Ao interagir com o sistema escolar militarizado, o exercício do poder ocorre de modo triplamente qualificado: poderes jurídico, militar e educacional, exigindo da análise o redimensionamento do protagonismo de seus alunos. O primeiro determina de modo abstrato o *primo Direito*; o segundo emana da força decorrente daqueles que a ele se submetem; e o terceiro justifica os métodos por meio dos quais se atingem o poder do Direito e o poder da força, e conseqüentemente também o poder de educar o outro.

A eficiência dessa articulação resulta: (1) na substituição de referências de classe entre os militares por noções de lealdade; (2) na introjeção de valores cívicos e morais correspondentes ao interesse do Estado; (3) no apagamento das origens de classe, constituindo o policial como um ser social idealmente apartado das desigualdades constitutivas da sociedade (FERNANDES, 1974).

Ainda sobre documentos como o das ‘Bases Curriculares para formação de profissionais da área de segurança do cidadão’, editado no ano 2000; o da ‘Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública’, editado em 2009; e, por último, o da ‘Diretriz geral de ensino’, editado em 2010, Brunetta (2015) observa que houve tentativas de mudanças nos currículos de formação policial, mas permanece forte nos documentos a valorização da hierarquia e da disciplina, secundarizando-se o caráter humanístico.

No que se refere à parte informal da formação de policiais militares em São Paulo, Brunetta (2015) destaca a hegemonia de metodologias nas quais falta a participação dialógica dos alunos policiais, bem como a não exigência de ensino superior para se chegar a ser oficial ou praça da polícia militar, fato que marca a qualidade da formação oferecida aos PM.

Esse autor também chama a atenção para as contradições no processo de formação do policial de São Paulo, afirmando que nele há o atrelamento das práticas modernizantes das instituições liberais, nas quais a democracia se torna uma mera aparência, prevalecendo o controle social e a reprodução das desigualdades. Esse autor identifica que há uma contradição na formação policial, pois enquanto ela deve garantir direitos para o pleno exercício da democracia, não tem garantidos os direitos no espaço interno à corporação.

Brunetta (*idem*) cita um trecho das entrevistas realizadas sobre as eventuais transformações da formação de policiais militares em São Paulo:

Em termos de mudança, se nós pensarmos em três décadas, posso afirmar que muitos conceitos não mudaram, conceitos do que é certo em termos de conduta do policial isso não mudou; hoje se fala em determinados termos que naquela época eram usados outros termos [...] a terminologia mudou, mas muito do que era feito anteriormente continua sendo feito. [...] na área de ensino nós temos uma DGE, que na realidade repete normas de antigos regimentos da instituição, só que com uma nova roupagem, com as mudanças que foram alteradas, que foram testadas e foram validadas pelo comando (Cel. 1. *a*Apud BRUNETTA, 2015, pp. 135-136)

Foi identificado por Brunetta (2015) também que embora ocorram mudanças significativas no currículo dos cursos das praças e dos oficiais, na prática a cultura tradicional do policial continua dominando o cenário sociocultural e militar, sendo o ‘desencantamento’ dos mais antigos um significativo influenciador dos policiais mais jovens para a reprodução da cultura hegemônica na corporação.

Focalizando o aspecto informal da formação de policiais militares, em um estudo realizado em na Academia de Polícia Militar de Brasília, Daniele Alcântara Nascimento e Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (2015), pontuam, sobre as concepções dos docentes da referida instituição, com base na análise qualitativa, que: (1) o aluno policial militar é formado como um legalista, numa variante burocrático-militar, com forte relevo para o ‘combate ao crime’; e (2) se observa uma incipiente formação na área de direitos humanos e de uma abordagem mais holística dos problemas de segurança pública.

Na análise dessas autoras, o reducionismo à pragmática do cotidiano dos policiais pode contribuir para o entendimento das práticas e da própria lógica considerada como adequada à identidade dos policiais, marcada pela ênfase na obediência e no respeito à hierarquia.

Em um estudo de caráter qualitativo-descritivo, feito sobre a formação de praças da polícia militar do Piauí, realizando uma análise a partir da prática pedagógica do oficial formador, Antonia Maria dos Santos Silva (2012) afirma que, ao longo da história, na formação dos policiais militares o caráter positivista e reprodutivista tem disseminado condutas essencialmente de submissão acrítica a todo um conjunto de práticas hierárquicas, elemento que compõe de modo fundante a gramática emocional a partir da qual os praças se pensam e se praticam.

Silva (2012) explora a perspectiva daqueles que também além da função de comandar unidades²⁵, subunidades²⁶ e pelotões²⁷ operacionais são instrutores dos cursos de formação e aperfeiçoamento de praças.

A autora acima citada, que destaca haver uma demanda social por um trabalho policial eficiente e voltado para o respeito dos direitos e garantias fundamentais, busca através da pesquisa verificar em que medida os cursos de formação de policiais militares podem contribuir ou não para o atendimento da demanda citada.

²⁵ Termo correspondente a batalhão formado por no mínimo 270 homens.

²⁶ Termo correspondente a Companhia formada por 90 homens aproximadamente.

²⁷ Termo correspondente a um grupo de 30 militares aproximadamente.

Para Fernanda Valli Nummer (2014), as instituições que formam sujeitos para o exercício do poder e da autoridade, possuem caráter cooptador de tudo o que delas se acerca. A formação institucional de militares mobiliza processos fundados em formas de transmissão de conhecimentos que enfatizam o caráter dogmático dos valores, expressos em formatos repetitivos, destinados à reprodução do institucionalmente desejado como senso prático profissional dos policiais. Para essa autora, isto se revelaria contraditório, já que, na prática, a atitude dos policiais, bem como de operadores do judiciário requer postura oposta, tal a diversidade de assuntos imprevisíveis com que têm de lidar.

Sobre o processo de socialização colocado em curso na formação policial, Nummer (2014) observa uma prática docente que se preocupa enfaticamente com a assimilação de conteúdos, sem a preocupação de proporcionar oportunidades de desenvolvimento da autonomia criativa para os alunos militares tomarem decisões no cotidiano laboral, o que constituiria um espaço de imprevisibilidade inerentemente indesejado para o funcionamento socialmente prescrito das polícias militares.

Os sistemas de socialização dos PMs é focalizado por Fábio Gomes de França e Janaina Letícia de Farias Gomes (2015), através do estudo do caso do estágio realizado por policiais em formação no setor de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas (EOTAM), na Paraíba. Esses autores afirmam, inspirados nos estudos feitos por Foucault sobre a produção da *docilização de corpos* em várias instituições formadoras, inclusive as militares, que durante os cursos militares ideais culturais baseados em valores como o combate bélico nas ruas, a performatização de modelos socialmente hegemônicos de masculinidade e virilidade dos policiais, a força, a superação e o vigor físico ajudam a construir a subjetividade militar, resultando, paradoxalmente, na *docilização* institucionalmente desejada do aluno/policial militar.

Para França e Gomes (2015), a herança ditatorial, presente nas polícias militares do Brasil colocou essas instituições no difícil papel de consolidarem novas identidades organizacionais que se coadunem com a realidade democrática ensejada com a abertura política, desde 1985, e com a promulgação da Constituição de 1988. Passados 29 anos, a mesma Constituição cunhada de ‘cidadã’, ratificou em seu texto as polícias militares como ‘forças auxiliares do Exército’, o que se traduz na manutenção, nas PMs, de modos de organização, estrutura, regulamentos e cultura interna provindos das Forças Armadas.

Esse fato tem repercussões também na formação dos profissionais policiais militares nos diversos cursos dos quais eles participam, os quais, além de promoverem uma socialização específica de cunho militarista, reafirmam ideais culturais baseados em

valores como o combate bélico nas ruas, a masculinidade e virilidade em seus traços de *violência e dureza* dos policiais; a força, a capacidade de obedecerem, bem como de respeitarem a hierarquia.

França e Gomes (2015) abordam como se efetiva a construção das *subjetividades militares*, destacando elementos de pedagogias de si e de aquisição de uma gramática emocional marcadas pela intensa *docilização do corpo e da alma* do aluno policial militar.

Além de se destinar ao controle dos corpos em uma instituição aqui considerada como total-disciplinadora, para os autores supracitados a formação em alguns cursos policiais também acrescenta o sofrimento como um tipo de pedagogia naturalizada pelos instrutores e depois reproduzida pelos alunos, que relatam suas experiências de participação no Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas (EOTAM), no qual foram alvos de humilhações e agressões físicas, sendo eles objetos de uma *pedagogia do sofrimento*, presente recorrentemente nos cursos de formação de policiais militares. A isso se soma a constituição de um *ethos guerreiro*, que legitima o ideal belicista enaltecido pela cultura institucional, o qual muito provavelmente se refletirá na formação da identidade e práticas profissionais cotidianas dos policiais assim formados.

França (2012) percebeu que havia engrenagens ocultas funcionando paralelamente ao processo pedagógico educacional formal da Polícia Militar. Segundo esse autor, ao mesmo tempo em que se pregava o humanismo voltado para o universo dos Direitos Humanos, havia generosos sinais de distanciamento entre o que era dito e o que se fazia.

Storani (2008) destaca que esses traços dos momentos iniciais da formação dos policiais militares são reforçados em outros cursos direcionados para quem já é policial militar. Os alunos de tais cursos são “convertidos” novamente, mas desta vez de forma mais forte em relação ao início da carreira militar, a exemplo das formações oferecidas nos Cursos de Operações Especiais, no BOPE²⁸ do RJ.

Esses pesquisadores se inspiram na contribuição de Foucault para o entendimento da formação das subjetividades em uma série de instituições de escolarização, da qual a policial seria um caso particular, nos seguintes termos:

Instituições como a oficina, a escola, o exército funcionam com base na aplicação de um conjunto complexo de micropenalidades destinado a moldar o uso do tempo (punindo-se atrasos, ausências, interrupções das tarefas), as atitudes (punindo-se a desatenção, a negligência, falta de

²⁸ Batalhão de Operações Policiais Especiais.

zelo), as maneiras de ser (punindo-se a desobediência, a insubordinação), os discursos (punindo-se a tagarelice, a insolência), o corpo (punindo-se as atitudes “incorretas”, os gestos não conformes, a sujeira), a sexualidade (punindo-se a heteroglossia relativa às orientações sexuais e de gênero, a *indecência*). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. (FOUCAULT, 1987, p. 149)

Nossa visão da formação dos militares como um momento de *mergulho* em um conjunto de *pedagogias de si* que informam as identidades e práticas dos PMs se baseia nas reflexões dos procedimentos pedagógicos formais e informais de moldagem de indivíduos nas instituições educacionais em geral e especificamente naquelas destinadas a formar o *soldado moderno*, como focalizados por Foucault (1987).

Nosso estudo segue a perspectiva de França & Gomes (2015) e a de França (2012), autores que, estudando as disciplinas do Curso de Formação de Oficiais, pontuam que a Polícia Militar da Paraíba passou a professar um *discurso de humanização* nos cursos de formação através de uma nova grade curricular e outras ações, mas que ao mesmo tempo por trás dessas transformações aparentes subjazem elementos tradicionais e relações hierarquizadas de dominação e de afastamento de movimentos na direção da humanização que explicitam querer produzir.

Na nossa pesquisa, estudamos o caso do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar da Paraíba, fazendo, como França (2012), uma análise de documentos – grade curricular – e acrescentando a coleta e análise de dados primários com uma amostra de alunos e professores do referido curso.

Ainda em termos teórico-conceituais, inspiramos nossa abordagem nas contribuições de Susana Durão (2013), em seu artigo intitulado ‘Silenciamentos subtis - Atendimento policial, cidadania e justiça em casos de vítimas de violência doméstica’, no qual apresenta sua visão da formação dos policiais militares em Portugal, refletida em suas práticas, em termos da aquisição e mobilização de léxicos e sintaxes emocionais e morais para o delineamento de cursos da ação prática de policias no atendimento à vítimas de violência doméstica e nas justificativas que constroem para si e para os outros a respeito *do que fazem e do como fazem*.

A autora acima citada define ‘gramáticas emocionais’ como conjuntos de fundamentos morais, de concepções de mundo, de afetações resultantes do treinamento da emoção e das atitudes subjetivas diante das injunções do cotidiano, adquiridos através dos sistemas de socialização em que os indivíduos são mergulhados, através dos quais se

estabelecem léxicos e sintaxes em cujo âmbito se produzem zonas de ambiguidade intersubjetiva.

A autora argumenta que os modos dos policiais militares lidarem com as mulheres vítimas de violência doméstica resultariam dos processos formativos desses agentes de segurança pública, das gramáticas emocionais que adquirem ao longo de sua preparação formal e informal para o exercício de sua atividade.

Para Durão (*idem*), o que constituiria a dificuldade encontrada pelas mulheres que procuram as instâncias policiais militares para denunciar a violência de que foram vítimas seria os desdobramentos práticos das formações dos PMs, que “não seriam preparados para funcionarem como agentes capacitados para abrir janelas de possibilidades para o reconhecimento de direitos do cidadão, mais especificamente o direito à segurança” (DURÃO, 2013, p. 881).

Os PMs do contexto estudado estariam sendo mais preparados para lidar com a busca do que o Estado define como *delinquentes*, do que nos termos de uma gramática que permitisse a realização de ações destinadas a produzir a garantia dos direitos humanos dos cidadãos aos quais seus serviços se direcionam.

Em razão disso, os policiais militares que Durão (*idem*) estudou mobilizam autoavaliações justificativas que os apresentam como sendo profissionais impotentes em matéria de aplicação da lei, não só aos olhos de quem espera mais deles, como aos seus próprios olhos. Aqueles que entram mais frequentemente em contato com os civis operam com base em uma chave de abordagem na qual se observa uma disjunção expressa entre o que deles se espera e aquilo que consideram poder oferecer à sociedade, como resultado de sua ação direta.

Segundo Durão (2013), há uma gramática emocional formal que é ensinada nos cursos de preparação dos policiais que resulta em processos de intersubjetividade nos quais eles são pouco preparados para se colocar no lugar dos civis, tornando-os incapacitados para ações que se afastem do exigido em situações em que precisam lidar com *inimigos do Estado*.

De acordo com a autora, muitos agentes não foram preparados para sequer se comunicar com os civis comuns, tão preparados que foram para lidar com indivíduos que se configuram como *inimigos do Estado*, classificados a partir de sistemas formalmente delimitados de hierarquização minuciosa.

Essa inabilidade profissionalmente produzida se manifesta, de acordo com a pesquisadora, por exemplo, no cumprimento rigoroso da diretiva burocrática de inserir o

auto de denúncia em um sistema informatizado, o que coloca entre os agentes de segurança públicos e os civis uma ferramenta física que pode contribuir para o *esfriamento* das relações entre os atores sociais envolvidos e para a produção social da indiferença (HERZFELD, 2016).

O computador pode indicar a possibilidade de uma maior rapidez no andamento do processo, mas também propicia um contato mais distante entre a vítima e o policial que registra a queixa, chamado a lidar com a ocorrência. Este último pode mesmo utilizar a ferramenta que está ao serviço dos civis como ferramenta que está ao seu serviço, na medida em que “dessensibiliza” a relação situada e o ato profissional do atendimento.

O exemplo apresentado por Durão (*idem*) oferece pistas para o estudo das gramáticas emocionais nas quais a formação oferecida no *locus* empírico escolhido pode estar mergulhando os que se habilitam para se constituírem em PMs na nossa sociedade.

As gramáticas emocionais adquiridas na formação de PM no Brasil, resultam mais em uma disposição e habilidade para a obediência a regulamentos militares do que para a prestação de serviços à sociedade.

De acordo com Balestreri (1998), em casos relatados na história das formações dos policiais militares, estes chegam a passar por momentos de crise, frustrações, humilhações:

Em muitas academias de polícia os policiais parecem ainda ser “adestrados” para alguma suposta “guerra de guerrilhas”, sendo submetidos a toda ordem de maus tratos (beber sangue no pescoço da galinha, ficar em pé sobre formigueiro, ser “afogado” na lama por superior hierárquico, comer fezes, são só alguns dos recentes exemplos que tenho colecionado a partir da narrativa de amigos policiais, em diversas partes do Brasil). Por uma contaminação da ideologia militar (diga-se de passagem, presente não apenas nas PMs mas também em muitas polícias civis), os futuros policiais são, muitas vezes, submetidos a violento estresse psicológico, a fim de atizar-lhes a raiva contra o “inimigo” (será, nesse caso, o cidadão?). (BALESTRERI, 1998, pp. 15-31)

O treinamento dos militares coloca em operação sintaxes e léxicos emocionais que os preparam para lidar com ‘inimigos do estado’, em situações de guerra, despreparando-os para o exercício da função preventiva ou reativa em ambientes nos quais se encontram não outros soldados de exércitos de nações inimigas, mas seus concidadãos, eventualmente em situação de cometimento de crime ou como vítimas dele, esperando uma atuação que lhes dê suporte.

Para Poncioni (2015), é importante estudar a formação dos policiais militares na medida em que ela representa o primeiro momento em que as linhas da pedagogia de si a ser exercitada pelas instituições em primeiro lugar e em segundo lugar pelos próprios policiais militares ganha seus contornos fundamentais. Nas palavras dela:

Na organização policial, geralmente, a primeira etapa da socialização do futuro policial se dá através da academia de polícia, onde se opera formalmente a socialização secundária dos “novatos”, com a introdução de conhecimentos e habilidades técnicas. A segunda etapa se realiza nos locais e nas posições designadas para o policial trabalhar, e a aprendizagem ocorre, privilegiadamente, a partir da realidade cotidiana da organização policial. (PONCIONI, 2015, p.588)

A descrição da autora aponta para os dois espaços formativos através dos quais a socialização profissional dos policiais militares ocorre: o que é formalizado e praticado nas academias formadoras, que pressupõem a submissão a currículos explícitos e implícitos, os aspectos formais e informais do treinamento; e a aprendizagem nas práticas, com os mais experientes e dependentes de estruturas de práticas e sentimentos transmitidos pelos mais velhos aos mais novos.

Aniele Fischer Brand e Suzana da Rosa Tolfo (2012), em estudos sobre o processo de formação do policial militar no estado de Santa Catarina também investigaram como os agentes da lei encarregados por manter a ordem pública são treinados, buscando analisar possíveis elementos associados a casos de violência perpetrada por policiais e de corrupção policial. Para as autoras supracitadas, haveria um despreparo e baixa qualificação policial; os conceitos aprendidos nos cursos de formação estariam significativamente marcados pela herança ditatorial que ainda permeia o ambiente da caserna.

Fischer e Tolfo (2012) afirmam que, para o recém-aprovado no concurso para PM se tornar um ‘verdadeiro’ policial militar deve incorporar o *habitus* militar (BOURDIEU, 2005) e que tal processo de transformação ocorre dentro do curso de formação e nas sequências de introdução no campo do exercício profissional, quando o ‘saber prático’ resultante da aquisição do *habitus* citado é mobilizado, com a mediação da ação dos mais experientes, que ‘sabem o que funciona na realidade das ruas’.

As autoras fizeram sua pesquisa através da análise de documentos relativos à formalização dos currículos das unidades formadoras de PMs e pela observação participante, durante 04 meses, no Curso de Formação de Soldados de Santa Catarina, no

qual puderam observar as aulas e atividades práticas dos alunos soldados, nas quais o *habitus* militar vai sendo adquirido, operando a transcendência entre o objetivo e o subjetivo, com o objetivo de tornar naturais os novos modos de pensar, conceber, sentir e agir de modo a condicionar de acordo com os objetivos institucionais os policiais militares em formação.

As autoras supracitadas descrevem que a Polícia Militar de Santa Catarina realiza suas atividades de ensino nos níveis básico, profissional, técnico, superior e de educação continuada. Segundo elas as normas de condutas ensinadas pela unidade formadora militar estudada chegam a alterar o comportamento dos alunos até no seio familiar, apresentando depoimentos de familiares que declaram perceber que seus parentes em formação não são mais os mesmos de antes da vida militar.

Segundo o estudo de Fischer e Tolfo (*idem*), as transformações experimentadas pelos PM através da formação a que são submetidos são produzidas pela internalização de códigos de conduta a serem observados pelos alunos com relação a si mesmos, com seus companheiros, com o CFAP, com a corporação e com a sociedade, de modo a se transformarem nos indivíduos institucionalmente desejados.

Como em outros estudos sobre o ambiente e os resultados dos cursos de formação de policiais militares, as autoras observaram que os alunos policiais militares são instados diariamente a visualizarem a instituição militar como primeiro lugar em suas vidas, sendo incorporados na respiração dos alunos soldados os conceitos de hierarquia e disciplina, não se admitindo questionamentos da autoridade, o cultivo da dúvida, a aceitação acrítica das ordens de superiores hierárquicos, tudo com o objetivo de produzir a obediência automática aos regulamentos e normas complementares.

Citando os processos de aquisição de *habitués*, como definidos por Bourdieu (2005), Fischer e Tolfo (2012) afirmam que os valores e conceitos incorporados na formação militar, após certo período dentro do curso de formação, são internalizados, de modo que as práticas por eles informadas acabam sendo exercitadas de modo naturalizado, resultado final da internalização do *ethos* militar e a *hexis* corporal a ele correspondente, sendo mobilizados situacionalmente em sua forma prática e inconsciente.

Ainda outra abordagem do tema por nós estudado a ser destacada é a realizada por Lara Abreu Cruz (2010) em sua monografia intitulada “O tradicional e o Moderno na Formação do Policial Militar: uma análise do curso de formação de soldados no Ronda do Quarteirão”, a partir de observações diretas e análise qualitativa de como ocorre a

formação dos primeiros policiais deste tipo de policiamento comunitário, no estado do Ceará.

Uma das primeiras conclusões que a autora destaca é a de que, em um primeiro momento, a percepção era de que o ensino policial estava fragmentado e sem qualquer traço de interdisciplinaridade, indicando a reprodução de práticas pouco afeitas às preocupações éticas, sociais e comunitárias, a despeito de ser um curso para preparar os que participariam do Programa “Ronda no Quarteirão”, cujo objetivo era de aproximar a polícia do cidadão, conquistar a participação coletiva no auxílio ao combate à criminalidade.

Segundo Cruz (2010), o programa acabou por referendar práticas da polícia tradicional, colocando para o segundo plano o objetivo para o qual fora criado. Tendo a sua pesquisa a intenção de compreender o porquê do não atingimento dos resultados positivos almejados, a autora observou que na formação oferecida a disciplina de Direito foi relegada a segundo plano, sendo considerada mais importante as referidas à formação militar. Esse aspecto foi interpretado como o resultado do fato de que, mesmo a partir da vigência da Constituição Cidadã (1988), o ensino para as polícias militares tem sido hegemonicamente dominado pelo exército, através do monopólio do quadro de professores, exercido por oficiais militares.

No ano de 2000 começaram a ocorrer mudanças, quando as instituições de segurança pública passaram a observar o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Entretanto, só em 2003, com o projeto “Segurança pública para o Brasil” começou-se a questionar uma polícia formada como se estivéssemos ainda no período da ditadura militar, discriminatória e fundada na antiga lei de Segurança Nacional, que entendia o cidadão como inimigo (CRUZ, 2010).

No estudo supracitado, é demonstrado como ocorreram transformações a partir da adoção da Matriz Curricular em Movimento no Curso de Formação de Soldados de 2007, no estado do Ceará, inclusive a partir da parceria estabelecida entre a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Secretaria de Segurança Pública (SSPDS). Todavia, Cruz (*idem*) afirma que ao mesmo tempo recua-se aos poucos da proposta de policiamento comunitário, voltando o modelo tradicional de formação e de práticas.

Ainda sobre essa tensão entre humanização e tradicionalidade na formação dos PM, França (2018), a partir da análise do filme ‘Robocop’, lançado em 2014 (nova versão), enfatiza o desejo presente na sociedade de possuir um policial que combata o crime e ao mesmo tempo não possua sentimentos.

O autor citado faz uma análise do personagem vivido por Alex Murphy (Robocop), apontando para o conflito que ele apresenta de, mesmo sendo um *cyborg*, supostamente controlado como uma máquina, relutar a simplesmente obedecer ordens, em alguns momentos apresentando comportamentos discricionários que surpreendem seus criadores.

O contraponto, proposto por França (2018), entre o policial *cyborg*, planejado para executar sem questionar e as figuras reais dos cabos e soldados, se dá em dois planos: o primeiro, aquele que os coloca como indivíduos muito fragilizados, na medida em que, segundo a hierarquia, são definidos como essencialmente os elementos de execução, não podendo tomar iniciativa, criticar ou ponderar nenhuma ordem recebida, pois apenas são seus cumpridores; o segundo, o relativo à definição evidenciada na frase “um soldado é superior ao tempo” (condições climáticas), que permeia as casernas em nosso país, indicando que ao militar não cabe questionar se o tempo é ruim, se está chovendo, se há trovões, inundações, desastres, devendo estar pronto para a ação, sendo considerado como alguém que é imune a qualquer ameaça, seja ela química ou biológica.

Como exemplo dessa segunda visão diametralmente oposta à primeira, França (2018) nos reporta ao ano 1987, quando ocorreu a tragédia do Césio 137, em Goiânia, relatando com detalhes que os policiais militares de baixa patente eram obrigados pelos oficiais a policiar o local mesmo com fortes riscos de contaminação.

A partir da análise desse caráter aparentemente paradoxal da formação e representação dos soldados, França (2012) afirma que o discurso da humanização, assumido formalmente nos quartéis mais recentemente, esconde as relações de poder e dominação neles reproduzidas para expor as camadas dominadas e proteger os seus superiores.

O autor identifica que há um descompasso entre o conceito de disciplina, que visa inculcar nos alunos policiais militares a aceitação de serem dirigidos para atingirem um determinado fim sem questionamentos, e a humanização, sendo os dois conceitos totalmente opostos, pois àqueles tolhe, por exemplo, a liberdade de expressão do pensamento.

Mesmo com a criação da Malha Curricular em Movimento, e da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, a tradicionalidade da formação dos PM continua sendo reproduzida, através do currículo oculto mecanicista. É na prática das disciplinas, nos interstícios das aulas formais e mesmo durante elas, na parte menos

possível de ser determinada pelas ementas e recomendações dos novos currículos, que o antigo *habitus* militar vai se disseminando e impregnando as subjetividades dos alunos.

Lopes, Ribeiro e Tordoro (2016), a partir de uma pesquisa em que 600 policiais, do efetivo de 16.267 atuando no estado do Paraná, responderam a uma *survey*, apontam que há uma forte reação dos policiais militares entrevistados contra a temática dos direitos humanos, principalmente entre os não-oficiais e policiais que trabalham na rua.

Os autores identificam que as maiores críticas à nova mentalidade de se prestar o serviço policial com base na filosofia dos direitos humanos se encontra entre policiais mais velhos e de baixas patentes. Entre os oficiais e os que trabalham no administrativo encontraram menor resistência.

Os que se aprende informalmente nas academias de polícia civil e militar é que respeitar a legislação formal, os direitos humanos como previstos na lei implica em atraso para a resolução de ocorrências com êxito além de ser problemático para os que ocupam cargos de alto escalão, que precisam de resultados para que possam se manter no comando de tais instituições (LOPES, RIBEIRO & TORDORO, *idem*).

Os policiais mais velhos e os de ruas seriam mais refratários aos direitos humanos por motivos diferentes: os primeiros, porque repetem uma formação de certo modo mais profundamente marcada pelo militarismo; os segundos por estarem preocupados com os resultados (combate à criminalidade) não importando os meios. Os oficiais estariam mais abertos para a temática porque têm o mesmo objetivo de enfrentamento ao crime, mas com foco também nos meios legais para alcançar tal pretensão (LOPES, RIBEIRO & TORDORO, *idem*).

Os autores citados também afirmam que os processos de formação policial militar dos oficiais e dos não-oficiais são diferenciados, sendo esse um dos possíveis fatores que explicam tal rejeição por parte de uma gama maciça de praças em relação aos direitos humanos. Os resultados obtidos são explicados também com referência a uma ideia predominante na cultura brasileira, segundo a qual não é importante respeitar tais direitos. A rejeição dos mais jovens à temática dos direitos humanos é vista como o resultado não apenas ao contato deles com a cultura policial hegemônica, mas também dos lugares da sociedade civil dos quais advêm.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, Geverson Aparício Ferrari (2014) procurou verificar quais as visões de soldados e sargentos do estado citado sobre os direitos humanos e sobre seu lugar na socialização secundária, levada a cabo nos cursos de formação de praças oferecidos em Porto Alegre, Santa Maria, Montenegro e Esteio.

Em sua pesquisa, Ferrari (2014) concluiu que as praças são submetidas a fortes violações dos direitos humanos em sua formação, tendendo, por isso, a replicarem em seu trato com cidadãos civis²⁹, as humilhações e negação de direitos básicos das quais foram vítimas.

Foi observado por Basílio (2017), em uma pesquisa qualitativa com alunos do curso de formação de PMRJ, que ocorria desvio de finalidade na formação policial como, por exemplo, quando os alunos militares são utilizados para fazerem a limpeza de dependências do quartel. Outro ponto destacado pelo mesmo é com relação aos instrutores do curso em estudo, pois foi relatado que muitos dos que estão nesta condição não estão capacitados para exercer tal mister a contento, deixando a qualificação policial a desejar.

Alexandre Reis Rosa e Mozart José de Brito (2010) estudaram a construção social do sujeito militar e os mecanismos de controle subjacentes à socialização a que são submetidos durante o período formativo. Dentre seus resultados encontraram significativas variações nas pedagogias corporais exercitadas para formar soldados e oficiais.

Rosa e Brito (2010) apontaram os mecanismos de dominação no campo militar (hierarquia e disciplina), fazendo julgamentos morais (alma) e expressões corporais (corpo). Adotando a perspectiva de Bourdieu, os autores ressaltam que o indivíduo é ligado à sociedade pelo *habitus*, que consiste no sistema de disposições duráveis, princípio organizador das práticas e reprodução da nossa produção. Os autores identificaram que existem estruturas sociais que delimitam as estruturas mentais que levam às práticas, em um processo de interiorização e exteriorização constante.

As estruturas sociais fazem o indivíduo ver o mundo através delas e exteriorizamos através das práticas (*ethos*) que são disposições morais, princípios e valores e da *hêxis* que são princípios interiorizados que refletem posturas e expressões corporais.

O *habitus* fornece os princípios de socialização que consiste no julgamento e ação em cada um dos campos, a exemplo do religioso, acadêmico, militar *etc.*, e os da individualização, que traçam a trajetória e localização dos sujeitos no mundo,

²⁹ Esse autor aplicou um questionário com 12 perguntas abertas analisando 5 dimensões das concepções e práticas de direitos humanos entre as praças, definidas como a seguir: (1)prática; (2)subjetiva; (3) conceitual/didática; (4) logística; e (5) antagônica. Segundo sua pesquisa 57% declararam ter sido xingados e submetidos a humilhações diversas.

internalizando combinações particulares e incomparáveis de esquemas de significação e de práticas.

Esses autores, com base em Wacquant (2005), expressam como o *habitus* em camadas não é o resultado de uma única estrutura social, pois existem diversas influências e diversos campos que incidem sobre o indivíduo. Eles ainda chamam a atenção para o fato de que existem espaços estruturados que independem da pessoa ou organização, o que, segundo Bourdieu (1983) são tendências gerais que se aplicam em qualquer campo. Em todo o campo existe um objeto de luta em comum que é o capital, e cada membro inserido neste espaço deve jogar conforme as regras, cuidando para não explicitar os interesses reais do jogo no campo em que jogam.

Ainda segundo Rosa e Brito (2010) a formação militar ativa os processos de socialização militar ou alternância (BERGER & LUCKMAN, 1996), os quais devem colocar em curso a transformação do civil em militar (através da imposição do arbítrio cultural) correspondendo à docilização dos novos membros da corporação.

Ainda segundo Rosa e Brito (*idem*), a principal lição a ser aprendida nos cursos de formação de policiais é a hierarquização. Nesses cursos, aprender consiste em aceitar que existe quem manda e quem obedece. No estudo que fizeram na Academia das Agulhas Negras (AMAN), perceberam que o ingresso nos cursos ali oferecidos é aos 20 anos, idade em que, pela juventude, os indivíduos aceitariam com menos resistência a *doxa*, a qual constituiria uma ‘bolha’ cuja plausibilidade somente é questionada ao sair da academia e se encontrarem com o mundo civil.

É evidenciado ainda, na pesquisa de Rosa e Brito (2010) que o corpo é trabalhado de formas diferentes a depender do nível de formação. Os oficiais possuem um ensino mais intelectual do que prático. O ensino dos sargentos consiste de um equilíbrio entre os dois, enquanto que aos soldados o ensino é essencialmente prático.

Finalizando essa seção de revisão da literatura sobre a formação de PM no Brasil, trazemos uma voz dissonante, em relação ao encontrado em estudos referidos a vários outros estados do país. Souza (2003), analisando os currículos da formação dos oficiais do Estado de Goiás ao longo do tempo, observou que as práticas curriculares vêm se concentrando mais no aluno e suas experiências. O ensino de policial militar oferecido na Academia de Polícia Militar de Goiás tem como finalidade essencial preparar o policial militar para promover a segurança do cidadão, nas mais variadas circunstâncias que se apresentem. O maior desafio, portanto, é o desenvolvimento de um perfil profissional individual e coletivo, composto por múltiplas habilidades, tais como: capacidade de

rápida adaptação a novas situações (que podem ocorrer por diversas vezes ao longo de um mesmo dia de trabalho), autocontrole, bom senso, raciocínio rápido, cortesia, conhecimentos gerais e específicos e a necessária energia no enfrentamento de ocorrências. Essas ocorrências não se dão em confronto com um ‘inimigo’ (como no caso das Forças Armadas) e sim com um cidadão que apresenta desajustes sociais e por isso causa transtornos à comunidade, necessitando ser ressocializado (SOUZA, 2003).

Para entender as dificuldades para que uma formação desmilitarizada e centrada na formação técnica para a prestação do serviço de segurança pública humanizada é preciso pensar o poder coercitivo que a forma ‘policial militar’ exerce sobre instituições e indivíduos em suas interações na caserna e fora dela. Para isso é indispensável pensar com Simmel, o autor central do formismo sociológico.

De Simmel nos interessa para a análise da formação dos policiais militares a principal ferramenta por ele sugerida ao analista social com pretensões científicas – a distinção entre a forma e o conteúdo das interações sociais – definida como “uma metáfora” (SIMMEL, 2006a, p. 19), ainda destacando que: “nas questões do espírito, não é de todo raro [...] que isso o que precisamos designar com uma metáfora incontornável do fundamento não seja tão firme como a superestrutura construída em cima dele” (*Idem*, p. 30).

Para Simmel (*idem*), o método sociológico, é, no fundo, uma *maneira de ver* a sociedade, capaz de gerar certas *imagens* da realidade histórico-cultural. Ele buscava um fazer-ver, definindo o método como um *meio para expor* certa fração do real. Em conformidade com essa visão, a técnica preferida de Simmel para isso era a analogia, sendo a sua mais notável contribuição nessa linha a que define os processos sociais como a dialética entre forma e conteúdo.

Em Simmel, as formas sociais seriam conjuntos de papéis, de processos de institucionalização de modos de interações, cristalizados através dos modos de socialização aos quais as sociedades vão submetendo os indivíduos. Os conteúdos dessas formas sociais variariam no tempo e no espaço, embora o caráter dialético da relação forma-conteúdo não seja afetado pela história e pela espacialidade.

Aqui propomos analisar a formação do policial militar em termos de uma analogia gradativa, fazendo com a forma ‘policial militar’ o que ele fez com a categoria ‘prostituta’ (SIMMEL, 2006). Para esse autor a prostituta se constituía na forma na qual se encontra exarcebado, em termos de interações sociais, o caráter mercadológico que preside todas as relações sociais. Na forma ‘prostituta’, segundo Simmel – daí o

incômodo que ela gera – encontraríamos a deseufemização da monetarização das relações entre indivíduos nas sociedades contemporâneas.

Como analogia, vemos na forma ‘polícia militar’ a exarcebação da paixão pelo instrumento, na qual somos imergidos em processos gerais de socialização – todos com o objetivo da ativação do ‘modo instrumento’ – da paixão pelo instrumento – nos indivíduos, em maior ou menor grau.

Nossa apropriação de Simmel se traduz na reflexão sobre a forma ‘policia militar’ como a exarcebação do treinamento para a instrumentalização, o qual estaria presente no cerne de toda aquisição de papéis, processos de introjeção de identidades sociais. A forma ‘policia militar’, aos moldes da forma ‘prostituta’, implicaria em um potencial maximizador, completamente deseufemizado, da paixão pelo instrumento presente em gradações maiores ou menores em quaisquer das outras pedagogizações de si ativadas pelos fluxos e antfluxos de socialização aos quais se submetem todos os indivíduos.

Essa característica formal do policia militar determina todas as interações de que ele participa como profissional da segurança pública, refletindo-se sobre o seu processo de formação – a aquisição das gramáticas emocionais, a pedagogia de si – bem como sobre suas práticas cotidianas.

Com base em Simmel, construímos uma hipótese interpretativa sobre os agenciamentos da formação dos policiais militares, em termos de gramáticas emocionais e pedagogias de si nela praticadas, os quais são determinados pela forma “polícia militar”, que funciona como um conjunto de barreiras às transformações eventualmente desejadas na direção da sua humanização, democratização e correspondência mais intensa entre o desejado pela sociedade e o serviço público oferecido pelos policiais militares.

A abordagem da polícia militar em termos simmelianos é incipiente, sendo nosso trabalho uma contribuição nessa direção. Conforme descrito por Aydin-Aitchison & Blaustein (2013), a relação entre a polícia militar e a democracia pode ser pensada de duas maneiras: o que a polícia pode fazer pela democracia (policiaimento ‘humanizado’, para a democracia) e o que a democracia pode fazer pela polícia (formação policia humanizada e nos termos dos direitos humanos ‘para dentro”).

A teoria social de Georg Simmel

A teoria social de Simmel aponta para formas em relação às quais alguns elementos se tornam mais e menos fundamentais na formação e práticas de policiais

militares. Mais especificamente, elementos como a autonomia operacional, o comando inegociável do uso de força e os privilégios relativos ao autocontrole e ao controle de informações são aspectos-chave da forma 'policial militar' que restringem as chances de uma formação na direção dos direitos humanos como filosofia mais geral.

Simmel é amplamente conhecido por sua "sociologia formal", através da qual ele propõe o estudo das formas de interações sociais em várias áreas da vida social. Por 'forma', Simmel entende a cristalização de modos de interações sociais entre os indivíduos. Cada sociedade socializa os indivíduos com o objetivo de prepará-los para as formas de interações que compõem o tecido e as dinâmicas da vida social, disponibilizando gramáticas emocionais, pedagogias de si, além de 'scripts', vocabulários, sintaxes a serem mobilizados em cada contexto interacional em que os indivíduos circulam.

No caso aqui estudado, os cursos de formação de policiais, os processos de socialização formais - no espaço das salas de aula - e informais - mediados pelos policiais mais velhos que introduzem os recém-formados no mundo das práticas profissionais (de rua e administrativas), aliados à definição sociocultural de polícia militar são fontes do entalhamento pelo qual os indivíduos que entram na corporação passam, dotando de conteúdos a 'forma polícia militar'.

No caso das interações que envolvem policiais militares elas são estruturadas por aqueles indivíduos pertencentes a unidades no momento da interação. Como exemplo, pense em um encontro policial-cidadão e a redução de indivíduos para a unidade impessoal de "polícia" ou a unidade impessoal de "cidadão" (SIMMEL 1950: 40-1). Dentro da interação, nos tornamos entidades e estas entidades são relacionadas em modelos estruturados, que têm papéis, rituais e regras sob as quais os indivíduos interagem. São esses modelos, ou "formas", que Simmel (1950: 21-2) argumenta devem ser o objeto definidor da investigação para "a ciência da sociedade".

Dentre os elementos de qualquer "forma", argumenta Simmel (1950, p. 22) que se destacam: superioridade e subordinação, concorrência, divisão do trabalho, formação de partidos, representação, solidariedade interior associada à exclusividade para com o exterior. Em relação à forma polícia militar a chave para a presente discussão inclui aspectos como o privilégio do policial aplicar a força coercitiva com discricionariedade inegociável (BITTNER 1992), o privilégio do sigilo e da retenção de informações e da autonomia da polícia de certas demandas democráticas (independência operacional).

Esses aspectos estabelecem a polícia como uma instituição com uma divisão

especializada do trabalho. Além disso, fica claro nos estudos policiais que a "forma" de policiamento profissional estabelecer traços fortes de solidariedade interna e de suspeita externa.

A solidariedade interna e as relações de superordenação e subordinação observadas na forma polícia militar são atravessadas por um alto nível de hierarquização, o qual se relaciona com um conteúdo necessário, a saber, o cultivo da atitude-instrumento: a moldagem da subjetividade do policial militar implica na introjeção da obediência cega, na determinação dos lugares a partir dos quais a emissão hierárquica de ordens não admite questionamento, crítica, nenhuma forma de escrutínio pelos hierarquicamente inferiores. Esses aspectos da forma polícia militar podem contribuir para a compreensão dos contornos da formação de policiais militares, bem como os limites dos potenciais de policiamento democrático, com base na garantia dos direitos humanos para dentro e para fora da corporação.

Depois de apresentada a revisão da literatura e as perspectivas teóricas que nos guiaram na pesquisa, no próximo capítulo apresentamos uma discussão sobre a história dos currículos de formação policial na Paraíba.

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PM/PB (2002, 2007 e 2016)

Neste capítulo iniciamos o movimento de focalização do caso que nos propomos a estudar, analisando os currículos de Cursos de Formação de Soldados PM/PB, conforme estabelecidos pela Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (à qual estão submetidos os Centros de Formação de Praças – CFAP e os Núcleos de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – NUFAP), instituição responsável por esse setor na Paraíba, examinando os documentos curriculares formalizados em 2002, 2007 e 2016.

2.1 Histórico do Centro de Formação de Praças

A história da formação profissional na PM da Paraíba revela importantes aspectos do desenvolvimento dessa Corporação ao longo da sua história, estando o mesmo atrelado às transformações ocorridas nos critérios de ascensão profissional institucionais, sendo narrada como um constante esforço dos integrantes da Corporação para que ela acompanhe a evolução social, política e econômica do Estado.

A evolução da referida formação guarda uma estreita relação com os critérios de nomeações e promoções de Oficiais e Praças, adotados ao longo da história da Corporação, podendo ser a formação dos PM na Paraíba agrupada em cinco fases distintas, como apresentadas a seguir: a) Fase dos Critérios Políticos - de 1832 a 1912; b) Fase dos Concursos - de 1912 a 1935; c) Fase dos Cursos Internos - de 1936 a 1965; d) Fase dos Cursos Externos - de 1965 a 1990; e) Fase após a criação do Centro de Educação (BATISTA, 2000).

De 1832, ano em que a Corporação foi criada, até 1912, as nomeações e promoções de Oficiais eram efetuadas pelo Presidente da Província, ou pelo Presidente do Estado, sendo oficializadas pelo Comandante Geral da Corporação, sem prévia fixação de critérios. Isso resultava em constantes interferências e abria espaço para as indicações políticas.

Nessa fase não existia atividade sistemática de formação. Mesmo assim, a preocupação com o aprimoramento profissional levou a Corporação a criar, em 1867, a Função de Oficial Instrutor, que seria exercida por pessoa com qualificação e mediante gratificação especial.

A partir de então, todas as pessoas que ingressassem na Corporação seriam submetidas a um período de Instrução, liderada pelo Oficial Instrutor, em um setor

específico da Corporação, denominado de Companhia Fixa. Podemos concluir que essa Companhia seria a origem do atual Centro de Educação da Polícia Militar.

Em 1912, ano em que a Corporação passou por uma grande reforma, os processos de nomeações e promoções de Oficiais e Praças mudaram, decidindo-se que não haveria mais nomeações de civis para os postos de Oficiais. Só poderiam ser nomeados como Alferes, posto inicial de carreira de Oficiais, os Sargentos que atendessem aos critérios fixados em lei, tais como: contar, pelo menos, três anos na Graduação de 1º Sargento; ter dois anos como Sargenteante ou Quartel Mestre, uma espécie de Almojarife; possuir bom comportamento e ser aprovado em exame prático de infantaria, em nível de escola de pelotão.

Para as promoções seguintes, até a de Tenente Coronel, maior posto da Corporação na época, também foram estabelecidos critérios, dentre eles a aprovação em exames práticos. A promoção para o posto de Capitão exigia conhecimento prático de um Comandante de Companhia de Infantaria em operação de guerra. Para o posto de Major os conhecimentos eram referentes ao de Comando de um Batalhão de Infantaria.

As promoções de Sargentos eram efetuadas pelo Comandante Geral, mediante indicações dos Comandantes das Companhias, visto na época, não existir Batalhões. Em 1916, esse critério foi substituído pelo de Concurso, ou seja, exigiam-se habilidades específicas para cada graduação.

O Regulamento conhecido como "Regulamento do Coronel Mário Barbedo", Oficial do Exército (Tenente comissionado Tenente Coronel) que comandou a Corporação na época, (12 de janeiro de 1912 a 2 de outubro de 1914) introduziu mais rigor nas instruções de recrutas.

Em 1917, com o advento da Lei Federal, que tornou as Polícias Militares forças auxiliares do Exército, (Lei Federal 3.216, de 3 de Janeiro de 1917), todas as Polícias passaram a receber Oficiais do Exército para ocupar a função de Instrutor. Essa legislação foi aplicada na Paraíba através do Decreto Estadual nº 989 de 10 de Janeiro de 1919. A partir de então a instrução da tropa ganhou nova dinâmica. O então Tenente do Exército Delmiro Pereira de Andrade exerceu essas funções por vários anos.

Preocupado com a melhoria do nível escolar dos Praças, o Tenente Coronel João da Costa Vilar, Comandante Geral da Corporação, (28 de junho de 1915 a 3 de novembro de 1920) revitalizou em 1920 a Escola Vidal de Negreiros, que funcionava, desde o início do século, no interior do Quartel e se destinava a alfabetizar Cabos e Soldados. Conhecida como Escola Regimental, essa atividade se desenvolveu até 1970.

Em 1924, durante o Governo de Sólton de Lucena, quando a Corporação estava sob o Comando do Coronel do Exército João Florêncio da Costa, (5 de novembro de 1920 a 22 de outubro de 1924) um entusiasta do preparo técnico-profissional dos policiais, dois Sargentos (João da Costa e Silva e Epaminondas Carlos de Albuquerque) foram enviados ao Rio de Janeiro, para frequentarem o Curso de Comandante de Pelotão, que era realizado pelo Exército, na Escola de Sargentos de Infantaria (ESI), sendo estabelecido como requisito para a promoção de Sargentos ao Posto de Tenente.

Em 1916, o posto de Alferes foi extinto, ocasionando, criando-se os postos de 1º e 2º Tenentes. Em 1929, foi criado o posto de Aspirante-a-Oficial que seria preenchido pelos Sargentos que concluíssem o Curso de Comandante de Pelotão, realizado no Exército, na Escola de Sargentos de Infantaria (Lei nº 692, de 8 de Setembro 1929). Estabelecia-se, portanto, o critério de ascensão na carreira através do investimento em formação³⁰.

A Constituição Federal de 1934, no seu artigo 167, definiu as Polícias Militares como Força Auxiliar do Exército. A Lei Federal nº 192, de janeiro de 1936, regulamentando esse dispositivo, deu nova organização às Polícias Militares e introduziu modificações no processo de promoções de Oficiais e Praças, passando-se então a se exigir a criação de Cursos em todos os níveis de postos e graduações, inclusive os de aperfeiçoamento de Oficiais e de Praças. As promoções, então, ficaram condicionadas à realização desses Cursos.

A lei estabeleceu uma carência de cinco anos, o que significava que a partir de 1941 os Oficiais e Sargentos que não tivessem Cursos ficariam preteridos de promoções. Em 1935, antes das exigências da Lei 192, a Corporação, através da Lei Estadual nº 37, de 23 de dezembro de 1935, que estabelecia a organização e o efetivo anual da Corporação, criou o Centro de Instrução, destinado a promover Cursos de Formação de Cabos e Sargentos. Esse Centro, de organização e efetivo eventual, funcionava no Quartel do Comando Geral, onde hoje funciona o 1º BPM, e era dirigido por um Oficial do Exército.

³⁰ Embora não fosse previsto de forma explícita na lei, nesse período ocorreram também muitas promoções por 'bravura', resultantes, quase sempre, de lutas entre a Polícia e grupos de cangaceiros. Esse tipo de promoção só começou a ter fundamentação legal em 1936, através da Lei Federal nº 192. A partir de 1945, pelo Decreto-Lei nº 706, de 04 de outubro daquele ano, a legislação da PM/PB começou a fazer referência à promoção por bravura, mas só reconhecia a existência desse tipo de ato, em caso de guerra.

Ainda em 1936, ocorreu nesse Centro de Instrução o primeiro Curso de Formação de Sargentos, com a denominação de Curso de Formação de Candidatos a Graduados. No ano seguinte, foram realizados mais dois Cursos desse, sendo um em cada semestre.

Em 1937, foi realizado, também nesse Centro, o primeiro Curso de Cabos. Em 1942, foi realizado outro. O primeiro Curso de Aperfeiçoamento foi realizado em 1940. Conforme também estabelecia a lei, as promoções de Graduados Especialistas continuaram a ser efetuadas mediante a realização de Concursos.

Em 24 de janeiro de 1938, através do Decreto nº 942, foi criada na Corporação a Escola de Formação de Oficiais, Sargentos, Cabos e Especialistas, e Aperfeiçoamento de Oficiais. Essa Escola passou a funcionar no Quartel do Comando Geral, onde funcionava o Centro de Instrução, que foi absorvido pelo novo Órgão.

A Lei Federal nº 192, que exigia a criação de Cursos, também estabelecia que o Curso de Formação de Oficiais só poderia ser ministrado por Oficiais portadores de Cursos de Formação na Polícia Militar ou no Exército. Na Polícia Militar não existia Oficial com essa qualificação até 1939. Como a lei definia que para a promoção ao posto de Major o Oficial era necessário possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), foi dada prioridade à realização de um CAO com os Oficiais mais antigos.

Assim, ministrado por um grupo de Oficiais do 22º BC, Unidade do Exército aquartelada na Capital Paraibana, atualmente denominada de 15º Batalhão de Infantaria Motorizada, foi realizado o primeiro CAO na Paraíba, com início em junho de 1939.

Os Currículos do CAO e dos Cursos de Formação de Sargentos e de Cabos eram eminentemente Militares, em razão do constante emprego da Corporação em atividades típicas de Exército e da própria filosofia política reinante no período ditatorial de Getúlio Vargas. Os currículos dos cursos estabeleciam que apenas 10% da carga-horária total eram destinados à matéria policial.

A exigência do CAO para as promoções aos Postos de Major e de Tenente Coronel, definida na Lei 192 de 1936, foi revogada em 1939 (Decreto-Lei 1.623), mas como existiam na Corporação muitos Oficiais sem curso de formação, foi mantido o planejamento de realização de outro CAO, com o objetivo de dar condições para legalizar essa situação, o que ocorreu em 1941.

Nesse Curso foi adotado o mesmo Currículo do curso anterior, sendo porém ministrado por Oficiais da Corporação, legalmente habilitados no CAO anterior e em razão de não haver mais a exigência do Curso ser ministrado por Oficiais do Exército, como estabelecia da Lei 192/1936 (Decreto-Lei nº 1.233 – de 29 de abril de 1939).

Ainda em 1941, no dia 1º de abril, foi iniciado o primeiro Curso de Formação de Oficiais (CFO), ministrado por Oficiais da própria Corporação, com um currículo voltado para atividades de infantaria e cavalaria.

Em 1944, em 28 de abril, foi iniciado o 2º CFO, com 14 alunos selecionados entre Sargentos e Subtenentes, todos portadores do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). Esse curso, inicialmente previsto para ser ministrado em três anos, teve seu término antecipado por necessidade urgente de Oficiais para exercer as funções de Delegado de Polícia, e em razão de todos os alunos terem já realizado o CAS. O 2º CFO da Corporação foi concluído no dia 24 de março de 1946. Em 1952, ainda restrito ao meio interno, foi realizada nova seleção para o CFO, tendo a turma selecionada concluído o mesmo em 7 de setembro de 1954.

Os Currículos e os Instrutores foram, basicamente, os mesmos dos CFO anteriores. Os Cursos de Formação de Cabos e Sargentos e os Concursos para promoção de Especialistas continuaram a ser realizados regularmente.

Em 1956, a Polícia Militar, sob o comando do Coronel Edson Ramalho, passou por mudanças na sua estrutura organizacional, dentre as quais se destaca a criação, através de ato administrativo interno, uma Companhia de Instrução, que diferentemente da Escola de Formação de Oficiais e Praças, então existente, passava a ter organização e efetivo permanente, o que facilitava a efetivação do Ensino. A Companhia de Instrução passou então a funcionar na Fazenda Simão, que estava desocupada depois da desativação da Unidade do Esquadrão de Cavalaria da Corporação e da alienação dos animais.

A Formação de Soldados e Graduados então passou a ter novo impulso. Ainda em 1956 foi realizada mais uma seleção para o CFO, sendo que desta vez foi aberta ao público externo, com 20 vagas destinadas aos Policiais Militares e 20 para Civis ou Militares de outras Organizações. Dos então selecionados 37 alunos concluíram o referido curso.

Em 1965, quase todos os Oficiais que concluíram o CFO de 1958 eram Capitães. Havia, portanto necessidade de muitos tenentes. O Coronel João Gadelha de Oliveira, Comandante Geral da Corporação na época, solicitou à Polícia Militar de Pernambuco, a concessão de vagas para a Paraíba no Curso de Formação de Oficiais que era realizado no Centro de Formação de Oficiais daquela Corporação.

Assim, naquele ano, a Polícia Militar da Paraíba enviou para realizar o CFO com duração de três anos na instituição pernambucana, 10 Alunos selecionados, entre civis e

militares, portadores do 1º Grau. Em setembro de 1967, chegou à Paraíba a primeira turma de Aspirantes-a-Oficial, formada fora do Estado.

Esse processo continuou se realizando até 1971, com número de vagas oferecidas pelas PM promotoras dos cursos variando a cada ano. Em 1972, os 10 Alunos selecionados para realizar o Curso em Pernambuco, foram enviados para a Bahia, pois a PMPE estava se estruturando para adotar Currículo de Academia, o que exigia seleção em nível de 2º Grau. A partir de 1973, a seleção para o CFO passou ao nível de 2º Grau, atendendo exigências dos Currículos que passaram a ser adotados nas Academias que recebiam Alunos da Paraíba.

No período de 1967 até 1992, a Polícia Militar da Paraíba formou, em 10 Estados do Brasil, 225 Oficiais, sendo 142 em Pernambuco, 21 na Bahia, 16 no Ceará, 11 no Rio de Janeiro, 10 no Paraná, 9 em Goiás, 5 em Minas Gerais, 5 no Rio Grande do Sul, 3 em Brasília e 2 em São Paulo.

Com a criação do Centro de Ensino da Polícia Militar, a formação de Oficiais, a partir de 1991, passou a ser predominantemente na Paraíba. Mas ainda no decorrer da década de 1990 foram encaminhados alunos para fazer o CFO em diversos Estados como Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Goiás, e Mato Grosso. Nesse contexto, em 1993 foram encaminhados para o CFO em Alagoas, 12 alunos, sendo essa a maior turma formada fora do Estado depois da criação do Centro de Ensino.

Como vimos acima, a Lei Federal nº 192, de 1936, que só permitia a promoção aos Postos de Major aos portadores do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, foi modificada em 1939, (Decreto-Lei N. 1.623 de 22 de Setembro de 1939) pondo fim a essa exigência. Só em 1967, através do Decreto-Lei nº 317 (de 21 de Setembro de 1967) o CAO voltou a ser exigido.

Esse mesmo diploma legal passou a exigir para a promoção ao Posto de Coronel, o Curso Superior de Polícia (CSP), nas Corporações que promovessem esse Curso. Como a Polícia Militar da Paraíba não promove o CSP, ele é facultativo na Corporação.

Mesmo sem ter caráter obrigatório, desde 1968 Oficiais dessa instituição frequentaram o Curso Superior de Polícia em outros estados. O então Major Joaquim Sinfrônio foi o primeiro Oficial da Corporação a realizar esse Curso, em 1968, na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

Antes da exigência legal, alguns Oficiais da Corporação frequentaram o Curso de Aperfeiçoamento. Em 1963, o então 1º Tenente Lindemberg da Costa Patrício frequentou o CAO na Escola Nacional de Polícia, em Brasília-DF. Em 1965, os Capitães Marcílio

Pio de Queiroz Chaves, Newton de Araújo Leite e Benedito Lima Júnior, foram enviados à Polícia Militar de Minas Gerais e o também Capitão Francisco Monteiro Segundo, seguiu para a Polícia Militar de Pernambuco, onde realizaram o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

A preocupação em especializar Oficiais e Praças para desenvolver atividades em áreas específicas na Corporação, teve início em 1938, com o envio de Oficiais para frequentarem Cursos de Educação Física em Organizações do Exército sediadas em Recife e no Rio de Janeiro.

Entretanto, só a partir de 1968, através da Aliança para o Progresso, um programa desenvolvido pela ONU para fortalecer a influência dos Estados Unidos no continente americano, durante o período da chamada guerra fria, essa atividade ganhou impulso, com o envio de Oficiais para frequentarem Cursos de Especialização nos Estados Unidos.

Esses Cursos, com duração média de três meses, eram denominados de Curso Geral de Polícia, sendo realizados por dez Oficiais, entre 1968 e 1971 (os então Majores, Lindemberg Patrício, Geraldo Cabral, Geraldo Gomes, Geraldo Alencar, Ambrósio Agrícola, Antônio Costa Filho e Ivanile Lordão e os Capitães José Batista do Nascimento, Ednaldo Rufino, Jorge Lucena e Manuel Paulino).

Em 1969, no Comando do Coronel Ozanan de Lima Barros, a Companhia de Instrução, criada em 1956 pelo Coronel Edson Ramalho, recebeu a denominação de Centro de Instrução, que passou a ser comandado por um Major, sendo o seu primeiro Comandante o Major Ivanile Lordão, permanecendo nas mesmas instalações. Em 1977, o Centro de Instrução foi transferido, sob o Comando do Capitão Manuel Paulino da Luz, para um novo Quartel, instalado no Bairro de Marés e passou a se denominar, por força do Decreto 7.799 de 10 de outubro de 1978, de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP).

Tendo em vista que em 1989 existiam mais de 100 vagas no Quadro de Oficiais da Corporação, e a impossibilidade de sua complementação através da realização de Cursos em outros Estados, uma vez que anualmente eram concedidas, em média, apenas 10 vagas, foi criada, em 1990, a Academia de Polícia Militar da Paraíba, que passou a formar Oficiais para a Corporação e para outros Estados do Nordeste. Para isso, entretanto, era necessária a disponibilidade de instalações compatíveis.

Em 1990, em uma área deserta, rodeada de um intenso matagal, localizado em uma área de propriedade do Estado conhecida como Mangabeira, onde posteriormente foi erguido um Conjunto habitacional com essa mesma denominação, tinha sido

construído um prédio que, em princípio, estava destinado a sediar a Secretaria de Segurança Pública. As dimensões do espaço dessa edificação eram muito superiores às necessidades da Secretaria de Segurança naquela época. A obra ficou pronta e não foi ocupada. Desde 1985 as dimensões do Quartel onde funcionava o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da Polícia Militar, localizado no Bairro de Marés, por trás do Quartel do Corpo de Bombeiros, eram insuficientes para atender às suas funções. O então Capitão Arndildo Moraes, Comandante do CFAP, em uma atitude ousada, programou uma instrução de marcha, envolvendo todo seu efetivo, e ainda a título de instrução, ocupou toda a área do Prédio destinado à Secretaria de Segurança, até então sem ocupação, e lá instalou o Comando do CFAP. Esse fato poderia ter provocado uma crise entre o Secretário de Segurança, o Coronel do Exército Gilvan Navarro e o Comandante da Polícia Militar, o Coronel Paulo Marcelino. Porém, como eles eram muito amigos, não houve maiores dificuldades, e com a anuência do Governador Tarcisio Burity, o prédio ficou com a Polícia Militar para instalar o Centro de Ensino da Polícia Militar, que foi criado através da Lei 6.800/1999.

Tiveram início então as providências legais para formalizar a existência desse novo órgão. A lei 5.264, de 25 de abril de 1990, assinada pelo Governador Burity, alterou a Lei de Organização Básica da Polícia Militar, estabelecendo o Sistema de Ensino da Polícia Militar com a criação do Centro de Ensino formado pela Academia de Polícia Militar, o Colégio da Polícia Militar, o Centro de Estudos Superiores e o antigo CFAP. No artigo 8º dessa Lei, foi criado o Curso de Formação de Oficiais, definindo-o como curso de nível superior. Através da Lei 6.800 (de 4 de novembro de 1999), o Centro de Ensino recebeu a denominação de Centro de Ensino Antônio Mariz, um importante político do Estado que faleceu no dia 15 de setembro de 1995, no exercício do Governo do Estado.

Através do Decreto 13.879, de 15 de março de 1991, o Curso de Formação de Oficiais foi regulamentado para funcionar na Academia de Polícia Militar da Paraíba. Essa norma jurídica instituiu o processo de ingresso no CFO, definindo a seleção através de Vestibular, e estabelecendo uma carga de 4.270 horas de aulas, distribuídas em seis semestres. A Resolução 234/2001, do Conselho Estadual de Educação reconheceu o CFO como de nível superior, e integrado ao sistema de ensino do Estado. Através da Resolução 126/2010, o Conselho de Educação do Estado renovou o reconhecimento do CFO como de nível superior. A partir de então são realizadas seleções para o CFO através do vestibular unificado da Universidade Federal da Paraíba.

Mesmo criado em 1990, o Colégio da Polícia Militar só foi ativado quatro anos depois, através do Decreto 16.094, de 7 de fevereiro de 1994, que lhe deu nome de Escola Estadual D. Fernando Moura Cunha Lima, destinando-se ao ensino de alfabetização até o curso médio.

Em 2011, uma jovem estudante desse Colégio, de nome Rebeca Cristina Alves Simões, foi vítima de um bárbaro assassinato que foi objeto de uma intensa cobertura na imprensa local, o que provocou um clamor público e levou o Governo do Estado a prestar uma homenagem a essa jovem mudando o nome dessa instituição de ensino para Colégio da Polícia Militar Estudante Rebeca Cristina Alves Simões (Lei 9.492/2011).

Embora a exigência do CAO para a promoção ao posto de Major já estivesse prevista na legislação federal desde 1936, com as modificações feitas através dos tempos até o advento do Decreto-Lei 667, e integrada a Lei de Promoção de Oficiais, para sua realização no Centro de Ensino da Polícia Militar, era necessário a sua criação através de Lei. Essa criação se deu através do Decreto 14.144 de 9 de março de 1994, no qual ficou estabelecida uma carga de 790 hora aulas e a possibilidade de abertura de vagas para Oficiais de outras instituições, inclusive de outros Estados.

Na forma dessa norma, o CAO se destina ao aperfeiçoamento de Oficiais em nível de pós-graduação. A partir de então, esse curso passou a ser realizado no Centro de Ensino, de forma regular.

Os Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Praças, precedidos de seleção (CFSd, CFC, CFS e CAS) continuaram, de forma regular, a ser realizados no CFAP, integrado ao Centro de Ensino.

No final da década de 1980 tiveram início no âmbito da Corporação as discussões sobre um processo de promoção de praças, independente da realização de cursos de formação, como forma de incentivo a esses profissionais.

Entretanto, só em 1991, com o advento do Decreto nº 14.051 (19 de agosto de 1991) que criou as promoções às graduações de Cabo e Terceiro Sargento por tempo de serviço, desde que os postulantes atendessem a outras exigências, essas ideias se tornaram possíveis.

Conforme estabeleceu esse Decreto, a partir de então, foram beneficiados, com a promoção a Cabo, os Soldados que contavam, no mínimo com 15 anos de serviço e os Cabos que tivessem, no mínimo 10 anos na graduação, foram promovidos a 3º Sargentos. Embora houvesse exigência implícita de um prévio treinamento específico para efetivação dessas promoções, até 2002 eles não foram realizados.

O Decreto 23.287 (20 de agosto de 2002) reduziu para 10 anos de serviço o tempo de exigência para essas promoções, mas passou a exigir que elas fossem precedidas de um Curso de Habilitação. Dessa forma, o mesmo decreto criou os Cursos de Habilitação de Cabos (CHC) e de Habilitação de Sargentos (CHS), que, a partir de então passaram a ser realizados regularmente no Centro de Ensino.

Com o desenvolvimento das mais diversas formas de ação da polícia militar, houve a necessidade de se efetivar treinamentos especializados. Com essa finalidade, ao longo do período de décadas de 1990 a 2010, foram realizados, no Centro de Ensino, cursos especializados em diversas modalidades de policiamento.

Entre essas atividades destacou-se, pela sua abrangência nacional, a Instrução de Nivelamento de Conhecimento, da Força Nacional de Segurança, na qual foram treinados cerca de 3 mil policiais de diversos Estados do Brasil. O treinamento, realizado no primeiro semestre de 2006, em 10 etapas, foi regulamentado pelo Decreto nº 5.289.

A escolha dos dirigentes da Força Nacional para que esse treinamento fosse realizado na Paraíba, expressa que o Centro de Ensino foi avaliado como capaz de atender as necessidades para a formação e especialização dos policiais militares.

Depois desse breve histórico do processo de estabelecimento de requisitos de formação relativos às trajetórias profissionais na corporação, passamos a focalizar uma amostra de currículos adotados para cursos de Formação de Soldados da PM oferecidos nas unidades da corporação no estado.

2.2 Curso de Formação de Soldados da PM/PB – 2002

O módulo básico e o especializado, disponibilizados pelo Centro de Educação aos alunos do Curso de Formação de Soldados no ano de 2002, preveem uma carga horária de 930 horas-aula e a duração de 20 semanas (05 meses).

No documento curricular, os objetivos do curso são assim estabelecidos:

- (a). Formar o Soldado PM dotando-o de conhecimentos básicos e técnico-profissionais, de modo a prepará-lo para as missões do policial militar cidadão, legalista, comunitário e profissional;
- (b). Preparar o Soldado PM para ser um profissional respeitoso, respeitável e competente;
- (c). Desenvolver no Soldado PM os valores éticos e sociais, dentro dos princípios da hierarquia e da disciplina que devem existir em todas as instituições que prestam um serviço de proteção à comunidade;

(d). Estimular a expressão oral e escrita, a disciplina, a forma física e a capacidade de relacionamento com pessoas e grupos sociais, forjando um profissional que trabalhará pela proteção à dignidade humana, norteado pelos princípios de cidadania.

As disciplinas se dividem em módulo básico e especializado conforme se pode visualizar abaixo, respectivamente:

TABELA 1 - MÓDULO BÁSICO

Nº de ORD.	Disciplina	Carga /horária
	ÁREA FUNDAMENTAL	
1	Educação Física & Desportos	90h/a
2	Organização Institucional	45h/a
3	Ordem Unida	30h/a
4	Defesa Pessoal	30h/a
5	Informática	30h/a
6	Inglês	30h/a
7	Fundamentos da Psicologia Social	20h/a
8	Introdução à Sociologia	20h/a
9	Comunicação Social	20h/a
10	Deontologia Policial Militar	15h/a
	ÁREA TÉCNICA	
11	Doutrina de Polícia Ostensiva	75h/a
12	Técnica de Tiro Defensivo	45h/a
13	Defesa Civil	45h/a
14	Polícia Comunitária	30h/a
15	Medicina Legal e Toxicologia	30h/a
16	Atendimento Pré-Hospitalar	30h/a
17	Policiamento de Praças Desportivas, Eventos e Choque	20h/a
18	Gerenciamento de Crises	20h/a
19	Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário	20h/a
20	Policiamento em Estabelecimentos Prisionais	20h/a
21	Telecomunicação Operacional	20h/a
22	Inteligência Policial	20h/a
23	Policiamento Ambiental e Florestal	15h/a
24	Prevenção e Combate ao incêndio	15h/a
	ÁREA JURÍDICA	
25	Direito Penal e Processual Penal	45h/a
26	Direito Judiciário Militar	30h/a
27	Direitos Humanos	30h/a
28	Direito Administrativo	15h/a
	Carga Horária de disciplinas	855h/a
	Atividades Complementares	15h/a
	Estágio Supervisionado	90h/a
	Carga horária total	960h/a

TABELA 2 - MÓDULO ESPECIALIZADO

Nº de ORD.	Disciplina	Carga /horária
	ÁREA DE DESPECIALIZAÇÃO	
1	Policiamento Feminino	20h/a
2	Noções de Ciclotrucamento	30h/a
	Soma total	50h/a

2.2.1 Análise do currículo

Na área Fundamental está a disciplina com maior carga horária, a saber, “Educação Física e Desportos” (90h/a), indicando a centralidade da preparação física dos policiais militares. Destaca-se também a disciplina “Ordem Unida”, indicando que, embora tenhamos um curso que procurou ofertar cadeiras técnicas, considera que é fundamental estar lado a lado com Psicologia, Introdução à Sociologia entre outras, disciplinas militares como “Deontologia Policial Militar” e “Organização Institucional” que visam subsidiar o recruta³¹ com os conhecimentos que são considerados basilares para a formação quartelesca do policial militar. Nessas últimas cadeiras busca-se operacionalizar no corpo discente a internalização do regulamento disciplinar, de modo a manter o culto à hierarquia e a disciplina militar.

Destacamos nessa área ainda a disciplina de Comunicação Social, com carga horária de 20 horas-aula e que um dos objetivos gerais da disciplina é o de estabelecer uma relação de parceria com a comunidade já existindo por parte da corporação uma latente preocupação com a imagem da instituição:

OBJETIVO(S) GERAL(IS) DA DISCIPLINA

Proporcionar experiências de aprendizagem que possibilite ao aluno:

- 1) Agir de maneira adequada às normas sociais.
- 2) Estabelecer parceria entre a PM e a Comunidade.
- 3) Conhecer o processo de formação e alteração da opinião pública.
- 4) Zelar pela boa imagem da PMPB.

Pela leitura atenta da disciplina que a Polícia Militar da Paraíba utiliza ainda como base para as instruções de Comunicação Social, os materiais disponibilizados pela Polícia Militar do estado de São Paulo tidos como base para as aulas, levando-nos a indagação do porquê da importação de tal conteúdo:

³¹ Soldado recém –chegado à Corporação Policial Militar

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Cartilha de Relações Públicas nº 1. PMESP, 5ª Seção do Estado Maior. São Paulo: IMPRENSA OFICIAL, 1998.*
2. *Publicidade e marketing. PMESP. São Paulo: publicado no Boletim Geral nº 69 de 13 de abril de 1998, item 1.*
3. *Manual de Conduta Social da Polícia Militar; M-11-PM. PMESP. São Paulo: publicado em anexo ao Bol G nº 163 de 1996.*
4. *Atendimento ao público. Relações com a comunidade. PMESP. São Paulo: publicado no Boletim Geral nº 66 de 10 de abril de 1989, item 28.*

Na disciplina Deontologia Policial Militar, com carga horária de 15 horas-aula, percebe-se que a instituição valoriza fortemente os ideais militares tendo-os como valores fundamentais para a instituição:

6. OS SÍMBOLOS NACIONAIS
 - 6.1 lei nº 5.700, de 10 de setembro de 1971.
 - 6.1.1 Disposição Preliminar
 - 6.1.2 Da Forma Dos Símbolos Nacionais
 - 6.1.3 Da Bandeira Nacional
 - 6.1.4 Do Hino Nacional
 - 6.1.5 Das Armas Nacionais
 - 6.1.6 Do Respeito Devido À Bandeira E Ao Hino Nacional
7. SÍMBOLOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
 - 7.1 Distintivos
 - 7.2 Símbolos
 - 7.2.1 Natureza
 - 7.2.2 Gênero
 - 7.2.3 Espécie
 - 7.3. Quadro de insígnias da pmpb, 1º gpto. de engenharia e construção, e presidência da república
 - 7.4 Hino Nacional Brasileiro, Canção da Polícia Militar e Canção do CFAP

Ainda é possível observar que a Polícia Militar da Paraíba segue, nesse currículo, as normas do Exército Brasileiro, de acordo com o item 3 das referências bibliográficas da disciplina Ordem Unida:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **LINHARES, Sérgio da Silva (Ten); SOARES, Ysmar Mota (Ten).** *Manual de Ordem Unida do CFS PM/BM. vol – Fundamental. Seção Gráfica do CE. João Pessoa: 2000.*
- Pi 2. **MANUAL DE CERIMONIAL DA PMPB.**
- Ai 3. **MANUAL DE ORDEM UNIDA DAS FORÇAS ARMADAS, 1ª Edição, 1983.**
- C

Na disciplina de Direitos Humanos verificamos que a carga horária é de 30 horas-aula e possui 02 créditos:

DIREITOS HUMANOS

Disciplina: Direitos Humanos
Nº de Créditos: 02

Carga Horária: 30

EMENTA DO PROGRAMA DA DISCIPLINA

Introdução. Direitos fundamentais da pessoa. O policial militar como instrumento dos direitos humanos e da cidadania. Padrões comportamentais no atendimento de ocorrências. Questões éticas e legais relacionadas ao uso da força e armas de fogo. Gerenciamento de crises.

Merece destaque ainda o fato de que a disciplina “Policimento Feminino”, que tem como objetivo geral orientar e atender ocorrências envolvendo crianças, adolescente e mulheres, além de atender a outros problemas assistenciais com migrantes, prostitutas, viciados, idosos, como se houvesse alguma diferenciação entre o serviço policial masculino e feminino, é a única que não possui referências bibliográficas:

POLICIAMENTO FEMININO

Disciplina: Policiamento Feminino
Nº de Créditos: 02

Carga Horária: 20

EMENTA DO PROGRAMA DA DISCIPLINA

Ocorrências assistenciais. Formas de atuação em ocorrências assistenciais emergenciais.

OBJETIVO(S) GERAL(IS) DA DISCIPLINA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA DISCIPLINA

1. OCORRÊNCIAS ASSISTENCIAIS
 - 1.1 Definição
 - 1.2 Tipos de ocorrências sociais.
2. FORMAS DE ATUAÇÃO EM OCORRÊNCIAS ASSISTENCIAIS EMERGENCIAIS
 - 2.1 Assistência e auxílio
 - 2.2 Procedimentos em caso de indigentes, crianças e adolescentes, problemas familiares
 - 2.3 Outros problemas assistenciais
 - 2.3.1 migrantes,
 - 2.3.2 prostitutas
 - 2.3.3 viciados
 - 2.3.4 idosos
 - 2.3.5 pessoas extraviadas; encaminhamento ao órgão específico.

2.3 Curso de Formação de Soldados – 2007

Lendo o currículo do Curso de Formação de Soldados 2007 aparece a terminologia “Técnico em Polícia Preventiva” pela primeira vez, pois nas formações anteriores não se via tal preocupação por parte da instituição em melhorar a sua imagem com relação a esse ponto.

O currículo desse curso aumentou a carga horária em relação ao anterior. De 960h/a passa-se para 1.300 horas-aula, tendo a duração de 35 semanas (8 meses), ao final devendo o aluno policial militar ser capaz de:

- a) Realizar o policiamento ostensivo preventivo fardado;
- b) Atender ocorrências;
- c) Solucionar ocorrências;
- d) Executar atividades operacionais;

- e) Restabelecer a ordem pública;
- f) Controlar distúrbios civis;
- g) Garantir cumprimento de mandado judicial;
- h) Executar o policiamento reservado;

Vejamos como se organiza o currículo referente ao ano de 2007:

**TABELA 3 – CURRÍCULO DO CURSO TÉCNICO EM POLÍCIA PREVENTIVA
– ANO DE REFERÊNCIA 2007**

Nº	DISCIPLINA	CH
ÁREA - Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador		
1	Atividade Física e Desportiva	90h/a
2	Ordem Unida	30h/a
3	Psicologia Aplicada à Atividade Policial	30h/a
4	Higiene e Saúde do Profissional em Segurança Pública	30h/a
ÁREA - Cotidiano e Prática Policial		
5	Doutrina de Polícia Ostensiva	75h/a
6	Prática de Polícia Ostensiva	75h/a
ÁREA - Cultura e Conhecimentos Jurídicos		
7	Direito Penal e Processual Penal	60h/a
ÁREA - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública		
8	Técnica de Tiro Defensivo: Uma abordagem do método Giraldi	45h/a
ÁREA - Modalidade de Gestão e Eventos Críticos		
9	Técnica de Contenção e Uso da Força	45h/a
ÁREA - Cotidiano e Prática Policial		
10	Prática Policial Reflexiva: Condutas Técnicas e Éticas	30h/a
11	Meio Ambiente e Segurança Pública	30h/a
ÁREA - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública		
12	Técnicas e Táticas de Intervenção em Situação de Risco Iminente	30h/a
13	Técnica de Tiro Defensivo: Uma abordagem história do Método Giraldi	30h/a
14	Operações de Segurança	30h/a
15	Noções de Criminalística	30h/a
16	Noções de Prática Bombeirística	30h/a
17	Socorros de Urgência	30h/a
ÁREA - Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública		
18	Noções de Inteligência Policial	30h/a
19	Telecomunicação Operacional	30h/a

20	Gestão em Relações Públicas e Humanas	30h/a
21	Português Instrumental	30h/a
ÁREA - Modalidade de Gestão e Eventos Críticos		
22	Administração de Conflitos Interpessoais	30h/a
23	Administração de Eventos Críticos de Massa	30h/a
ÁREA - Cultura e Conhecimentos Jurídicos		
24	Direito Judiciário Militar	30h/a
25	Cidadania e Direitos Humanos	30h/a
ÁREA - Violência, Crime e Controle Social		
26	Violência, Cultura e Criminalidade	30h/a
27	Drogas e Criminalidade	30h/a
28	Delinquências e Fatores Criminógenos	30h/a
ÁREA - Sistemas, Instituições e Gestão Integrada de Segurança Pública		
29	Legislação e Organização Institucional	30h/a
30	História da PM	30h/a
31	Estado, Polícia e Sociedade	30h/a
32	Sistema de Justiça Criminal Brasileiro	
SOMA CARGA HORÁRIA DISCIPLINAS: 1.200h/a		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: 100h/a		
TOTAL CARGA HORÁRIA: 1.300h/a		

Analisando a tabela acima no que tange à disciplina Ordem Unida é que ela foi disponibilizada no eixo temático **Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador**, onde realizando uma leitura do currículo “oculto”, constata-se uma exaltação do militarismo até mesmo pela forma que foi encaixada a disciplina, pois no Curso de Formação de Soldados, exercício 2007, que visava formar o novo policial como “Técnico em Polícia Preventiva” acabou na prática se esquivando do caráter científico almejado, eclipsando o objetivo do curso neste aspecto.

O eixo temático **Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador** possui como componentes curriculares as disciplinas: *Educação Física, Psicologia Aplicada à Atividade Policial, Higiene e Saúde do Profissional em Segurança Pública* que possuem uma relação de imbricação racional, entretanto não se visualiza a mesma congruência com a inserção da disciplina “Ordem Unida” entre elas.

Cotidiano e Prática Policial, eixo temático presente no currículo formal, demonstra uma contradição, pois se o militarismo faz parte da vida diuturna do PM, então

a disciplina “Ordem Unida” deveria estar inserida neste campo. Não obstante, só foram encontradas as cadeiras desmilitarizadas como *Doutrina de Polícia Ostensiva, Prática de Polícia Ostensiva, Prática Policial Reflexiva: Condutas Técnicas e Éticas e Meio Ambiente e Segurança Pública*.

Poderíamos considerar que a disciplina “Ordem Unida” se enquadraria com maior racionalidade acadêmica se estivesse inserida na temática **Cultura e Conhecimentos Jurídicos**, por conta do primeiro termo, pelo fato de fazer parte da cultura do policial militar cumprir ordens através de comandos de voz, gestos e sons de apito.

Por fim, analisando o currículo do CFSD 2007 percebe-se que o mesmo apresentou apenas três disciplinas de caráter essencialmente militar: “Exercício de Ordem”, “Direito Judiciário Militar” e “Legislação da PM”, ambas com carga horária de 30 h/a, sendo as demais de conhecimentos técnicos.

Constata-se então que um curso de caráter essencialmente técnico, pelo menos do ponto de vista formal, continua atravessado pelo imaginário da caserna, garantindo a manutenção *intra corporis* da cultura e do *ethos* militares, os quais muitas vezes colidem frontalmente com o caráter técnico-científico que se pretende imprimir à formação do PM, quando, por exemplo, afirma que os Cabos e Soldados são apenas elementos de execução, em descompasso com o que o corpo discente aprende na sala de aula, ao estudar *verbi gratia* a disciplina *Cidadania e Direitos Humanos*, na qual se ensina aos alunos sobre seus direitos e a importância de sua garantia, o que significaria a liberdade de expressão e de discordar sem represálias. Instaura-se a contradição entre o ensino da cidadania e, ao mesmo tempo, a pensar sem questionar.

2.4 Curso de Formação de Soldados – 2016

Seguindo as determinações do Ministério da Justiça através da Secretaria de Segurança Pública – SENASP no ano de 2000 sobre as bases curriculares para a formação policial para que houvesse uma padronização em disciplinas e transmissão de conhecimentos em todo o país, o currículo do Curso de Formação de Soldados do ano de 2016, ano do último curso realizado pela Corporação policial militar para o cargo acima especificado, foi aprovado em João Pessoa-PB no dia 09 de março de 2016 através da

Portaria nº 0022/16 – CETP pelo Diretor do Centro de Educação³² que fica localizado em Mangabeira VII.

O currículo citado, formado por 52 (cinquenta e duas) disciplinas que compõem o campo de conhecimento cultural, jurídico e técnico, será analisado em pormenores a seguir.

Logo no início do referido currículo é possível perceber que há o Perfil Profissiográfico dos Cabos³³ e Soldados³⁴ que serão formados dentro da PMPB³⁵. Nele é esboçado como serão desenvolvidas as atividades policiais militares dos cargos mencionados e as condições gerais de exercício, conforme se pode observar um trecho do documento a seguir:

CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

Trabalham em corporações da polícia militar, como estatutários; atuam de forma individual ou em equipe com **supervisão permanente**; o ambiente de trabalho pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos. O horário pode ser diurno, noturno ou em rodízio de turnos. **Permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis, trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse. Podem trabalhar em grandes alturas e ficar expostos a materiais tóxicos, radiação e ruído intenso. Algumas vezes ficam aquartelados. Correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.** (Negritos do autor da dissertação)

Como se pode observar no excerto acima, a ideia de vigilância constante, própria das instituições totais (FOUCAULT, 1987; GOFFMAN, 1974) está presente como mecanismo de poder e controle sobre a vida dos Cabos e Soldados que estão na base da estrutura hierárquica da Polícia Militar e são considerados essencialmente os elementos de execução, não cabendo aos mesmos discutirem ordens, mas sempre cumpri-las.

Embora esteja no Currículo de 2016, a disciplina “Direitos Humanos”, no próprio documento se observa que uma das atribuições do CB³⁶ e SD³⁷ como condição geral para exercer o cargo é que estes personagens permaneçam, *durante longos períodos, em*

³² Espaço acadêmico onde se desenvolvem as atividades pedagógicas da Polícia Militar da Paraíba e difusão para os Núcleos de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – NUFAP’s que atuam de forma descentralizada na área educacional.

³³ Esta palavra veio do Latim *caput*, “cabeça”, no sentido de “pessoa que chefia”. Hoje em dia um **cabo** não manda muito; mas todos eles se podem consolar pensando que o Imperador Napoleão Bonaparte era chamado, com afeto, *Le Petit Caporal*, “o pequeno cabo”. Ele havia sido cabo no exército, numa época em que muitos já começavam com uma patente de oficial, recebida por méritos de parentesco ou de pura e simples compra.

³⁴ Do Italiano *soldato*, “o que recebe soldo”. E o **soldo** vem de *solidum numus*, “dinheiro sólido” – moedas.

³⁵ Polícia Militar da Paraíba

³⁶ Abreviação da graduação de Cabo.

³⁷ Abreviação da graduação de Soldado.

posições desconfortáveis, trabalhar sob pressão, o que pode levá-los a situações de estresse. Podendo trabalhar em grandes alturas e *ficar expostos a materiais tóxicos, radiação e ruído intenso*. Algumas vezes ficam aquartelados além de correrem risco de perder a vida em sua rotina de trabalho. Essa descrição da atividade a ser desempenhada já configura um dado preocupante no que se refere à garantia dos direitos humanos no âmbito da corporação.

Outro elemento a ser destacar é o conjunto de competências profissionais esperadas, no qual se destacam a disciplina e a resistência à fadiga psicofísica.

Deste modo é possível perceber que o esforço físico ao extremo continua sendo um dos pilares para sustentar a hierarquia e a disciplina militares. Se o discente não consegue suportar exercícios durante o curso de formação de soldados, como o de se expor ao sol por muito tempo, ou não aguentar realizar as flexões determinadas pelo superior hierárquico, não poderá ser um soldado ou futuro cabo, já que se espera do mesmo a resistência à fadiga conforme estabelece o currículo aqui focalizado.

No documento acima mencionado o aluno policial militar é instado também a manter postura e compostura adequada aos *padrões militares*, isso quer dizer que o mesmo abdica do poder sobre o seu corpo, que é vestido com uma nova roupa que lhe foi dada e esta deve compor, junto com as novas técnicas corporais a serem adquiridas durante a formação, uma identidade/corporalidade que deve suplantar a precedente a sua entrada na formação.

O currículo é formado por um núcleo comum, perfazendo um total de 875 horas-aula e um núcleo específico de 430 horas-aula, com mais 75 horas para estágio supervisionado e 200 horas à disposição da coordenação, totalizando 1.580 horas-aulas.

TABELA 4 – CURRÍCULO DAS AÇÕES FORMATIVAS DA POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA – ANO DE REFERÊNCIA: 2016

NÚCLEOS COMUM E ESPECÍFICO				
ORD.	ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CH	CR
1.	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Educação Física	120	04
2.	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Abordagem	60	04
3.		Técnica de Tiro Defensivo	60	04

4.	Formação Complementar	Polícia Comunitária	50	03
5.	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Defesa Pessoal Policial	45	03
6.		Uso Diferenciado da Força	40	02
7.		Doutrina de Policiamento Ostensivo I	40	02
8.	Conhecimentos Jurídicos	Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	40	02
9.	Conhecimentos Jurídicos	Direito Penal e Processo Penal	40	02
10.	Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Exercícios de Ordem	30	02
11.	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Atendimento Pré-Hospitalar	30	02
12.		Prática Policial Reflexiva: Condutas Técnicas e Éticas	30	02
13.	Conhecimentos Jurídicos	Legislação Especial Aplicada I	30	02
14.	Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Histórica, Sócio-psicológica da Violência e do Crime	24	01
15.	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais	24	01
16.	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Inteligência Policial	24	01
17.		Introdução à Análise Criminal	24	01
18.	Violência, Crime e Controle Social	Controle Psicológico da Violência	24	01
19.		Administração de Eventos Críticos de	24	01

		Massa		
20.	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Gerenciamento de Crises	24	01
21.		Meio Ambiente e Segurança Pública	20	01
22.		Operações de Segurança	20	01
23.		Técnicas e Táticas de Intervenção em Situações de Risco Iminente	20	01
24.	Violência, Crime e Controle Social	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	20	01
25.	Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos	20	01
26.	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	20	01
27.	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Estatística Aplicada à Segurança Pública	20	01
28.		Gestão da Informação	20	01
29.		Língua e Comunicação	20	01
30.		Tecnologias e Sistemas Informatizados	20	01
31.		Telecomunicações	20	01
32.		Língua Estrangeira Aplicada a Atividade PM	20	01
33.	Violência, Crime e Controle Social	Noções de Prevenção as Drogas e à Violência	20	01
34.	Conhecimentos Jurídicos	Direito Judiciário Militar	20	01
35.		Legislação e Organização Institucional	20	01
36.	Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Identidade e Cultura da Organização Policial	18	01
37.	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Preservação e Valorização da Prova	18	01
38.		Técnicas de Imob. Policiais e Utilização de Algemas	18	01
39.	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança Pública	16	01
40.	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	14	01
41.	Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Diversidade Étnico-sócio-cultural	14	01
42.	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em	Fundamentos da Gestão Pública	12	01
43.		Gestão Integrada e Comunitária	12	01

44.	Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública	12	01
45.	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Análise de Cenários e Riscos	12	01
46.		Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12	01
47.	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12	01
48.	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Documentação Técnica	12	01
49.	Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania	12	01
50.	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	História da PMPB	12	01
51.	Formação Complementar	Manuseio do Controle de Dispositivo Elétrico	08	01
52.		Uso do Bastão BP 60	08	01
TOTAL (NÚCLEO COMUM + NÚCLEO ESPECÍFICO)			1.305	73
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			75	-
À DISPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO			200	-
TOTAL			1580	-

De acordo com a tabela acima é possível perceber que a disciplina de Direitos Humanos possui uma carga horária de 20 horas, equivalendo a 01 crédito, enquanto que a disciplina de atividade física conta com a expressiva marca de 120 horas-aula, equivalendo a 04 créditos. Adiante se pode visualizar que a disciplina de técnica de tiro defensivo possui a marca de 60 horas e 04 créditos, seguida da disciplina ‘abordagem’ que também é de 60 horas e possui 04 créditos. Esses dados quantitativos indicam uma hierarquização patente entre as disciplinas citadas.

Um aspecto a destacar a partir dessa visão geral do currículo formal é que as disciplinas às quais são atribuídos 04 créditos são as voltadas para a parte técnica policial e de expressão física, prevendo-se para a disciplina de Direitos Humanos apenas 01 crédito. Isso pode indicar que a focalização e a formação na área dos direitos humanos ainda não é fator primordial para a corporação, em um contexto em que às disciplinas de maior importância é atribuído um número maior de créditos, o que pode levar ao discente militar a se importar menos com elas do que com aquelas às quais é atribuído um número maior de créditos.

Outro elemento que se destaca no documento acima apresentado é que a Instituição valoriza muito mais a parte física do que a intelectual e psicológica, pois há disciplinas a ela referentes nos 03 (três) módulos do CFSD³⁸.

Quanto à ementa da disciplina de Direitos Humanos, é estipulada como metodologia de ensino que o instrutor³⁹ deve elaborar um mapa conceitual pluridisciplinar dos direitos humanos, a partir da *vivência pessoal*. Durante a pesquisa percebeu-se que os ministradores de tal disciplina não possuíam formação específica na área, sendo alocados para a dirigirem porque ‘não havia um professor disponível’, o que indica um baixo investimento na discussão dessa temática.

Vale destacar que o horário da aula da disciplina citada era o primeiro horário da tarde, logo após o almoço, período em que ocorre frequentemente uma sonolência no organismo.

Outro aspecto interessante da análise do documento aqui focalizado foi observado através da leitura dos conteúdos programáticos das disciplinas. Vejamos um exemplo para ilustrar o ponto que levantamos quanto aos modos de estabelecê-las: na ementa da disciplina de Educação Física encontramos como Objetivo Geral, o de “mostrar a **importância** da atividade física para a **melhoria** da qualidade de vida, bem como sua **necessidade** para atividade de segurança pública” [negritos do autor da dissertação].

Por outro lado na disciplina Direitos Humanos visualizamos como ‘objetivo geral’:

Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos direitos humanos e da criação das instituições de segurança, destacando o papel dessas instituições nos regimes autoritários; Analisar as normas internacionais e nacionais de direitos humanos aplicadas à função do profissional de segurança pública; Analisar de modo crítico a relação entre a proteção dos direitos humanos e a ação profissional de segurança pública.

Da análise das duas ementas das disciplinas percebe-se que há uma diferenciação quanto ao uso de adjetivos positivos. Enquanto na disciplina de atividade física é evidenciado que ela é muito importante e necessária para atividade de segurança pública, não se encontram adjetivos no objetivo geral da disciplina Direitos Humanos, associados eventualmente à sua importância relativa à formação do policial..

³⁸ Curso de Formação de Soldados.

³⁹ Professor.

Segundo Foucault (1986), o corpo passa por um estágio que vai do biológico para o cultural. Por conta deste último traço é possível entender o porquê do organismo do policial-aluno, mesmo sendo uma estrutura complexa e ramificada, acabar se moldando ao meio em que vive, para sobreviver na caserna.

Durante os cursos de formação de PM algumas vezes é dito pelos coordenadores e/ou instrutores que não irão tocar no corpo do discente, e isto é um fato. Mas o medo da punição administrativa, penal militar faz com que os corpos dos alunos não lhe pertençam mais em virtude das normas serem facilitadoras da dominação heterônoma. Deste modo, não é necessário tocar no corpo do aluno policial militar para obrigá-lo a fazer algo, basta apenas utilizar da violência simbólica para que se exercitem formas de controle e se produzam as mudanças na postura corporal e mental desejadas.

Sobre a base curricular nacional emitida pela SENASP⁴⁰ discriminando os eixos norteadores a serem seguidos pelas Bases Curriculares, Silva (2012) pontua, para essa nova formação policial a importância dos direitos humanos nos currículos de cursos de formações de policiais militares:

É necessária a elaboração de novos currículos para os cursos de formação dos profissionais da área de segurança do cidadão, que compatibilizem as necessidades das polícias da União e dos Estados, abrangendo: a necessidade de integração, técnicas mais eficazes de repressão e prevenção, o policiamento voltado para a relação polícia/comunidade, o exercício de valores morais e éticos e o **fortalecimento dos Direitos Humanos**. (SILVA, 2012, p.37).

2.5 Análise comparativa dos currículos formais dos Cursos de Formação de Soldados de 2002, 2007 e 2016:

2.5.1 Quanto à carga horária:

- a) Em 2002: a carga horária foi de 930 horas-aula tendo o curso uma duração de 05 meses;
- b) Em 2007: a carga horária foi de 1.300 horas-aula tendo o curso uma duração de 08 meses;
- c) Em 2016: a carga horária foi de 1.580 horas-aula sem especificação formal de sua duração.

⁴⁰ Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O aumento da carga horária e o perfil da disciplina indica que a formação do policial militar vai crescendo em complexidade e abrangência. Os efeitos das mudanças nos currículos formais somente podem ser entendidos em sua relação com o ‘currículo oculto’ em sua articulação com as injunções da forma ‘policial militar’, em termos de poder moldador das interações entre indivíduo-instituição e entre indivíduos militares e civis.

2.5.2 Quanto às disciplinas:

Direitos Humanos

- a) 2002 – a disciplina aparece com carga horária de 30 horas-aula e 02 créditos, estando localizada no módulo básico;
- b) 2007 – a disciplina aparece como: “Cidadania e Direitos Humanos”, mas continua com a carga horária de 30 horas-aula e com 02 créditos, estando localizada no módulo II;
- c) 2016 – a disciplina fica com 20 horas-aula e fica com 01 crédito estando localizada no módulo I.

Como afirmado por França (2018), embora se enuncie uma crescente preocupação com a introdução e assimilação do debate relativo aos direitos humanos na PM, a carga horária destinada à disciplina em que os soldados da PM devem ser experienciar oportunidades de formação nessa área diminuiu ao longo do tempo. Evidentemente a qualidade de uma discussão não se refere somente à quantidade de horas a ela destinadas, mas o tempo curricular, bem como a quantidade de créditos a serem adquiridos pelos sujeitos em formação podem indicar a relevância que a temática tem adquirido na corporação.

Argumentamos, a partir de Foucault (1987), que na formação dos PM aqui focalizada, os indivíduos devem naturalizar as relações de subordinação e de hierarquia. Nos cursos de formação de PM observa-se a disseminação da ideia de que o subordinado deve apenas executar o que foi comandado pelo superior hierárquico, não cabendo juízo de valor **sobre** as ordens recebidas. A prática de questionar ou avaliar explicitamente as ordens recebidas é motivo de punição no círculo social em que os aprendizes de policiais militares se inserem.

Para produzir a obediência, o sistema impõe punições aos alunos que venham a manifestar um modo de pensar diferente do que os coordenadores do curso de formação. Dentre elas estão a impossibilidade temporária de ver os familiares (punição chamada de *pernoite*, através da qual o aluno deverá dormir no quartel para pagar por uma falta que foi considerada aviltante à ordem administrativa militar). A internalização da disposição para a obediência sem questionamento faz parte da capacitação para uma ‘boa’ prestação do serviço de segurança pública.

Durante nossa experiência pessoal e no período da pesquisa ora realizada, presenciamos relatos de integrantes destes cursos de formação, que após algum treinamento físico que foi além do limite da capacidade destes, foram levados até a enfermaria do batalhão por diversas vezes, por conta de um “adestramento” que na visão de algum instrutor era o ‘que deveria ser feito’, tudo sendo justificado no sentido de que a sociedade espera profissionais que sejam ‘plenamente capacitados’.

O policial em formação enfrenta essas relações de poder nos cursos de formações militares, sofrendo excessos em treinamentos, justificados com base no objetivo de que ele aprenda o “espírito das leis”.

Com base em todo o exposto até agora, é possível entender que no interior dos quartéis e fora dos mesmos, onde há um comando militar existem subordinados que foram doutrinados a obedecer sem embargos. A quebra desse contrato tácito coloca sob risco a forma ‘policial militar’, sendo compreendida como potencialmente capaz de oferecer riscos à segurança da sociedade.

O poder age sobre o corpo do indivíduo controlando de forma detalhada e pormenorizada gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. O poder atinge o **corpo** (FOUCAULT, 1983), mas é preciso não descrever seus efeitos em termos negativos: ele exclui, ele reprime, ele recalca, ele censura *etc.* O poder, em sua positividade, tem como alvo o corpo humano não só para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para ‘aprimorá-lo’, ‘adestrá-lo’. O corpo só se torna força de trabalho maximizada quando moldado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar.

Para exemplificar tal entendimento registramos em cursos de formações policiais o depoimento de alguns alunos militares que afirmam que alguns coordenadores utilizam de frases como: “seus corpos não lhe pertencem mais!”, “sua casa agora é o batalhão”, “nada é tão ruim que não possa ser piorado”, referendando a dominação do corpo do discente, que passa a subjetivar-se como alguém que nem mesmo “poder” sobre os destinos da sua vida possui mais, sendo ensinado para o mesmo durante o período de

formação que avise aos familiares que em caso de não chegada em casa estará a serviço policial, porque a arte de ser policial requer tal sacrifício.

Veamos o que preceitua a Coletânea de Leis da Polícia Militar da Paraíba para referendar o poder sobre o corpo do indivíduo: ‘será punido se “usar traje civil, o cabo ou soldado, quando isso contrariar **ordem de autoridade competente**” (Transgressão 67 – CLPM 2004, negrito do autor da dissertação). A disciplina objetiva gerenciar a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades de assujeitamento não questionador.

Tornar os PM força de trabalho de segurança, dando-lhes uma utilidade econômica máxima se relaciona a produzir neles a diminuição de sua capacidade de questionamento, de resistência, de exame independente, de insurreição contra as ordens dos superiores hierárquicos, com o objetivo de neutralização dos efeitos de contra-poder, tornando-os indivíduos o mais absolutamente docilizados. Essa formação para a obediência sem questionamentos está presente, em certa medida, em todo processo de socialização e hierarquização. Na PM encontra-se esse traço da vida coletiva em seu grau mais exacerbado.

Essa concentração do desejo social por indivíduos obedientes está explicitada na Coletânea de Leis da Polícia Militar da Paraíba, na qual se define disciplina como:

A disciplina policial-militar é a **rigorosa** observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar. (artigo 6º da Lei 3.909/77. Negrito do autor da dissertação)

Assim, o valor do policial militar é elevado ao patamar máximo quando ele cumpre indiscriminadamente tudo o que é determinado pelo superior hierárquico, bem como os demais regulamentos e legislações da corporação.

Analisando a disciplina sob a ótica de Foucault

No capítulo I do livro “Vigiar e Punir”, Foucault (1987), falando sobre “os corpos dóceis” afirma que, no século XVII, a idealização do soldado incluía a ideia de que este deveria ser reconhecido de longe, pois levaria sinais ‘naturais’ do seu vigor e coragem, marcas de seu ‘orgulho’, sendo seu corpo o brasão de sua força, valentia. A arte do

manuseio das armas ele aprenderia aos poucos, na luta cotidiana, marchando, tendo que apresentar uma retórica corporal da honra.

A forma policial militar mantém hoje mantém os mesmos conteúdos. Os alunos soldados desde o ingresso devem reforçar esse estereótipo relativo ao corpo, para poderem ser ‘honrados’.

Na descrição feita por Foucault, o soldado para ser forte e ágil deve apresentar as características de atitude viva e alerta, cabeça alinhada ao corpo, estômago levantado, ombros largos, braços longos, dedos fortes, ventre pequeno, coxas grossas, pernas finas e pés secos, o que corrobora nos dias hodiernos com os editais de concursos para o ingresso de soldados nas instituições militares. São requisitos, além de uma altura mínima de 1,65m para homens e 1,60 para mulheres, que os mesmos apresentem uma proporção entre o peso e altura, que representa o índice de massa corporal (IMC).

Na segunda metade do século XVIII, o soldado passou a ser ‘fabricado’. Ao chegar no quartel era apenas uma massa informe (corpo inapto), que precisaria ser transformado em uma máquina, ‘expulsando o camponês’ e adaptando o seu corpo à fisionomia de soldado, corrigindo posturas, tornando-o perpetuamente disponível, criando automatismos dos hábitos, configurando uma coação calculada que percorre todo sua subjetividade e corporalidade, quebrando, amassando, arranhando tudo o que o mesmo era, tudo o que antes sabia e passa a ser considerado inútil ‘para ser soldado’.

Essa “coação calculada” que violenta o corpo do soldado, pode ser vista nas dinâmicas atuais de formação do PM, desde o momento da “semana zero”, “semana de adaptação” no início dos cursos de formações de soldados, na qual ocorre o “batismo”. Na visão de alguns coordenadores e instrutores dos cursos de formação de PM, essa semana é indispensável para explicitar ao novo integrante da instituição policial que ele agora é um militar, deixando o mundo civil de lado. A partir dessa ‘semana zero’, o estudante começa o aprendizado de que existe uma sociedade militar e outra civil, constituídas em polos opostos.

Com base nessa polarização, que vai sendo introjetada pelos indivíduos através da formação do PM, afirma-se o pressuposto de que o policial estaria sendo preparado para ir a uma guerra. Cotidianamente lhe dizem que ele agora é um militar, que em alguns momentos o civil é ‘folgado’. Lentamente se ensina que o mundo civil ‘não presta’.

Outro dado apresentado por Foucault que se mostra muito atual é que os recrutas devem manter a cabeça ereta e alta, não curvar as costas, encolher o ventre, salientar o peito e encolher o dorso de modo que esta postura se torne um hábito. Também são

instados a marchar com o passo firme (joelho e perna esticados), **olhar com ousadia** (grifo meu), a ficar imóveis, esperando o comando, configurando que o corpo é um objeto do poder hierárquico.

‘Ficar imóvel esperando o comando’ caracteriza até os dias atuais o que preconiza a disciplina “Ordem Unida”, na qual os militares aprendem que devem ficar em “forma” (disposição de soldados em coluna e em fileiras), sem se mexerem, até serem comandados para isso.

O corpo do PM precisa ser submisso para ser utilizado, sendo definido pela sua utilidade e labilidade, de modo a tornar-se o mais suscetível possível para a mobilização, modelagem e treinamento, de modo que suas forças ‘se multipliquem’ e se ofereçam ao cumprimento acrítico das ordens dos superiores.

Quando se ensina que o PM deve ‘ser uma máquina’, isto quer dizer que ele deve submeter sua subjetividade e corporalidade ao mais aperfeiçoado adestramento, de modo a se transformarem em instrumentos dóceis, submetidos, utilizáveis como instrumentos para a garantia da ‘ordem’.

O corpo, ainda segundo Foucault (*idem*), deve reproduzir minuciosamente os pequenos detalhes relativos a padrões de movimento e de imobilidade, o que é obtido através de regimentos treinados por meio de longos exercícios. O corpo que resulta da formação dos PM está preso no interior de poderes minuciosos, sendo ‘trabalhado’ de forma detalhada para a coerção sem folga no nível de mecânica. Na disciplina de ‘Ordem Unida’, a observância dos detalhes da submissão aos regulamentos das performances corporais do PM faz toda a diferença para o alcance da nota máxima na avaliação.

No capítulo do livro ‘Vigiar e Punir’ em que Foucault focaliza a docilização dos corpos produzida nos conventos, oficinas e exército, encontramos que na escravidão havia a apropriação dos corpos. Na corporação militar a instituição se apropria destes. A produção de corpos docilizados demanda trabalho! O dominador só necessita das forças, pouco se importando com o sujeito que a emprega. O que vale é o que o militar pode produzir, o quanto ele pode trazer de benefícios para a missão que tem a obrigação de cumprir.

A potencialização de forças através da disciplina que se exerce sobre os corpos dos PM em formação é produzida através da secundarização da condição do ser humano que está por baixo da farda. O que a instituição pretende que se produza é a produção/posse de corpos sempre prontos a obedecer; o que o próprio PM passa a desejar é oferecer o que a instituição deseja.

Isso explica o que acontece em cursos de formação de militares, nos quais o corpo é trabalhado de tal forma que se chega à exaustão, ocorrendo ferimentos neste e até a morte de militares em treinamento. Isso é possível porque na formação dos PM se ensina e se aprende que não submeter o corpo do modo que se espera é sinal de fraqueza.

O corpo do militar só é útil se for obediente. O trabalho sobre o corpo, a manipulação calculada dos seus elementos, gestos e comportamentos produz um ‘bom soldado’. A disciplina quebra a autonomia dos indivíduos, dobra as subjetividades e modela o corpo, para obter a domesticação institucionalmente desejada.

A disciplina agencia processos de potencialização das forças do corpo, ao mesmo tempo que mobiliza a disposição para a obediência. Quando o superior hierárquico em uma corporação militar deseja empenho da tropa, ele mobiliza a disciplina e potencializa o apelo à obediência, desinvestindo nas forças de resistência..

A disciplina, diferente da exploração econômica, que separa a força do produtor do produto produzido, dissocia a aptidão aumentada da dominação acentuada, sendo encontrada desde cedo nos colégios, escolas primárias, espaço hospitalar e organizações militares. Em todas essas instituições encontramos um investimento político detalhado sobre o corpo, configurando uma microfísica do poder.

Para o PM em formação nenhum detalhe da *performance* da corporalidade é indiferente. Nas academias de polícia militares e nas práticas da corporação, por exemplo, para realizar a continência (gesto de se elevar a mão direita com dedos distendidos e unidos até a frente lateral direita da cabeça, mais detidamente na têmpera) é objeto de contínua avaliação, sendo os padrões de seu exercício objeto de atenção contínua.

Na formação de PMs, uma das primeiras providências disciplinares é a distribuição dos indivíduos (corpos) no espaço, ocorrendo desde a chegada dos formandos sua separação de outros locais em que se circulava anteriormente à entrada nos cursos de formação. O contato com pessoas de fora passa a ser regulado no período de formação de policiais, sendo os praças obrigados a passar períodos consideráveis do seu tempo cotidiano em espaços cercados por muros altos, em regime de internato, ficando segregados do restante de familiares e amigos.

Essa administração de uma separação entre os PM em formação e o mundo dos civis é parte da pedagogia da distinção entre os ‘mundos’ em que serão inseridos os PM formados e o restante da população, replicando a representação originária da metáfora da

militarização dos indivíduos, a qual supõe uma luta entre os que protegem o Estado e os que o ameaçam.

O período de formação e o exercício da carreira militar implica na administração do corpo em sua capacidade de vigilância, o que pode ser ilustrado no regulamento e sanções relativas a dormir quando se está em serviço (Artigo 206 do Código Penal Militar, com o conceito de disciplina *in verbis*):

Art. 203. Dormir o militar, quando em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante: Pena - detenção, de três meses a um ano.

O controle sobre o acordar e o dormir soma-se à administração rigorosa do tempo na caserna. Nos quartéis o quadriculamento cerrado do tempo se traduz no controle ininterrupto do mesmo, na pressão dos fiscais e na mobilização contínua de ‘perturbações’ ou ‘distrações’, pois o tempo de ‘boa qualidade’ é o do corpo dedicado aos exercícios.

Nas marchas, o tempo atravessa os corpos dos PM através da cadência do tambor. O soldado em sua marcha deve bater o pé direito no chão acompanhando o tempo forte, e respondendo com o esquerdo no tempo fraco, ajustando o corpo a imperativos da movimentação coletiva estabelecida, os quais definem os termos em que o corpo e o gesto devem ser postos em correlação. Não se pode ‘perder o tempo’, sendo essa expressão um símbolo da produção do PM como corpos-objetos, a qual inicia nos estudos da ‘ordem unida’, na aprendizagem do manejo do fuzil, devendo o gestual ser repetido de modo exaustivo até se alcançar ‘a perfeição’.

2.6 Espaços dilemáticos da pedagogia de si exercitadas na formação do PM no Brasil

Através do treinamento ‘para matar’, beber sangue de galinha, passar por privações alimentícias, o PM que trabalhará na prevenção e contenção da violência criminosa em sua pátria apreende, ao longo do processo de profissionalização, uma gramática emocional cujo substrato é a ideia de guerra iminente, de combate ao ‘inimigo’. É com esse repertório imagético/simbólico adquirido nos cursos de formação que os PM são mobilizados para as atividades de segurança pública e prevenção/contenção da violência nas cidades do país.

Expressando uma linha de questionamento dos pressupostos da formação dos PM no Brasil, o General do Exército Brasileiro Adriano Pereira Júnior, Comandante Militar que coordenou a operação de pacificação do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, no final de 2010, discute a diferença entre um soldado da PM, que é de carreira, e um soldado do Exército, nos seguintes termos:

Não existe carreira de soldado do Exército. Este é treinado para a guerra, que é um serviço excepcional. E o soldado policial militar tem uma vida inteira para desempenhar essa função. Assim ele não pode ser pautado pelo REGULAMENTO DO EXÉRCITO, que é feito para períodos de exceção. (General Adriano Pereira Júnior, em entrevista à TV BAND, 2010)

Para o General citado, os códigos aplicados no Exército não devem ser aplicados para os soldados da Polícia Militar. "As funções são de natureza diferenciada. Usar o regulamento do Exército para a Polícia Militar é infringir direitos trabalhistas duramente conquistados ao longo de décadas, precisamos rever isso com a máxima urgência".

A fala citada acima representa o reconhecimento de setores da PM em relação ao desconforto instaurado nas polícias militares estaduais, que se configuram em servidores públicos diferentes dos pertencentes às tropas federais, na prática. Por serem formados na gramática emocional e pedagogias de si 'militares', constituem-se como operadores não da garantia dos direitos humanos dos cidadãos, mas como os que atuam em relação aos civis como se estivessem lidando com o "inimigo".

No próximo capítulo trazemos uma análise dos questionários aplicados a uma amostra de alunos e de instrutores do curso supracitado.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A ALUNOS E INSTRUTORES DO CURSO DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA, OFERECIDO PELO NUFAP/PB

Neste capítulo apresentamos a análise de respostas aos questionários aplicados a amostras intencionais de instrutores e alunos do curso de Tecnólogo em Segurança Pública, oferecido pelo NUFAP/PB, em um dos batalhões da Polícia Militar da Paraíba, no período de janeiro a março de 2019, em diálogo com a literatura sobre o observado em pesquisas realizadas em outros estados do Brasil.

3.1 Notas sobre a constituição das amostras e aplicação de questionários

No mês de janeiro de 2019 foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas a uma amostra de estudantes e instrutores do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, nas dependências de um dos Batalhões da PMPB⁴¹ com o objetivo de conhecer suas concepções e experiências formativas.

A constituição da amostra de estudantes se deu através da visita às turmas, nas quais fizemos uma explanação rápida sobre os objetivos da pesquisa e fizemos o convite ao universo de mais de 100 alunos do curso supracitado. Nesse curso os alunos estão divididos em três turmas de aproximadamente 35 estudantes, no referido batalhão de polícia militar, denominadas de turma “A” (Alpha), “B” (Bravo) e “C” (Charlie).

Depois de formada a amostra de 12 alunos – 4 de cada turma, sorteados dentre os que se voluntariaram, combinamos os dias e horários em que os questionários seriam respondidos, instruindo os participantes para não se identificarem nos instrumentos, a fim de garantir sigilo em relação às suas respostas.

Dentre os instrutores, entramos em contato com todos os que compõem o quadro docente do curso citado e conseguimos a aceitação de três para participarem da pesquisa. Os instrutores que responderam o questionário foram nomeados como Instrutor “Peixes”, “Libra” e “Sagitário”.

Cabe ressaltar que os nomes dos alunos que responderam os questionários se apresentam como marcas de veículos automotores e os instrutores como signos do horóscopo, com o fito de preservar suas identidades.

3.2. Informações coletadas através dos questionários

Tabela 5 – Sexo	
Masculino	09
Feminino	03

Tabela 6 – Idade	
De 19 a 25	06
De 26 a 33	06

Tabela 7 - Nível de instrução	
Superior completo	05
Superior incompleto	06
Médio completo	01

Tabela 8 - Estado e cidade de nascimento			
PB	PE	RN	RO
05 CG 01 Remígio	01 Recife 01 Surubim 01 Goiana	01 Natal 01 Mossoró	01 Boa Vista

Tabela 9 - Estado civil	
Casados	07
Solteiros	05

Tabela 10 – Religião	
Protestantes	03
Católicos	06
Cristãos sem igreja	02
Ateu	01

Tabela 11 - Profissão do pai	
02 funcionário público	02
01 fisioterapeuta	01
02 autônomo	02
02 motorista	02
01 militar da reserva	01
01 comerciante	01
01 pintor	01
02 aposentados	02

Funcionária pública	02
Professora	01
Comerciante	02
Pedagoga	01
Dona de casa	04
Aposentada	01
Enfermeira	01

Estudante	02
Prof. Educação Física	02
Auditor de qualidade	01
Vendedor	02
Engenheiro	01
Recepcionista	01
Comerciante	01
Técnico Administrativo	01
Professora	01

Sempre teve vontade	02
Estabilidade Financeira	05
Sempre achei muito interessante	03
Influência familiar	01
Tempo para estudar	01
Concurso mais fácil para passar	01
Sonho	02

A entrada na PM e o desejo de estabilidade financeira

As perguntas que geraram as tabelas 11, 12, 13 e 14 serviram para pensar a origem econômica e o que os leva a optar pela carreira de policial militar. Com a consciência de que essa dissertação não pode substituir outro trabalho, de cunho quantitativo acerca da origem social dos PM da Paraíba, podemos afirmar que no caso dos nossos entrevistados, quantos às profissões dos pais e mães (tabelas 11 e 12) a maioria indica como sendo nas camadas pobres ou médias baixas da população.

As motivações afirmadas por eles para ‘escolherem a carreira militar’ foram diversas, mas a maioria declarou como fator decisivo para a decisão de entrada na PM a perspectiva de ‘estabilidade financeira’. Apenas 2 aludiram ao desejo que tinham desde

criança, o que aponta para o que pode se entender como *vocação*. Um deles, o Aluno “Peugeot do CFPM”, assim se manifestou:

Eu venho de uma família de policiais militares. Meu avô foi policial militar e foi pra inatividade como primeiro-tenente; iniciou a carreira como praça. Meu pai é coronel reformado da Polícia Militar, e eu fui criado desde moleque frequentando quartel de Polícia Militar, assistindo desfile de Polícia Militar e por conta disso ingressei na corporação (...) eu tinha um orgulho muito grande de ser filho de policial militar.

O curioso é que este filho de um oficial da PM *não* foi aconselhado por seu pai a seguir a carreira de policial militar. Quando ele lhe perguntou se o pai queria que ele fosse oficial da PM, ele respondeu: “Não, não, não: em hipótese alguma!”

As carreiras de militar e de policial são alvo de um interesse especial por parte das camadas mais pobres da população, o que sem dúvida pode ser explicado pelas vantagens financeiras, de estabilidade e de *status* que elas proporcionam. Dentre as respostas dos respondentes sobre a motivação para ingressar na carreira de PM (Tabela 09) destacou-se a frequência da categoria “estabilidade financeira”⁴². Vejamos um trecho do que escreveu um dos entrevistados sobre esse ponto:

Eu não tinha nenhuma vocação para ser policial militar, meu interesse era sobreviver. Nunca tive vontade de ser policial, vim a ser policial por uma questão de ter que arrumar um emprego, trabalhar. O primeiro salário que eu recebi na vida foi emocionante (Aluno “Celta” do CFPM).

Outro respondente, o aluno “Chevette” afirmou: “queria ser advogado, mas fui aconselhado pela minha namorada a me inscrever para a prova do CFO. Segundo ela, dava mais segurança.”

Outro dos respondentes declarou que decidiu entrar na PM,

por ter visto o anúncio na televisão, assim quase sem querer. Não sabia nem o que eu ia fazer. Aí eu fui lá, fiz a inscrição, fiz a prova pro psicotécnico, e tal, passei na prova. Eu era, sempre fui magro, né, agora tô gordo, eu fui magro, eu passei no exame físico, não era muito de fazer ginástica, mas também não tinha nada demais naquele exame, passei no exame físico, e vim cursar a polícia (Aluno “HB20” do CFPM).

⁴² Esses dados sobre a motivação para a carreira de PM que encontramos confirmam os observados por Abreu & Adão (2017).

Outro respondente começou a fazer Física em uma universidade pública, mas abandonou o curso, embora gostasse, porque *“aquilo não me traria os benefícios de uma carreira vantajosa financeiramente”* e *“o salário de tenente era bom (Aluno “Rangerover” do CFPM)*.

Uma das respondentes, criada pela mãe, que vivia da pensão paga pelo pai separado, passou no vestibular de Odontologia para uma faculdade privada, mas não cursou, por falta de condições financeiras. Quando uma colega falou sobre o primeiro concurso da PM para oficiais mulheres decidiu fazer, ainda mais porque segundo colegas era o concurso no qual era mais fácil de passar:

A minha chance tava ali, de conseguir emprego. A gente sempre lutou por uma vida melhor, de forma que conseguisse um emprego até para ajudar a mãe, porque a mãe é que ficou com a barra toda, né? (Aluna “Pálio” do CFPM)

Outro respondente, vindo de uma família muito pobre, o que o obrigou a trabalhar durante toda a infância, fez prova para Direito. Começou a fazer o curso, mas no segundo período fez prova para o CFO. Foi aprovado e preferiu a carreira militar porque:

era uma coisa tida como um grande emprego. Como o Banco do Brasil também era tido. Era militar, Banco do Brasil e Petrobras. Era um emprego certo, que eu tinha dinheiro certo. Eu já tava cansado de ser mototaxi, camelô e essas coisas todas (Aluno “Fusca” do CFPM).

No meu caso, vindo de uma família com policiais militares, me formei em Direito e entrei na PM por pensar que poderia ter uma profissão que desse mais segurança financeira e me permitisse advogar. Quando decidi entrar na corporação, na minha cabeça, o trabalho na PM poderia ser harmonizado com o de advogado. Aí eu pensei em fazer o concurso para a corporação e, ter estabilidade financeira e poder advogar em paz.

Realizando uma análise dos resultados alcançados através de algumas respostas dos alunos é possível depreender que 5 entre os 12 que responderam ao questionário, decidiram ser policiais militares da ‘estabilidade financeira’ e não por se identificar com a profissão. As respostas acima analisadas se relacionam de alguma maneira com o encontrado em relação à questão a respeito das concepções a respeito da corporação antes e depois da formação recebida:

Tabela 15 - Pensamento sobre o que era ser PM antes de entrar na corporação	
Serviço Ostensivo, difícil, perigoso	01
Realidade diferente do que pensava	08
Sabia das dificuldades	02
Servir à sociedade	01

As respostas para a pergunta que gerou os dados apresentados na tabela acima são muito significativas e exigiriam um aprofundamento em termos qualitativos, o que posteriormente pretendemos construir. Na pesquisa para este trabalho chamam a atenção os 8 respondentes que declararam ter encontrado uma realidade diferente da que esperavam antes de entrar na corporação. Vejamos como dois deles falam sobre o que esperavam e o que encontraram:

Fala do aluno “Honda do CFPM”: “A sociedade eu acho ela muito ingrata. Ela não gosta da polícia. Não só de mim, mas ela não gosta da polícia. Ela gosta da polícia quando ela precisa da policia... traduzindo: eles gostam da gente quando eles precisam, não porque gosta mesmo da polícia. Antes de entrar na polícia pensei que ganharia respeito, reconhecimento...”

Fala do aluno “Honda XRE do CFPM”: “Antes os policiais militares eram valorizados. Hoje em dia eu acho que ele não tem mais valor. A gente tenta, corre atrás, fazemos de tudo mas como é que eu vou dizer... É como se a gente fosse procurar desvendar alguma coisa, prende a pessoa agora de manhã e à tarde ele é solto, mesmo porque a quantidade de marginais é muito grande e a sociedade acha que sabe Direito e desvaloriza o militar... A sociedade em si não reconhece. O policial pode fazer, pode correr atrás, mas eles sempre acham que é pouco. Costumo falar que policial é igual Jesus, né? As pessoas só lembram dele, só chamam por ele na hora do aperto, mas depois eles esquecem.”

Nas duas falas a decepção é direcionada para fora da corporação, em relação ao reconhecimento da sociedade. Evidente a idealização que é feita do trabalho dos PM e a referência a um tempo anterior, em que os policiais seriam valorizados.

Destacamos a seguir outra fala sobre as expectativas e a realidade da atuação profissional dos PM:

“Não sabia que a vida como PM seria avaliada por tantos relatórios. A gente é cobrado pelo número de pessoas; pelo número de veículos revistados; de ocorrências atendidas; de quilômetros que a viatura rodou. Além de ter que responder a processos pela quebra de regulamentos internos, os quais são aplicados muitas vezes sem razão de ser, pelo desejo de exercício da autoridade e legitimação da hierarquia, do poder” (Aluno “IX35” do CFPM⁴³).

A fala acima aponta para a internalidade da corporação, e também aponta para a necessidade de aprofundamento qualitativo. Para este trabalho, no entanto, trazemos também um comentário sobre três fontes das quais brotam as eventuais discrepâncias entre o esperado e o vivenciado pelos PM. Em relação aos direitos dos trabalhadores em geral três expectativas, baseadas em garantias fundamentais não têm sido garantidas para os PM, os quais apresentamos a seguir de modo sintético.

(1) **O adicional de serviço extraordinário**, garantido pela Carta Magna aos trabalhadores, devido pela efetiva prestação de serviço para além da carga horária ordinária. É evidente que tal parcela só será paga a quem se enquadrar na situação que legitima o seu pagamento. Em muitas instituições policiais se aplicam parcialmente os Direitos e garantias do acima referido, não atendendo aos princípios da isonomia, da segurança jurídica e da legalidade.

Muitos agentes sofrem constantes violações quando trabalham além de sua carga horária, sem o adicional de serviço extraordinário. Isso acontece por estarem subjugados a um regulamento militar, o qual não considera o esforço físico para além do horário como uma atividade complementar do policial, mas como qualidade inerente à função militar de estar sempre pronto para a guerra. Dessa forma, é cultural, no ambiente policial militar, o pensamento de que os policiais devem ser superiores à própria condição física para sustentar as prorrogações das missões operacionais.

É evidente que o policial deve ter preparo físico e resiliência, mas ter a filosofia militar como legitimador do cumprimento do serviço para além do horário sem a contraprestação da hora extrapolada trabalhada é um desapontamento das expectativas dos policiais, uma vez que eles, diante do Estado Constitucional, buscam o atendimento de seus direitos e de suas garantias fundamentais.

(2) **O adicional noturno** - diferentemente do que ocorre em outras áreas da atuação estatal, a atividade noturna é recorrente no serviço policial, uma vez que ele é

ininterrupto. É notório que apenas alguns policiais prestam tal serviço, especificamente aqueles escalados para os plantões noturnos. No entanto, os que se submetem voluntariamente ao serviço noturno e os que obrigatoriamente prestam esse serviço não ganham parcela diferenciada pelo serviço prestado, ocorrendo, muitas vezes, indesejáveis conflitos e a frustração de expectativas profissionais.

Quando não se concilia a continuidade da prestação do serviço noturno com o desejo do policial em prestá-lo, a demanda dos locais e dos horários dos integrantes da unidade policial militar fica condicionada à antiguidade. Se um recém-ingresso não quiser tirar o serviço noturno por convicções filosóficas ou porque acredita que será prejudicado no futuro, sem um atestado médico, o direito dele será mitigado pelo argumento da necessidade do serviço e da continuidade dele sem recompensa alguma.

Assim, a inclusão desse adicional nas instituições policiais como parcela diferenciadora pode ser configurada como um incentivo à continuidade do serviço e como medida de justiça trabalhista e, portanto, justiça constitucional.

Afirmar que esse adicional já está inserido no salário não soa correto à luz do texto constitucional, pois, se ele já está absorvido, de pronto, percebe-se a violação do princípio da isonomia pela simples constatação dos que não trabalham no período noturno e o recebem mesmo assim. Fato é que, de um ou de outro modo, a situação de inércia política quanto à observância dos direitos e das garantias fundamentais para esses trabalhadores no que tange ao trabalho noturno causa grande violação de direitos e fere princípios fundamentais.

(3) O direito de greve e de liberdade sindical - não cabe aqui analisar a legitimidade ou a legalidade da prática da greve pelos policiais militares, mas observar que, embora haja uma tensão neste tema para a polícia militar, o policial não tem mecanismo para expressar e reivindicar melhores condições de trabalho. No ordenamento jurídico brasileiro, têm-se: a Constituição Federal, que afirma que “a lei definirá os serviços. Trata-se, então, de questionar a impossibilidade do policial de fazer conhecidas as suas demandas e necessidades no âmbito político e institucional, seja por meio da greve, seja por meio de qualquer outra estratégia. Não existe a possibilidade de os policiais pleitearem, em plena convivência democrática com a sociedade, seus anseios e pedidos de maneira aberta, clara e direta. Os debates são geralmente tímidos e, quando exaltados, são supervisionados pelos órgãos de correição e controle dos regulamentos militares, visando à defesa da ética disciplinar e militar, de modo que o policial militar não escape da tipificação criminal, pois qualquer manifestação ou simples reunião se

enquadraria no crime de motim ou de revolta. O fato é que, de um ou de outro modo, há o Código Penal Militar regendo a polícia e se sobrepondo ao direito de expressão do policial, que é cidadão e trabalhador⁴⁴.

Observa-se que o *feedback* institucional, em resposta aos desapontamentos às expectativas dos policiais no âmbito do trabalho, não se configura na proteção dos seus integrantes, mas sim na transferência ao sujeito da responsabilidade de resolvê-los por meio de processos psíquicos, simbólicos e de motivação.

Os dados sobre a discrepância entre o que se esperava e o que se encontra como experiência de formação e profissional se relacionam com os expostos nas tabelas a seguir.

Nível de satisfação e desejo de sair da corporação

Tabela 16 - Felicidade em ser PM	
Sim	09
Não	02
Não respondeu	01

Tabela 17 - Pensamento em sair da PM	
Não	03
Sim	08
Não respondeu	01

Mais uma vez reconhecemos que a temática da satisfação dos policiais na corporação merece uma pesquisa qualitativa, o que pretendemos realizar posteriormente.

Vejamos a declaração de um dos respondentes que manifestou a intenção de sair da PM:

Eu sou advogado, formado em Direito. Eu nunca tive o sonho de ser PM. Eu tinha dúvida entre fazer direito e economia, e fiz dois períodos de economia e tranquei até ser jubilado, por culpa minha mesmo. Fazer curso superior é para mim a forma de sair da PM (aluno “Fox do CFPM”)

⁴⁴ É frequente na história das Polícias Militares a mobilização das famílias dos policiais para se reunirem e promoverem uma grande voz legítima e legal nos movimentos que reivindicam melhorias trabalhistas, uma vez que as reuniões dos policiais para pleitear direitos são constantemente enquadradas como condutas criminosas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

A busca por outra carreira é reconhecida pela maioria dos entrevistados como um fato inexorável, tendo sido citado com frequência a pretensão de melhor remuneração. O desejo pelo exercício de uma profissão que traga menos estresse e que tenha uma carreira estabelecida de modo mais favorável também apareceram como motivos do desejo de sair da corporação.

A formação e as concepções sobre direitos humanos

Tabela 18 - Visão sobre os Direitos Humanos	
Fundamentais	05
Valores invertidos	07
Prejudica o PM	01

Tabela 19 - Pensamento dos PM mais antigos sobre os Direitos Humanos	
Não entendem	01
Atrapalham o trabalho da PM	05
Só servem para bandidos	06
Muito criticado	01

Como observado na tabela acima, 11 das respostas apontam para uma negatização dos DH. Nas respostas abertas encontramos os “direitos humanos” às vezes descritos em termos substantivos: “os DH são aqueles que a qualquer momento, vão aparecer no batalhão e incriminar os que cometem excessos”. Os DH aparecem como um ente, uma ONG, uma lei, “alguém” ou “algo” que está sempre pronto a “defender um vagabundo e jogar pedra em um policial”.

Os “Direitos humanos” são vistos, ainda na concepção hegemônica, como uma via de desestabilização de políticas de segurança pública, tendo em vista que impedem, muitas vezes, o “livre exercício” da atividade policial. Os DH são “uma pedra no sapato do combate à violência”. É “uma maneira da polícia não poder trabalhar à vontade”.

Também apareceu a ideia de que os DH são uma forma de proteger as elites: “na minha concepção só é válido para quem tem dinheiro, ou seja, para os ‘bacanas””.

Entre os que são aliçados desses direitos, na visão dos respondentes encontram-se os policiais. “Nunca se vê o pessoal dos Direitos Humanos em enterro de policial, só em enterro de vagabundo”. E ainda: “Não posso dar opinião de uma coisa que não tenho direito”. Ou: “Direitos humanos não foi confeccionado colocando o PM como parte da humanidade”.

Vejamos outros trechos das respostas sobre as concepções de DH:

Os "Direitos Humanos" funcionam como um escudo para o infrator "se safar" e continuar a desprezar o direito do outro, do outro inocente que sempre respeitou o direito alheio e teve o seu negado, sem que agora estes órgãos venham lhe apoiar e proteger. (Aluno "Kombi" do CFPM)

A sociedade aplaude o policial que mata um bandido friamente, pois aceita essa ação em virtude das facilidades da lei. Vêem este policial como alguém que fez o que a lei deveria fazer, e acredita que bandido bom, é bandido morto. (Aluno "Siena" do CFPM)

Algum policial já foi defendido pelos direitos humanos quando algum dos seus direitos foi violado? Nem a corporação respeita os nossos direitos! (Aluno "Corsa" do CFPM)

O encontrado em nossa pesquisa confirma dados já analisados por França (2018), Araújo (2008), Bicalho (2005) dentre outros, expresso nas três respostas acima, dadas em relação à avaliação que os alunos do curso por nós analisado fazem sobre os DH, a qual apresenta três direções significativas: na primeira delas, a ideia de que os DH protegem os bandidos, são utilizados como modos de abrandar as punições aos classificados como criminosos; na segunda, vemos uma concepção que se articula com o que é interpretado enquanto o desejo da sociedade englobante, espelho no qual se reflete e constitui a PM; e na terceira, a alusão ao desrespeito de que são objetos os próprios policiais, inclusive durante o curso de formação, como indica a tabela 17.

Tabela 20 - Em algum momento durante o curso seus direitos humanos foram desrespeitados?	
Não	03
Sim	07
NR	02

Avaliação do Curso de Formação de Policial Militar

Tabela 21 - Avaliação do curso de formação em que está inserido(a) o(a) aluno(a)	
Proveitoso	02
Bom	01
Poderia ser melhor	09
Muito a desejar	01

A categoria que mais apareceu em relação à avaliação do curso aponta para certa insatisfação dos alunos em relação à instrução nele recebida. Mais uma vez seria necessária uma abordagem qualitativa das respostas aos questionários para podermos ter interpretar o que significa.

Tabela 22 - Disciplina mais apreciada e motivos		
Doutrina de Policiamento Ostensivo	01	Abordagem e Defesa Pessoal, por serem mais utilizadas na atualidade
História da PMPB.	01	Por conta da didática do instrutor
Leg. e Org. Institucional e Relações Interpessoais	01	Pelo fato do Instrutor ter didática
<i>Armamento, munição e tiro</i>	01	Instrutor tem muita prática e sabe repassar o conhecimento
<i>Armamento, munição e tiro</i>	02	Porque a sensação de atirar é boa
Doutrina de Policiamento Ostensivo.	01	Por ser o “coração” da polícia
Doutrina de Policiamento Ostensivo	03	Porque trata o que é ser policial
Relações Interpessoais. Apresenta um lado mais humano da nossa PM	01	Apresenta um lado mais humano da nossa PM

Tabela 23 – Disciplina menos apreciada e motivos		
Abordagem	01	O Instrutor falava mais do que a prática, horário até “12hs00min” e exposição ao sol
Ordem Unida	03	Necessária, mas chata
Leg. e Org. Institucional	01	NR
História da PMPB	01	Muito vago o assunto
	01	Muito cansativa
Armamento, munição e tiro	01	Porque foi de “bolo”
Defesa pessoal	01	Didática do professor
Direito Penal Militar	01	Instrutor deixou os assuntos muito vagos
Nenhuma	02	
Acho que toda disciplina tem sua importância	01	

Em um segundo momento quando perguntados como pensavam o que seria a PM antes de assim ingressarem na mesma, mais da metade dos respondentes disseram que a realidade que agora vivenciam é totalmente diferente à que imaginavam.

Quando perguntados se estavam felizes em ser PM's a maioria respondeu que sim. Todavia a maioria dos respondentes afirmou pensar em sair da PM futuramente.

Sobre os Direitos Humanos, a maioria tem uma visão negativa, manifestada em termos de classificação deles como expressando valores invertidos; que só servem para proteger bandidos.

Ademais, de acordo com a pesquisa e observação participante, essa resistência aos direitos humanos parece ser parte de um conteúdo informal que é disseminado por alguns policiais militares antigos aos mais recrutas⁴⁵ como parte de uma gramática emocional curricular oculta que vai sendo internalizada pelos indivíduo. Na visão da maioria dos entrevistados, o ‘policial operacional⁴⁶ não pode andar de mãos dadas com os direitos humanos’. Para alguns dos respondentes, o ato de ‘respeitar os direitos humanos daquele que foi detido em flagrante de delito seria demonstração de fraqueza’.

Sobre tal constatação em relação à resistência aos direitos humanos (DH), nossos dados confirmam os encontrados por Durão (2012), explicitados nos seguintes termos⁴⁷:

Ao procurar explicações totalizantes de **resistência cultural profissional**, esta literatura crítica tem procurado **instigar o policiamento dos próprios agentes**, alimentando a ambição de os converter, por fim, à gramática dos direitos da vítima. Em suma, estas análises centram-se muito no diagnóstico de que o problema do recuo dos polícias face aos DH seria efeito de uma intencionalidade dominante de controlo punitivo, e da menor sensibilidade para o apoio às vítimas, consideradas, invariavelmente, um objeto secundário da sua intervenção. (...) Simultaneamente, há uma percepção generalizada, em Portugal, de que os agentes, nas esquadras de polícia, **não aparentam estar preparados para lidar com o que deles se exige: um primeiro atendimento, informado, que vise apoiar e esclarecer a vítima acerca dos seus direitos**. Embora dificilmente escapem à onda de ‘sensibilização’ para a valorização do DH que as mudanças legislativas e toda a movimentação política e mediática proporcionaram, na prática os agentes manifestam várias dificuldades em lidar com a vitimização, caso a caso. (DURÃO 2012, p., negritos do autor da dissertação)

Percebe-se então de acordo com a coleta de informações e aplicação dos questionários, que as gramáticas emocionais necessárias para que um policial seja considerado operacional reveste-se de características como ser forte, robusto, olhar sério, boa manipulação de armas letais e não letais, e, na visão de uma parcela considerável,

⁴⁵ Novo Soldado;

⁴⁶ Na visão de alguns: Policial Militar que trabalha nas ruas enfrentando a criminalidade com técnica e tática com o fito de proteger o cidadão;

⁴⁷ Direitos Humanos

possuir apatia pelos direitos humanos, pois se não há respeito pelos direitos do policial tampouco deve haver por aquele que é encontrado em flagrante de delito.

Tal evidência rememora as zonas de ambiguidade intersubjetiva, definidas por Durão (2012), o que determina que se tenha, por um lado, o policial com toda a carga valorativa e axiológica que recebe durante sua formação para assim atender à sociedade – isso incluído o currículo oculto – e, por outro, a vítima que também possui uma crença emotiva de que os policiais são a ‘última instância a que podem recorrer’.

Deste modo se observa uma colisão de interesses, pois se para alguns policiais respeitar os direitos humanos é considerado supérfluo e de outro, apenas uma pequena parcela da sociedade que acredita no atendimento da polícia, como esperar um bom atendimento daqueles que um dia juraram defender a comunidade?

Quando perguntados como avaliam o curso em que estão inseridos, mais da metade afirmaram que poderia ser melhor, o que configura que não estão satisfeitos com o desenvolvimento do mesmo.

Quando perguntados qual a disciplina mais gostaram, mais de 50% afirmaram que Doutrina de Policiamento Ostensivo, armamento, munição e tiro foram as melhores pelo fato de estarem **mais adequadas à realidade dos mesmos**, pois em tais disciplinas o aluno se vê no cenário que irá trabalhar, pois para a maioria a abordagem de cidadãos com atitudes suspeitas, busca domiciliar, como sanar panes em uma pistola por exemplo estão de acordo com o que precisarão nas ruas.

Em relação a este ponto, os mecanismos de dominação (poder) discutidos por Foucault (1982) parecem ter sido incrustados na mentalidade de parcela do curso de formação em análise através de gramáticas emocionais repassadas pelos currículos oficiais e ocultos. Percebe-se que, mesmo não tendo concluído o curso eu faziam no momento da aplicação dos questionários, acreditam que podem escolher qual disciplina está mais de acordo com o desenvolvimento do trabalho de policial nas ruas.

Pela análise em evidência coletada no trabalho em campo, constata-se que o aluno também possui uma gramática emocional adquirida antes de ingressar nas fileiras da corporação, a qual é reforçada durante o curso de formação: o ‘bom policial’ é aquele que sabe atirar bem, abordar pessoas em atitudes suspeitas, e que se for preciso saiba utilizar com eficiência a força necessária para conter agressores à ordem social, inclusive decidindo quem vive ou morre.

Quando indagados se em algum momento durante o curso tiveram os seus direitos humanos desrespeitados, mais da metade dos respondentes afirmou que sim, e alguns

relataram com detalhes que tiveram que “pagar” flexões às 12h, no chão quente; o que resultou em queimaduras nas mãos, conforme as falas de alunos aqui reproduzidas:

Sim. Dores, exposição excessiva ao sol, causando queimaduras. Hoje, meus joelhos estão lesionados. Exploração além dos nossos limites, exigência de atividades físicas com extrapolação... (Fala do aluno “Ferrari” do CFPM)

Sim. Fazer flexão no chão às 13h de modo que a mão queimasse. (Fala do aluno “Pagero” do CFPM)

A literatura sobre a formação de policiais militares no Brasil tem apontando que abusos desse tipo acontecem recorrentemente, configurando situações de desrepeito que são ritualizadas em termos de ‘trotos’ e de outras *performances* instrucionais práticas dos alunos, sendo vistas como vias informalizadas de inclusão do *habitus* profissional dos PMs (ALVITO, 2013, FRANÇA & GOMES, 2015).

Analisando as falas dos alunos acima, percebemos o que a obra foucaultiana afirma, uma vez que para o fortalecimento das forças dos dispositivos de poder sobre o indivíduo é cobrado de forma insidiosa que os alunos militares apresentem autodisciplina. Quando esta não acontece, se recorre a “castigos”, para que não haja desobediência ao regulamento. Isto faz parte do mecanismo de introjeção de uma subjetividade pronta para a obediência às ordens superiores.

Outro traço marcante coletado através dos questionários é que para o cuidado com a corporalidade se exigem esforços que em alguns momentos parecem não respeitar a estrutura biológica do indivíduo, pois exercícios além das capacidades são propostos à luz de um jargão militar que diz: “Quando o corpo não aguenta, a moral é que sustenta!”

Para garantir que a ordem social vigente continue a dominar é preciso controlar a autonomia da vontade dos subordinados, fazendo-os acreditar que estão ali para essa missão, que se apresenta árdua e difícil, mas que segundo alguns é um ‘sacerdócio confiado por Deus’, do qual não podem retroceder, pois fazer isso seria considerado um fracasso, um ato de covardia.

Com o passar do tempo e desenvolvimento do curso de formação, percebe-se que a disciplina é endeusada pelos discentes seja através do cuidado com aparência, definido como a ‘boa apresentação pessoal’, pela aquisição de competência na manipulação dos armamentos e direção de veículos automotores em ocorrências policiais, tudo colaborando para despertar e exacerbar nos PM a sua ‘paixão pelo instrumento’, conteúdo central da forma ‘policia militar’.

O apaixonamento pelo instrumento – desdobrada em obediência acrítica e endeusamento da hierarquia – ocorre com maior ou menor resistência. Em alguns casos o indivíduo têm que escolher se ‘comportar bem’, cumprindo o regulamento sob pena de sofrer até mesmo com uma punição que poderá reclassificar o seu comportamento, impedindo-o de ser promovido ao postos/graduações superiores.

Um policial, quaisquer que seja a corporação a que pertença dificilmente atuará na defesa dos direitos humanos em sua atividade, se dentro da instituição que lhe forma não tem os direitos humanos respeitados. Como irá prestar um serviço à sociedade que se traduza no uso da força, mas nos limites da garantia dos direitos humanos se ele não tem os mesmos assegurados dentro da Polícia Militar? Os dados da nossa pesquisa corroboram o encontrado em trabalhos como, por exemplo, os de França & Gomes (2015), França (2018) e Alvito (2013), segundo os quais alguns instrutores, até mesmo coordenadores humilham os alunos, principalmente quando o curso é para o ingresso em uma tropa especial.

Parafraseando Foucault (1982) em ‘A Hermenêutica do Sujeito’, podemos afirmar que não há condições de haver um cuidado com os outros sem ao menos ocorrer o cuidado de si, a não ser que o cuidado com o próximo seja entendido como o cuidado de si. Tal constatação parece não ser apresentada e ensinada durante o curso de formação, porque o aluno em alguns momentos sofre a dor da punição com a exposição de seu corpo à duras penas, tornando-se um sujeito passível de desenvolver uma revolta que, não podendo ser expressa diante de seus superiores hierárquicos pelo fato de já terem aprendido que fazer isso equivale à responsabilização objetiva diante dos regulamentos e doutrinamentos do código penal militar, pode ser expressa nas relações com os civis.

3.3 Analisando respostas dos instrutores⁴⁸ ao questionário

3.3.1 O Instrutor “Peixes”

Depois de ter aplicado questionários com alguns instrutores do Curso de Formação de Soldados sediado em um dos batalhões no estado da Paraíba, pode-se constatar que na fala do instrutor “Peixes”, o mesmo considera o serviço que exerce como uma profissão de risco, mas que não pensa em sair da PM.

⁴⁸ Professores.

Quando perguntado sobre o que achava dos direitos humanos, o instrutor “Peixes” foi bastante sucinto ao asseverar que era fundamental para o trabalho da PM, não tecendo maiores comentários.

O que chamou atenção em uma das falas desse instrutor foi quando discorreu sobre a sua carreira militar de modo que relatasse experiências vividas:

Todo dia estou aprendendo com os alunos soldados e com os antigos⁴⁹. Como militar, sou um aprendiz e **estou aqui para servir a coletividade com equilíbrio e equidade, mesmo com o risco da minha própria vida.** (Instrutor “Peixes”)

O trecho destacado na fala do instrutor “Peixes” rememora o que Foucault (1982) afirmou, quando discorreu sobre os mecanismos de poder e dominação, pois transparece um discurso organizado desde a formação, reproduzido pela maioria dos policiais, o de que ‘estão para defender a coletividade com justiça’. Isso demonstra que o corpo e a mente foram programados para reagir a estímulos que a ordem social vigente entende como necessários para o fortalecimento da coesão comunitária e da ordem social.

Dia após dia se demonstra como ser um policial militar, de modo que os alunos paulatinamente introjetem o que devem fazer e como realizar, adquiram gramáticas emocionais que orientam a execução de sua missão de defender a todo custo a ordem pública, de acordo com a CF/88, mesmo com o risco da própria vida. Tal preceito é observado através do compromisso policial militar, abaixo exposto, extraído da CLPM 2004⁵⁰, o qual todo aquele que assim ingressa na corporação deve bradar com todo o vigor no dia de sua formatura militar:

AO INGRESSAR NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, PROMETO REGULAR MINHA CONDUTA PELOS PRECEITOS DA MORAL, **CUMPRIR RIGOROSAMENTE AS ORDENS DAS AUTORIDADES A QUE ESTIVER SUBORDINADO E DEDICAR-ME INTEIRAMENTE AO SERVIÇO POLICIAL MILITAR, E A MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E A SEGURANÇA DA COMUNIDADE, MESMO COM O RISCO DA PRÓPRIA VIDA.** (negritos do autor da dissertação)

O voto feito na ocasião citada é uma declaração pública da paixão do policial militar pelo instrumento em que se transforma, graças à qual se declara estar pronto para cumprir rigorosamente as ordens dos superiores hierárquicos.

⁴⁹ Policial Militar que trabalha há um certo tempo na corporação. Aquele que já concluiu algum curso de formação há mais tempo.

⁵⁰ Coletânea de Leis da Polícia Militar

A fala do instrutor “Peixes” mais acima reproduzida enfatiza, mesmo depois de anos, a sua abnegação em continuar servindo à comunidade estadual mesmo com o risco da própria vida, denotando a gramática emocional adquirida durante o curso que realizou, na condição de discente.

Tal declaração demonstra o como a garantia da disciplina pode percorrer a mente do indivíduo que ingressa na corporação, pois até mesmo o seu corpo e pensamentos são invadidos e tomados ao ponto do ser não saber quem ele é, mas o que representa a partir de então.

Dando continuidade à análise das informações coletadas através dos questionários aplicados ao grupo de instrutores, o instrutor “Peixes”, quando perguntado sobre como os alunos chegam para a formação e saem dela, o mesmo respondeu “eles chegam brutos e saem sem polidos”.

Durante o período inicial do curso, o corpo discente aprende as primeiras lições do que é ser militar através de aulas de ordem unida já discutida por nós nesta dissertação. Expõem o seu corpo e mente a privações, além de já receberem os primeiros ensinamentos de como devem se portar de acordo com o regulamento disciplinar para que possam ser considerados alunos padrões, devidamente prontos para serem instrumentos.

Entrar ‘bruto’ e sair ‘semipolido’ significa que os PM formados devem deixar seus corpos e mentes à total disposição dos seus superiores hierárquicos. É nesse momento que metaforicamente “sons de dores são ouvidos”, pois o corpo que não estava acostumado a receber tais estímulos entra em um processo de “domesticação”, tendo que sofrer com alongamentos físicos e condicionamentos mentais que chegam a causar traumas irreparáveis para o sujeito, tudo feito com o objetivo de torná-lo ‘polido’.

Ser ‘polido’ significa estar pronto para servir à comunidade mesmo com o risco da própria vida; que ele, depois de ter passado por um treinamento específico, está qualificado para enfrentar a criminalidade, pois foi programado durante o curso e estágios para não titubear diante do ‘inimigo’, bem como a obedecer sem questionamento às determinações de autoridades superiores.

Para o instrutor “Peixes” o curso que os alunos estão frequentando poderia ser melhor se não fosse a excessiva carga de trabalho a que os discentes estão submetidos, vista como prejudicial ao aproveitamento das aulas. Analisando esse trecho da fala do mesmo é possível pontuar que existe desde o curso de formação o choque de gramáticas emocionais, haja vista que ora o corpo discente apreende algo segundo a teoria dentro da sala de aula, ora esta teoria colide com a prática e as lições do currículo oculto exercitado

no espaço extra sala de aula. Alguns alunos disseram ter ouvido dos “antigos” que ‘na prática, tudo é diferente’.

3.3.2 O Instrutor “Libra”

Entrevistando o instrutor “Libra” foi possível perceber que o mesmo ingressou na corporação militar por questões atinentes à estabilidade financeira, tendo sido militar do exército. Declarou ter pensado, ao entrar na corporação, que existia muito corporativismo. Com o passar do tempo descobriu que tal empatia pelo erro alheio era pequena e o que valia mesmo é o compromisso com a disciplina. Vejamos um trecho de sua fala sobre as mudanças de sua visão anterior à entrada na corporação, até o momento da aplicação do questionário: “Percebi que existe uma disciplina e um compromisso institucional muito maior do que eu pensava”.

O que nos chama atenção neste momento é que na visão de um ex-militar do exército, instituição que possui a missão precípua de garantir a disciplina militar de maneira mais contundente tendo em vista a defesa da pátria em situações de guerra ou a possibilidade de sua instalação se surpreender em como a disciplina militar no âmbito na polícia militar é inensa.

No que tange à missão do exército brasileiro e das polícias militares, cabe destacar o que preconiza a CF/88 afim de realizarmos uma diferenciação:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, **e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.** (art. 142, *caput* CF/88, negritos do autor da dissertação)

Às polícias militares cabem o policiamento **ostensivo e a preservação da ordem pública** (art. 144, §5º da CF/88, negritos do autor da dissertação)

Os trechos dos dois artigos extraídos da CF/88 apresentam o diferencial entre as missões do exército e das polícias militares. Entretanto, pela fala do Instrutor “Libra” transparece que a polícia militar funciona como um “miniexército”, que talvez esteja valorizando mais a disciplina em detrimento de outras questões também importantes, corroborando uma gramática emocional voltada e bastante recompensada pelo fato do indivíduo estar totalmente atento ao que predispõe o regulamento disciplinar.

O instrutor “Libra” demonstrou com relação aos direitos humanos uma visão positiva e necessária, não tecendo maiores comentários.

As falas dos três instrutores apresentaram certa similaridade quando falaram sobre Direitos Humanos. O instrutor “Sagitário” destacou um aspecto específico. Para ele, para uma correta aplicação dos direitos humanos, “se faz necessária a aplicação da doutrina e dos documentos. **O problema que vejo é na aplicação por parte dos ativistas**”. Com isso ele repete a percepção disseminada na sociedade, de que os direitos humanos ‘servem apenas para proteger bandidos’.

Mesmo considerando o discurso formal/instrucional sobre a matéria, é importante pensar também como a importância narrada dos DH é afirmada ou negada em termos dos espaços extra-salas de aulas.

Corroborando o pensamento até então discorrido, o instrutor “Libra” respondeu durante as indagações que o curso acerta muito em disciplinar os novos militares, mas que peca quando se trata na inserção de disciplinas teóricas que são desnecessárias na visão do mesmo. Vejamos um trecho de sua fala:

O curso acerta (muito) em disciplinar os novos militares, mas falha quando não prepara o policial, desde disciplinas teóricas (colocando cadeiras desnecessárias para a futura prática profissional) até a falta de uma doutrina que regulamente a atuação/formação prática.

Através da fala deste instrutor é possível depreender que a disciplina continua sendo bem observada por parte da coordenação de ensino bem como pelos instrutores, entretanto o ensino voltado para o atendimento ao cidadão quando o policial está nas ruas, é objeto de menos investimento, o que faz brotar uma constatação que a formação oferecida no intramuros do batalhão está aquém do que a população precisa para ser atendida de forma eficiente de acordo com o artigo 37, *caput* da CF/88. Esse artigo indica que o disciplinamento é bastante duro no que tange ao comportamento dentro da caserna e no trato com os superiores hierárquicos. Todavia, na fala do instrutor “Libra” falta ao curso investir para que o objetivo de bem servir a comunidade estadual seja atingido.

Os alunos aprendem a paixão pela disciplina e pela hierarquia, percebidas como a base da Polícia Militar: os alunos são inculcados a observar o regulamento, a prestar continência ao superior hierárquico, a pedir permissão ao mais antigo para adentrarem em recintos fechados, dentre outras obrigações advindas do conceito da hierarquia e disciplina que são impostas aos alunos policiais militares não só durante sua formação,

mas em toda a sua vida como PM. Todavia ao ir para as ruas, prestar o serviço de segurança pública à sociedade, o PM sai do quartel doutrinado a ser disciplinado, mas não sabe lidar com os civis. Isso se configura na atenção contínua ao HT (*Handie Talk*⁵¹), no cuidado com a limpeza e apresentação do corpo e do uniforme, na ostentação da arma e na atenção dada ao veículo usado para a realização de patrulhamento nas vias públicas e em abordagens em que recorrentemente são cometidos abusos de autoridade, sendo qualquer questionamento feito pelos indivíduos civis interpretados como ofensas ao PM.

A disciplina passa de elemento meio para elemento fim, sendo o PM enfaticamente preparado para experienciá-la em relação a si e insuficientemente treinado para o contato com a comunidade, durante uma abordagem preventiva, por exemplo. A gramática emocional adquirida tanto em seus aspectos formais quanto nos informais privilegia a disciplina e secundariza a constituição de um léxico através do qual a ação da polícia militar seja oferecida como suporte indubitável para os cidadãos lesados em seus direitos e mesmo para o trato daqueles que infringiram a lei, necessitando da atuação firme dos profissionais de segurança pública, todavia nos limites do respeito dos direitos que todos que compõem a comunidade têm.

Uma das evidências da aquisição de uma gramática emocional capenga pelos policiais militares é a dificuldade que eles têm de lidar com questionamentos dos civis quando de abordagens preventivas realizadas nas ruas. A experiência de qualquer questionamento como ‘ofensa’, ‘desrespeito à autoridade’ é o resultado de uma formação para se tornarem ‘sujeitos-instrumentos perfeitos’, doutrinados a obedecer sem perguntar, como se fossem máquinas de guerra, nos moldes dos *cyborgues* (FRANÇA, 2018)⁵².

Sobre essa gramática emocional agenciada pelas instâncias formativa dos policiais militares no Brasil, França (2018) cita Silva (1998), que traz o depoimento de um policial entrevistado, sobre a moldagem da subjetividade, a pedagogia de si de que são objetos os profissionais de segurança no país:

Se eles [os oficiais] mandam a gente realizar um serviço e a gente não tem como realizar, do jeito que eles queriam, eles não querem nem saber. Igual lá no Depósito de Rejeitos Radioativos, a gente andava de-

⁵¹ Rádio de comunicação entre o policial e o Centro Integrado de Operações Policiais – CIOP. Este recebe através do telefone 190 ligações da população para que a polícia possa atender as ocorrências;

⁵² França (2018) utiliza, no artigo intitulado “Entre o disciplinamento e a humanização policial militar: conflitos, “avanços” e desafios” (2018), a analogia entre o personagem do ‘Robocop’ e o policial militar, aproximando este ao esperado em termos de agência do cyborgue, protagonista do filme homônimo, dirigido por José Padilha e lançado em 2014.

baixo de chuva de lá pra cá. E lá fazia frio porque é alto. Eles falavam: não, você tem que fazer, o **soldado é superior ao tempo**. E sempre teve isto dentro da polícia: Soldado é superior ao tempo, segundo os oficiais. Eles estão pouco se lixando pra nós. *Nós somos apenas uma máquina*, ou um animal, que eles soltam no pasto. Ali a gente pega chuva, sol, desde que não saía do pasto. Assim, se ficar no pasto tudo bem. A mesma coisa é o soldado. (SILVA, 1998, p. 126, *apud* FRANÇA, 2018, p. 87, negritos do autor da dissertação)

Ensinados a se sentirem e atuarem como máquinas pelos seus superiores hierárquicos e colegas mais antigos, os PM são formados para a obediência irrestrita durante os cursos formais e na informalidade da prática e da experiência corporativa. Nas aulas e após elas não cessam de ouvir, ler, tomar conhecimento pelos boletins internos da Instituição, a respeito de situações de transgressões disciplinares, de inobservância do regulamento e das punições exemplares a que são submetidos os colegas transgressores. Graças à mobilização do léxico de emoções em que se moldaram os sujeitos policiais militares quaisquer questionamentos os afrontam, sendo logo ativa a classificação de “civil folgado” que os fazem.

Nos cursos de formação e inserção nos cotidianos das práticas do PM, a ativação de pedagogias de si e da aquisição de gramáticas emocionais agenciadoras de subjetividades ‘cyborgues’ atua para produzir/estimular/aperfeiçoar a ‘paixão pelo instrumento’. Vejamos como o instrutor “Libra” comenta sobre o processo pelo qual, de tanto se repetir a necessidade de ser disciplinado, seja durante os cursos formais, seja durante o exercício da profissão, o profissional de segurança pública acima citado chega a adoecer mentalmente:

Existe meio que uma “**lavagem cerebral**” quando é dada aos policiais a responsabilidade por manter a ordem social a **todo custo**, fazendo com que exista uma preocupação exacerbada (fazendo mal à saúde mental) e por vezes levando a excessos.

No trecho da fala do instrutor “Libra” acima transcrito percebe-se que os mecanismos exercitados nas pedagogias de si exercitadas na formação do PM, bem como o processo de aquisição da gramática de emoções – a moldagem da subjetividade – na corporação é tão violento que em nome da disciplina os corpos podem ser manipulados ao extremo, não se preocupando com as condições mentais e físicas do policial militar, que, como um robô, é programado para simplesmente obedecer e obedecer sem oferecer quaisquer resistências ou questionamentos às ordens superiores.

Finalizando a análise da fala do instrutor “Libra”, citamos um trecho em que o mesmo pondera que não há uma valorização do pensamento científico dentro do curso de formação de soldados, pois quando indagado se o curso atende as expectativas do corpo discente, o mesmo respondeu: “Não atende, tendo em vista a falta de uma formação dos discentes pautada nos métodos científicos”.

A formação científica se pauta na dúvida metódica, implicando na aquisição de léxicos que preparam para o exame epistemológico dos discursos, a realização de observação sistemática, produção de problemas e hipóteses de pesquisa, coleta e análise de dados e para a produção com base em evidências lógicas e/ou empíricas. A socialização para a atitude científica requer um trabalho cognitivo que envolve a visualização crítica de circunstâncias do cotidiano e a aplicação dos resultados da reflexão analítica para a eventual formulação de linhas de ação interventiva. Diante de tudo que discutimos sobre a centralidade da formação para a disciplina e a obediência irrestrita, torna-se difícil a aquisição da gramática emocional do cientista e aquela necessária à produção de sujeitos-instrumentos. Ciência é questionamento e a disciplina é obediência automática.

3.3.3 O Instrutor Sagitário

O instrutor “Sagitário” afirmou em sua fala que decidiu ser policial militar para garantir o sustento familiar, não tendo exercendo nenhuma profissão antes de ingressar na PM, pois apenas estudava.

Quando indagado sobre o que pensava ser um PM antes de ingressar na corporação o mesmo enfatizou a mesma surpresa experimentada pelo Instrutor “Libra”: “Na minha mente não havia uma ligação entre a polícia e o militarismo. O que encontrei me surpreendeu”.

O instrutor “Sagitário”, antes de entrar na Polícia Militar nutria o pensamento que teria uma autoridade que não conseguiu alcançar após o ingresso na Instituição e o Estado segundo o mesmo não ampara juridicamente os policiais: “não temos a autoridade que eu pensava que teríamos. O Estado não nos ampara juridicamente”.

Essa fala pode ser interpretada como a frustração devida a não ter o auxílio estatal quando assim dele precisasse na resolução de ocorrências nas quais viesse a extrapolar os limites impostos pela lei. Essa ideia de não limitação do poder de polícia circula no imaginário da sociedade englobante, sendo muitas vezes levada para dentro da corporação.

Com todas as ressalvas que podem ser feitas ao *sprit de corps* da Polícia Militar, o investimento no campo da formação jurídica pode contribuir para que o integrante da força de segurança pública compreenda que deve observar a legislação no momento da realização de uma detenção, por exemplo, sob pena de responder disciplinarmente, civilmente e criminalmente por eventuais abusos.

Ainda em uma das suas falas, o instrutor “Sagitário” enfatiza que “é necessário ensinar ao novo policial militar o equilíbrio entre a mente, o corpo e espírito, para que ele integre os conhecimentos adquiridos na caserna durante os cursos e estágios, de modo a se constituir como um agente de segurança cada vez mais preparado e maduro para o exercício de suas funções”.

Em relação ao modo de avaliar o momento atual do curso de formação de PM, o Instrutor “Sagitário” disse que falta o ensino mais qualificado no campo da técnica: “ultimamente o CFPM acerta mais. Tecnicamente acertam menos”.

Como Durão (2012) afirma, muitas vezes os policiais não estão munidos com os instrumentos necessários para responder prontamente e de forma eficaz às demandas da prática profissional nas ruas. No contato com os civis entra em choque o que o policial faz e o que resolve não fazer. Dúvidas pairam em sua mente no momento de resolução de ocorrências e quando lhe falta conhecimento orientado para a ocorrência que está atendendo recorre ao senso comum, quando não utiliza da arbitrariedade para assim fazer valer sua autoridade.

Considerações finais

Chegar ao final da pesquisa e da escrita desta dissertação marcam um processo desafiador e desestabilizador na minha trajetória pessoal. A objetivação da formação de policiais militares e a assunção do lugar de pesquisador significaram a aquisição de novas camadas ontológicas tanto no que se refere à minha identidade profissional quanto à identidade pessoal e social. Estudar os alunos e instrutores em grande medida significou estudar e refletir sobre eu mesmo – em minhas experiências de aluno e depois de instrutor.

Nesse processo aprendi muitas lições. Dentre elas a de que o planejado o possível de realizar, de modo geral são diferentes; e em termos de pesquisa nunca corresponderão a contento. No ponto em que finalizo esse texto, sou capaz de ver o espaço entre o que pensei que seria a pesquisa e o que foi possível realizar. Para citar alguns pontos que experimentei seguindo os caminhos e descaminhos do trabalho de campo, cito dois pontos: (1) pensei em realizar entrevistas com alunos e instrutores – na prática, elas exigiriam muito mais negociação, por mim ativada, e disponibilidade dos sujeitos do que as que encontrei; e (2) pensei em observar o cotidiano intra e extra salas aulas de duas disciplinas – na prática percebi que o clima de caserna e a nossa posição na corporação tornaram isso uma tarefa inexecutável.

Este trabalho corrobora muitas das linhas principais apontadas pela literatura e pelas reflexões de Durão (2013) Foucault (2008a/2008b) e Simmel (1950, 2006a e 2006b). Dentre os aspectos encontrados no estudo de processos de formação de policiais militares pelos pesquisadores e teóricos, confirmados no caso aqui focalizado destaco:

- (1) A escolha da carreira militar acontece com base nas expectativas de estabilidade financeiras, mais do que pelo desejo de realização de uma vocação;
- (2) Os aspectos centrais dos cursos de formação e aperfeiçoamento da corporação estudada se relacionam com a forma ‘policia militar’, na qual são centrais a moldagem de corpos e mentes para serem instrumentos para o cumprimento de ordens dos superiores hierárquicos;
- (3) As experiências de entrada no mundo dos quartéis e cursos de formação de policiais militares implica na submissão a modos estruturados de inculcação do *habitus* policia militar, marcado centralmente pelo caráter militar, implicando em ocasiões de humilhação e atravessamento de processos destinados a dobrar o indivíduo fazê-lo *apaixonado pelo instrumento*;

- (4) A formação do policial militar acontece em termos da colocação em prática de um currículo formal e de um currículo informal (oculto), bem como seguindo os ensinamentos das práticas cotidianas consagradas pelos policiais militares veteranos;
- (5) As concepções hegemônicas que circulam na caserna e na prática dos PM a respeito dos Direitos Humanos são negativas, ganhando essa negatividade tanto em termos de confirmação de elementos ideológicos dominantes na sociedade englobante, quanto em termos de um ressentimento dos PM, que sentem ter seus direitos negados durante a formação e no próprio exercício profissional.

Destaco ainda que, embora haja uma tentativa de se reformular os currículos e disciplinas aprendidas durante os cursos de formação policial, tal período de aprendizado ainda é marcadamente militar, pois as instruções (aulas) mesmo quando abordam matérias relacionadas a todas as pessoas em geral, são planejadas com base no *ethos* do exército, no *habitus* do militar.

As observações foucaultianas sobre os processos de docilização e disciplinamento dos corpos foram corroboradas pelas observações de aulas e de atividades de estágios em que os alunos estão submetidos, sendo possível observar como a extração do máximo de forças que corrobora com o que se denomina de “disciplina” acaba por expor os corpos dos discentes ao extremo e aos limites do eticamente e em termos de direitos humanos, levando-os à exaustão e ao esvaziamento de si enquanto indivíduos autônomos.

Através da presente pesquisa foi possível observar os elementos considerados objetivos centrais e fundamentais à vida militar, aparecendo como mais importante do que garantir direitos e segurança aos cidadãos, o ser um bom “soldado” - aquele que presta uma continência perfeita, que sabe levantar a contento as pernas durante as marchas, que usa um uniforme bem passado e com vincos na calça da farda, que observa os mínimos detalhes para o cumprimento de uma ordem.

Tais constatações no trato com a disciplina policial militar nos faz lembrar o que Foucault (1982) propõe como funcionamentos sistemáticos para a maximização dos esforços para se habilitar física e ideologicamente um sujeito para ser um cumpridor acrítico de ordens, alimentando o sistema de controle da população arquitetado pelo poder.

Fazendo um trabalho moldado pela ‘forma policial’ vigente em nossa sociedade, os cursos de formação de PM e as práticas do cotidiano profissional preparam os alunos – e posteriormente os profissionais – para reproduzir os comportamentos determinados pelo

regulamento, preparando-os para funcionarem de modo absolutamente pronto para a execução de ordens de seus superiores hierárquicos e não como sujeitos autônomos. Sendo moldados em sua subjetividade para não questionar as determinações dos superiores hierárquicos, os policiais militares terminam por se ‘apaixonar pelo instrumento’, acreditando estar cuidando de si - até pensam em “se divertir”, com a chegada dos novos alunos [os ‘bichos’, conforme Alvito (2013)].

A pesquisa também confirmou que, embora os alunos estejam todos os dias sendo colocados em contato com discussões a respeito de novas práticas de policiamento, são expostos no final da sua formação, quando são promovidos a soldado engajado⁵³, ao contato com policiais militares veteranos, com suas práticas e visões vinculadas a formações menos humanizadoras, passando então à submissão ao poder das práticas instituídas, em relação às quais o jovem soldado geralmente sucumbe, tanto pela força dos superiores hierárquicos, quanto pelo medo de ser considerado ‘menos corajoso’ em relação aos seus colegas, menos ‘macho’, menos ‘forte’.

Tal constatação aponta para o observado por Durão (2012) e interpretado como espaços de fricção entre gramáticas emocionais aprendidas durante o curso de formação e hegemônicas entre policiais veteranos, ficando o novo soldado confuso sobre o que deve ou não fazer para ser considerado um jovem ou uma jovem reconhecida diante de seus pares (parceiros de farda).

Dentre as principais conclusões da nossa pesquisa estão as seguintes:

- 1 . O processo de formação policial militar por seguir o regulamento do Exército tem como conteúdo principal o disciplinamento dos policiais militares e a figura do inimigo do Estado, o que potencializa a rejeição aos direitos humanos na própria formação e nas práticas profissionais cotidianas;
- (2) o corpo e a mente do policial militar em formação são trabalhados de modo a se oferecer sem qualquer resistência à obediência das ordens dos hierarquicamente superiores, sendo a paixão pelo instrumento um dos elementos mais fundantes da gramática emocional a ser adquirida;
- (3) a formação do policial militar o prepara para as práticas de manutenção da segurança pública, instituindo uma oposição entre a valorização do corpo forte e o conhecimento científico, este último sendo visto como ‘para os menos fortes’; e

⁵³ Soldado que concluiu o Curso de Formação de Soldados.

(4) A forma ‘policial militar’ implica na ativação, através da formação e da inserção dos formados nas práticas profissionais, em um nível maximizado, completamente deseufemizado, da paixão pelo instrumento, traço presente em gradações maiores ou menores em quaisquer das outras pedagogizações de si ativadas pelos fluxos e antifixos de socialização aos quais se submetem todos os indivíduos.

A partir da pesquisa e da escrita desse texto me refiz enquanto sujeito social e abri algumas veredas, que podem sinalizar perspectivas futuras de desdobramentos. Percorri caminhos já percorridos, mas com novos olhares e com modos diferentes de caminhar e olhar a paisagem e a nós mesmos. Segui rotas desconhecidas, experimentei a falta de firmeza dos chãos dos pântanos, frequentei salas confortáveis em que se desenham as políticas públicas de formação de agentes de segurança, com assoalho em mármore. Antes dos processos que resultaram neste texto de dissertação pensava em escrever para demonstrar o que já tinha na cabeça, para demonstrar aquilo que já, em meu foro interior e para mim mesmo já demonstrara e analisara. A pesquisa e a produção deste texto me fizeram entender que a análise dos fenômenos sociais, nos quais estamos inscritos, a escrita sobre eles, consistem em tarefas graças às quais e ao final das quais poderei encontrar algo que não tinha visto inicialmente. É hora de se acostumar e fazer minha casa nos solos escorregadios do pântano do real, nem contando com nem esperando ordens de superiores, mas com aquelas que vêm de dentro de mim mesmo.

Referências

ABREU, Jeferson Fabricio da Silva & ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira. **A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS MILITARES: Um estudo no 2º Regimento de Polícia Montada de Santana do Livramento – RS.** TCC apresentado no Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal do Pampa – campus Santana do Livramento, 2017.

AYDIN-AITCHISON, Andy & BLAUSTEIN, Jarret. *Policing for democracy or democratically responsive policing? Examining the limits of externally driven police reform.* In: **European Journal of Criminology**, Nº10(4), Julho de 2013, pp.496-511.

ALVITO, Marcos. Memórias de ‘bicho’. In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.7, 2013, pp.155-173.

ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência. Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. In: **Tempo soc.** [online]. 1998, vol.10, n.1, pp.19-47.

ARAÚJO, O.S. **O controle da atividade policial: um olhar sobre a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará.** Dissertação defendida no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da USP, 2008.

BALESTRERI Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia – Passo fundo-RS,** CAPEC: Paster Editora, 1998.

BARBOZA, Miriane da Silva Santos. **Educação em direitos humanos em uma instituição militar.** Tese de Doutorado em Psicologia Social – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2013.

BASÍLIO, Márcio Pereira. **A Formação do policial militar no estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

BATISTA, João Batista de Lima. A Briososa. 2000. Disponível em: <http://abriosa.com.br/historico-da-formacao-profissional-na-pm-da-paraiba/> [Acesso em outubro de 2018].

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 24ª Ed., 2004.

BICALHO, P.P.G. **Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de Direitos Humanos onde caibam mais humanos.** Tese defendida na UFRJ, 2005.

BITTNER, E. *The Functions of the Police in Modern Society.* Oelgeschlager, Gunn & Hein Publishers, 1970. Disponível em:

<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/Digitization/147822NCJRS.pdf> [Acesso em abril de 2019].

BITTNER, E. *Aspects of Police Work*. In: *Social Forces*, Volume 70, Issue 3, March 1992, pp. 846–847.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983.

BRAND, Aniele Fischer & TOLFO, Suzana da Rosa. A Formação do Policial Militar. **Anais do IX ANPED/Sul**, 2012, In: <https://docplayer.com.br/4332741-O-processo-de-formacao-do-policial-militar.html> [Acessado em janeiro de 2019].

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa de 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de segurança pública**. Brasília, DF, 2009.

BRUNETTA, Antônio Alberto. **Reforma intelectual da Polícia Militar**. Tese de doutorado em Sociologia, defendida na – Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), 2012.

BRUNETTA, Antonio Alberto. Não-formal e informal no ensino Policial. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 9, n. 2, Ago/Set 2015, pp. 130-140.

BRUNETTA, Antônio Alberto. Apreciação da formação policial sob o modelo foucaultiano. S/d. In: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/33818/20066> [Acesso em setembro de 2018].

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **SUBJETIVIDADE E ABORDAGEM POLICIAL: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, 2005.

BITENCOURT, Cezar Roberto; CONDE, Francisco Muñoz . **Teoria geral do delito**. São Paulo: Saraiva, 2000

BRITO, Francisco de Assis Toscano de. **Direitos Humanos e cidadania: um estudo sobre a formação de Policiais Militares na Paraíba**. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UFPB, 2005.

CAMPOS, Alexandre Flexa. A educação andragógica e a instrução operacional na polícia brasileira. In: **REBESP**, Goiânia, vol. 1, nº 2, pp. 13-15, Jan-Jul, 2009.

CAMPOS, Alexandre Flexa. Qualificação das polícias militares no Brasil: entre uma polícia essencialmente militar e uma polícia militar como modelo de instituição de segurança pública democrática para os dias atuais. In: **REBESP**, Goiânia, v. 5, n. 1, pp. 63-68, Jan-Jul. 2013.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na era Vargas**. Brasília, Ed. da UnB, 1993.

CANDIOTTO, C. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *In: Psicologia e Sociedade*, vol. 24, 2012, pp. 18-24.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.

CORRÊA, Univaldo. A evolução da Justiça Militar no Brasil – alguns dados históricos. *In: Direito militar: história e doutrina – artigos inéditos*. Florianópolis: AMAJME, 2002.

CORRÊA, Univaldo. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 1.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Hemus, 1998.

CRUZ, Lara Abreu. **O TRADICIONAL E O MODERNO NA FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR: uma análise do Curso de Formação dos Soldados do Ronda do Quarteirão**. Monografia apresentada à Universidade Estadual do Ceará, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

DURÃO, Suzana. Silenciamentos subtis - Atendimento policial, cidadania e justiça em casos de vítimas de violência doméstica. *In: Análise Social*, 209, XLVIII (4.º), 2013.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança: Força pública do estado de São Paulo**. Fundamentos históricos e sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FERREIRA, Deyvid Braga. **O signo ‘Segurança Pública’ na matriz curricular unificada da SENASP: condições de produção e efeitos de sentido**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação – Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2012.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

FRANÇA, Fábio Gomes. Entre o disciplinamento e a humanização policial militar: conflitos, “avanços” e desafios. *In: RIDH/ Bauru*, v. 6, n. 1, p. 83-102, jan./jun., 2018.

FRANÇA, Fábio Gomes & GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. *In*

Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v. 9, n. 2, Ago/Set de 2015, 142-159.

FRANÇA, Fábio Gomes. **Disciplinamento e humanização:** a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância. Dissertação defendida no Mestrado em Sociologia da UFPB, 2012.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 1995.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HARKING, Diarmaid. **‘Civilizing Policing’?** *What can police-public consultation forums achieve for police reform, ‘democratic policing’, and police legitimacy?* Tese defendida na University of Edinburgh, 2014.

HERZFELD, Michael. **A Produção Social da Indiferença.** Editora Vozes: São Paulo, 2016.

JACONDINO, Eduardo Nunes. **Poder/saber e corpo:** os regimes e a construção microfísica da profissionalização da segurança pública. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 2011.

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. **Formação do oficial da polícia militar do Paraná.** Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2013.

KRUGER, Frederico Marcos. **A formação educacional e profissional do policial militar do estado do Paraná:** um direito da personalidade. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas – Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), 2011.

LOBÃO, Célio. **Direito penal militar.** Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido & TORDORO, Marcos Antonio. Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná. *In: Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, 2016, pp. 320-353.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito penal militar.** São Paulo: Atlas, 1999.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed., 1981.

MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante. **Segurança pública, formação policial e mediação de conflitos:** novas orientações para a atuação de uma polícia cidadã. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas – Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2011.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **‘SER POLICIAL É, SOBRETUDO, UMA RAZÃO DE SER’:** Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro’. Tese defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Daniele Alcântara & CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos. *In: Educ. Pesqui.* [online]. 2015, vol.41, n.4, pp.899-912.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar.** Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

PEREIRA, Benoni Cavalcanti & POLICARPO Jr., José. A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Vol. 6, nº 1, Fev-mar/2012, pp.74-88.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozart José de. “Corpo” e “alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. *In: RAC*, Curitiba, n. 2, art. 1, p. 194-211, mar./ abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n2/v14n2a02.pdf> [Acesso em 25 de jan. 2019].

SANTOS, Daniel Limeira. **Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática.** Dissertação de Mestrado em Gestão – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *In: Tempo Social* [online]., vol.9, n.1, 1997, pp.155-167.

SIMMEL, Georg. *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press, 1950.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006a.

SIMMEL, Georg. **A Filosofia do amor. 3ª Ed, São Paulo: Martins Fontes, 2006b.**

SILVA, Antonia Maria dos Santos. **A formação de praças da Polícia Militar do Piauí: uma análise a partir da prática pedagógica do oficial formador.** Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da UFPI, 2012.

SOUZA, Adilson Paes. **A educação em direitos humanos na Polícia Militar.** Dissertação de Mestrado em Direito – Universidade de São Paulo (USP), 2012.

STORANI, Paulo. **Vitória sobre a morte: a glória prometida: o “rito de passagem” na construção da identidade dos participantes de operações especiais do BOPE.** Dissertação apresentada ao Mestrado em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <http://abriosa.com.br/historico-da-formacao-profissional-na-pm-da-paraiba/> [Acesso em outubro de 2018].

VEIGA, Célia Cristina Pereira da Silva & SOUZA, José dos Santos. A Produção Científica Sobre Formação dos Policiais Militares no Brasil. *In: Rev. bras. segur. Pública*. São Paulo v. 12, n. 1, 50-70, fev/mar 2018.

**ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS DO CURSO:
TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA/CG/PB**

ENTREVISTA Nº _____

1. Sexo M() F()

2. Idade: _____

3. Nível de instrução: _____

4. Cidade e estado em que nasceu: _____

5. Estado civil: _____

6. Religião: _____

7. Profissão do pai: _____

8. Profissão da mãe: _____

9. Por que decidiu seguir a carreira de policial militar?

10. Exercia outra profissão ao ingressar na PM?

SE SIM, vá para a questão 11; SE NÃO, vá para a questão 12.

11. Qual?

12. O que fazia antes de entrar na PM?

13. Como você pensava que era ser PM antes de entrar na corporação?

14. O que você pensa que é ser PM agora é diferente do que pensava antes de entrar na corporação?

SE SIM, vá para a questão 15; SE NÃO, vá para a questão 16.

15. O que mudou em sua visão do que é ser PM?

16. Exerce outra profissão além de ser PM?

SE SIM, vá para a questão 17; SE NÃO, vá para a questão 18.

17. Qual?

18. Está feliz em ser PM?

SE SIM, vá para a questão 20; SE NÃO, vá para a questão 19.

19. Por que?

20. Pensa em sair da PM Futuramente?

SE SIM, vá para a questão 21 SE NÃO, vá para a questão 22.

21. Por que?

22. Qual a sua visão sobre os Direitos Humanos?

23. O que você ouviu dos PM mais antigos sobre os Direitos Humanos?

24. Como você avalia o curso de formação em que está inserido(a)?

25. Quais experiências você destacaria dentre as que teve durante o curso?

26. De qual disciplina você mais gostou e por que?

27. De qual disciplina você menos gostou e por que?

28. Teve algum momento durante o curso no qual seus direitos humanos não foram respeitados?

SE SIM, vá para a questão 29; SE NÃO, vá para a questão 30.

29. Você poderia narrar algum(ns) desse(s) momento(s)?

30. Em que medida o que você aprendeu nesse curso tem utilidade no exercício diário de sua profissão de PM?

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INSTRUTORES DO CURSO DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA/CG/PB

ENTREVISTA Nº _____

1. Sexo M() F()

2. Idade: _____

3. Nível de instrução: _____

4. Cidade e estado em que nasceu: _____

5. Estado civil: _____

6. Religião: _____

7. Profissão do pai: _____

8. Profissão da mãe: _____

9. Por que decidiu seguir a carreira de policial militar?

10. Exercia outra profissão ao ingressar na PM?

SE SIM, vá para a questão 11; SE NÃO, vá para a questão 12.

11. Qual?

12. O que fazia antes de entrar na PM?

13. Como você pensava que era ser PM antes de entrar na corporação?

14. O que você pensa que é ser PM agora é diferente do que pensava antes de entrar na corporação?

SE SIM, vá para a questão 15; SE NÃO, vá para a questão 16.

15. O que mudou em sua visão do que é ser PM?

16. Exerce outra profissão além de ser PM?

SE SIM, vá para a questão 17; SE NÃO, vá para a questão 18.

17. Qual?

18. Está feliz em ser PM?

SE SIM, vá para a questão 20; SE NÃO, vá para a questão 19.

19. Por que?

20. Pensa em sair da PM Futuramente? Por que?

SE SIM, vá para a questão 21 SE NÃO, vá para a questão 22.

21. Por que?

22. Qual a sua visão sobre os Direitos Humanos?

23. Como você avalia o curso de formação Tecnólogo em Segurança Pública?

24. Você ministra aula em qual disciplina?

25. Gosta da disciplina que ministra?

26. Na sua visão o curso de Formação de Soldados (Tecnólogo em Segurança Pública) atende as expectativas do corpo discente? Por que?

27. O curso prepara o discente a ser um bom policial nas ruas?

28. Você acha que é necessário a fim de se preparar o futuro soldado fazer com que o mesmo fique exposto a condições desconfortáveis? Por que?